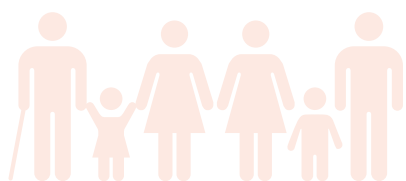
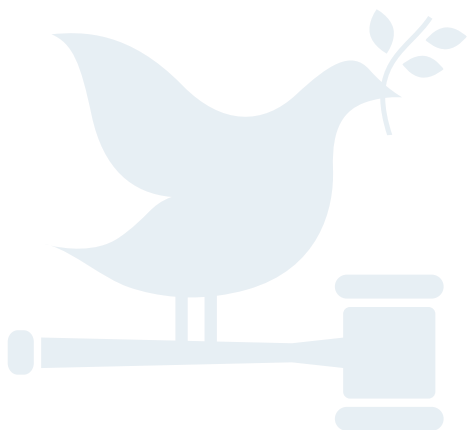




Estado 2020, Visão 2030:



**Desafios e soluções
ODS para a UE**



Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

A pobreza é um desafio para uma Europa próspera

A boa notícia é que a UE tem das mais baixas taxas de pobreza do mundo. Em todos os Estados-Membros, muitos podem beneficiar de um nível de riqueza material que lhes permite viver bem. O desafio é que, apesar da riqueza e da prosperidade, diferentes dimensões de pobreza ainda são, atualmente, uma realidade na UE – algumas estão a aumentar, enquanto em outras não se registam alterações significativas. O progresso feito na redução da pobreza nos últimos anos está agora sob ameaça, uma vez que a COVID-19 e as suas consequências colocam em perigo padrões de vida, rendimentos e milhões de postos de trabalho, atingindo particularmente os mais vulneráveis. Com o Fundo Social Europeu (FSE) e outros instrumentos, a UE procura combater a pobreza e promover a inclusão social. Contudo, nos últimos períodos de financiamento, o envolvimento das organizações da sociedade civil e dos grupos mais vulneráveis foi limitado e a alocação de recursos aos Estados-Membros baseou-se principalmente no Produto Interno Bruto (PIB), embora este não englobe adequadamente as problemáticas sociais nem vise quem mais precisa de apoio. O «Painel de Avaliação Social» utilizado pela Comissão Europeia para a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais ignora desafios cruciais da pobreza e da inclusão social, como a pobreza no trabalho ou a acessibilidade a habitação.¹

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- Mais de 20 % da população da UE está em risco de pobreza e exclusão social – uma grande percentagem para uma região rica. Embora as taxas de pobreza tenham diminuído nas regiões mais pobres da UE, mais de 30 % da população na Roménia, Bulgária, Espanha, Itália e Grécia continuam a viver em risco de pobreza. Em quase metade dos Estados-Membros da UE, as crianças constituem o grupo etário com maior risco de pobreza ou exclusão social (Eurostat).
- Nos últimos anos, a pobreza no trabalho tem aumentado na UE e, atualmente, mais de 9 % das pessoas que trabalham são consideradas em situação de pobreza no trabalho. A pobreza no trabalho afeta inclusive os Estados-Membros com economias muito fortes, como a Alemanha, que se debate com um número crescente ou inalterado de pessoas que trabalham, mas cujos salários ou vencimentos são demasiado baixos para garantir uma vida digna (Eurostat).
- Quase 14 % de todas as pessoas na UE vivem em condições de habitação precárias. 2 % vivem sem saneamento adequado e sem acesso a água (Eurostat); ou seja, milhões de pessoas vivem sem saneamento e água em suas casas. Mais de metade da população cigana da UE vive sem saneamento adequado ou sem acesso a água nas suas casas.²
- Estima-se que, em 2019, a UE contava com 700 000 pessoas sem abrigo, com os números a aumentar por toda a União. A única exceção é a Finlândia, que anunciou uma redução de 45 % graças a uma política progressista e de longo prazo para lidar com os sem-abrigo. A Letónia registou um aumento de 389 % no número de sem-abrigo entre 2009 e 2017, e o número de sem-abrigo na Irlanda aumentou 203 % entre 2014 e 2018. A privação de habitação está no cerne da pobreza e da exclusão social, estando intimamente ligada ao desemprego.³ A monitorização dos ODS pelo Eurostat não utiliza nenhum indicador sobre a falta de habitação, apesar de esta ser uma das formas mais extremas de pobreza na UE.

¹ Social Platform [For ESF project outcomes with a real impact for people's lives.](#)

² ERRC [Europe must ensure marginalised communities have access to water during pandemic.](#)

³ Parlamento Europeu [Urgent Action Need to Address Homelessness in Europe.](#)



Negligenciados: a falta de proteção social torna os trabalhadores domésticos vulneráveis

A história de Marta Lucía Arboleda



ESPAÑA

Marta trabalhava como empregada doméstica interna há mais de sete anos quando o seu visto expirou. A lei de imigração espanhola exige que os candidatos esperem três anos antes de obter uma autorização de trabalho, «mas temos de ganhar a vida enquanto esperamos, por isso, somos obrigados a aceitar o trabalho doméstico. Isso não é difícil porque as famílias não reclamam se a nossa papelada não estiver em ordem. Mas usam a nossa situação precária para nos chantagear, ameaçando confiscar-nos o passaporte ou mandar-nos deportar, dizendo “Tem de estar agradecida por lhe termos dado um trabalho de todo”, e fazendo-nos trabalhar muitas horas com salários baixos.»

No seu segundo emprego como empregada doméstica, com um horário de trabalho mais reduzido e folga aos fins de semana, Marta começou a frequentar a Sedoac («Serviço Doméstico Ativo»), uma associação que luta pelos direitos dos trabalhadores domésticos.

Marta explica que muitos trabalhadores sofrem de depressão «porque cuidam de pessoas com Alzheimer sem terem uma formação adequada. Não são enfermeiros e ganham apenas 600 a 700 euros por mês. Não dormem o suficiente, mas mesmo assim têm de se levantar no dia seguinte para cuidar das pessoas, certificar-se de que não se ferem nem saem de casa. Estamos a fazer uma campanha pela abolição dos empregos domésticos internos, porque, na verdade, são trabalhos para três pessoas.»



9,2%

DE PESSOAS EMPREGADAS
ACIMA DE 18 ANOS NA UE
ESTÃO EM RISCO DE **POBREZA**
APESAR DE **TEREM UM EMPREGO**



Fonte: Eurostat

Mesmo quando o empregador cumpre todos os requisitos legais e paga generosamente, «continua a ser um trabalho interno. Não é uma vida, não temos nenhum assunto para falar com os nossos amigos para lá do empregador, da casa, do cão, das crianças. Estamos ali 24 horas por dia, 7 dias por semana. Além disso, muitas trabalhadoras domésticas sofrem abusos sexuais, um tema que não recebe a atenção que merece.»

Os trabalhadores domésticos querem «que o Governo reconheça que o seu trabalho de prestação de cuidados é importante e tão valorizado como qualquer outro trabalho. O serviço doméstico, no entanto, não é reconhecido pelo sistema de segurança social espanhol, o que significa que, como trabalhadores domésticos, não temos direito a subsídio de desemprego. Os nossos empregadores podem despedir-nos sem pré-aviso nem justa causa. Não há inspeções do trabalho para verificar as nossas condições de trabalho e de habitação. A reforma não é uma opção para nós. Depois de cinco ou dez anos de trabalho, muitos colegas percebem que deveriam ter trabalhado o dobro das horas, o que é obviamente impossível, porque as contribuições dos seus empregadores não são suficientes para assegurar benefícios de reforma decentes.»

A história de Marta Lucía Arboleda
foi facultada por Futuro en Común

FUTURO EN COMÚN

Por uma Europa social forte, reduzir a pobreza e proporcionar oportunidades para que todos prosperem

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Uma Europa social forte – O modelo social europeu deve fornecer proteção total e equitativa a todos os cidadãos, atenuando simultaneamente a pobreza e oferecendo oportunidades para que todos prosperem. Um rendimento digno deve reduzir o fosso entre ricos e desfavorecidos e assegurar a qualidade de vida. Todos devem beneficiar de normas laborais dignas, igualdade, uma melhoria do bem-estar e uma redução das disparidades em matéria de saúde dentro dos países e entre estes, em todas as gerações. Os princípios essenciais que impulsionam as agendas políticas a nível nacional e europeu devem ser: a proteção e inclusão social, o trabalho digno, a igualdade de género, a saúde pública e os cuidados de saúde, o acesso a habitação de qualidade e a um preço aceitável, a justiça ambiental, o ensino de qualidade e a igualdade de acesso à cultura.

Leia mais sobre a visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

Social Platform

[For ESF project outcomes with a real impact for people's lives](#)
(Por resultados do projeto ESF com um impacto efetivo na vida das pessoas)

EAPN

[Assessment of the 2020 Country-Specific Recommendations](#)
(Avaliação das recomendações nacionais específicas em 2020)

EAPN

[Poverty Explainer on what is poverty and how to combat it?](#)
(Guia da pobreza: o que é a pobreza e como combatê-la)

EAPN

[Putting Social Rights and Poverty Reduction at the heart of EU's COVID-19 Response](#) (Colocar os direitos sociais e a redução da pobreza no centro da resposta europeia à COVID-19)

FEANTSA

[5th Overview of Housing Exclusion in Europe](#) (5.º resumo da exclusão do direito à habitação na Europa)

Eurochild

[Towards no Child Poverty in Europe in 2020](#) (A caminho da extinção da pobreza infantil na Europa em 2020)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ fornecer informações e pormenores sobre o número de pessoas sem abrigo;
- ✓ fornecer e analisar dados desagregados, por exemplo, sobre género, sexo, idade, grupos, pessoas com deficiência, minorias étnicas e migrantes, no que diz respeito aos riscos de pobreza, exclusão social e privação material.





Desenvolvimento económico em comunidades rurais pobres com foco no bem-estar infantil



BURUNDI E OUTROS PAÍSES

O desenvolvimento económico pode fazer uma enorme diferença no bem-estar das crianças, mas não há garantia de que as crianças beneficiarão dele. Esta é a razão pela qual a Help a Child criou o EPIC (Economic Programme with Impact on Children - Programa Económico com Impacto nas Crianças)

O EPIC combina as melhores práticas com a aprendizagem de resiliência social, o desenvolvimento económico e o desenvolvimento infantil. O programa coloca o bem-estar de crianças e jovens em 1.º lugar, reconhecendo que o desenvolvimento económico não é um objetivo em si mesmo, mas um caminho para o bem-estar sustentável da próxima geração. O EPIC acredita que uma economia sustentável e saudável deve ter bases sociais sólidas e, portanto, os seus programas abordam questões económicas e sociais.

O EPIC dedica tempo a fortalecer as capacidades sociais da comunidade como uma etapa anterior ao desenvolvimento económico, disponibilizando esta parte do seu trabalho ao nível da comunidade e da família. Ao nível da comunidade, o EPIC constrói e fortalece as estruturas comunitárias no sentido de promover a resiliência socioeconómica (ODS 11), trabalhando com grupos de autoajuda (ODS 11) e abrangendo associações ao nível de grupos que defendem interesses comuns, como educação de qualidade (ODS 4) e acesso à terra, ao capital

e a serviços. Os jovens aprendem competências para a vida, assim como agricultura e gestão agrícola (ODS 8). Em colaboração com parceiros locais, o EPIC promove a educação pré-escolar e grupos de pais para apoiar as famílias e dar às crianças pequenas um início de vida promissor (ODS 17).

Ao nível familiar, os membros da família são convidados a desenvolver uma visão partilhada e a construir um meio de subsistência agrícola sustentável. O EPIC usa o PIP (Plan Intégré du Paysan ou planeamento integrado das explorações), uma abordagem comprovada de planeamento agrícola integrado desenvolvida pela Universidade de Wageningen. A combinação do PIP com a capacitação comunitária centrada nas crianças produz resultados rápidos e positivos, criando esperança e co-responsabilidade e melhorando a produção de alimentos nutritivos e produzidos de forma responsável para todos os membros da família, incluindo as crianças (ODS 2, 3, 12). Em Kirundo, Burundi, por exemplo, a proporção de famílias participantes em situação de fome extrema foi reduzida de 71 % para 33 %. Além disso, em sete anos, as famílias estão prontas para participar em cadeias de valor sustentáveis, auxiliando o desenvolvimento económico que beneficia crianças e jovens e reduz as desigualdades (ODS 1, 10).

Acreditamos que a implementação continuada do EPIC permitirá à União Europeia e aos Estados-Membros progredir no sentido de não deixar ninguém para trás.

Esta história foi facultada pela
Help a Child





Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

O sistema alimentar da UE não é sustentável, nem ambientalmente nem socialmente

Embora muitas pessoas na UE gozem de um elevado nível de segurança alimentar e boa nutrição, estima-se que 20 % da nossa comida é desperdiçada e 33 milhões de pessoas não conseguem comprar uma refeição de elevada qualidade a cada dois dias.¹ Dietas não saudáveis levam a um número cada vez maior de pessoas obesas e que sofrem de doenças crónicas como diabetes, hipertensão e problemas cardíacos. Muitos dos nossos alimentos são produzidos por uma agricultura intensiva e insustentável ou importados de países terceiros, juntamente com muitos dos cereais que alimentam o nosso gado. Frequentemente, os métodos de agricultura intensiva dentro e fora da UE destroem habitats, constituindo um dos principais motores da perda de biodiversidade e exigindo a utilização de grandes quantidades de fertilizantes químicos, pesticidas e antibióticos. Tudo isto resulta em poluição e emissões significativas de gases com efeito de estufa. Ciclicamente, o setor é abalado por escândalos relacionados com o bem-estar animal, bem como por escândalos em torno dos direitos dos trabalhadores na agricultura e na indústria de processamento de alimentos. Além disso, os pequenos agricultores e as explorações familiares passam por dificuldades para obter um rendimento decente pelo seu árduo trabalho. A Política Agrícola Comum (PAC) da UE continua a recompensar a agricultura intensiva e em grande escala. Com efeito, a PAC representa cerca de um terço do orçamento total da UE, mas não tem sido capaz de garantir preços decentes aos produtores nem de evitar a perda de biodiversidade, a erosão do solo, as emissões de gases com efeito de estufa e a poluição das águas subterrâneas.

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- De acordo com o Eurostat, mais de metade da população da UE, em alguns Estados-Membros até mais de 60 %, sofre de obesidade. A má alimentação e a obesidade contribuem para as duas principais causas de morte na região: doenças cardiovasculares e cancro.
- Na UE, cerca de 20 % de todos os alimentos produzidos são desperdiçados. 70 % do desperdício alimentar na

UE ocorrem ao nível do retalho, dos serviços alimentares e do consumidor. As famílias geram mais de metade deste desperdício alimentar.²

- Conforme o indicado pela AEA, a carne e os produtos lácteos têm altos impactos ambientais principalmente relacionados com a sua produção, incluindo a produção de alimentos para animais. Um estudo realizado pelo Centro Comum de Investigação (CCI) concluiu que a carne e os lacticínios contribuíram com 24 % dos impactos ambientais do consumo na UE.³ Medidas para reduzir o consumo de carne e de lacticínios no sentido de adotar fontes mais sustentáveis de proteína não receberam, até agora, nenhum apoio dos legisladores da UE, apesar das provas do impacto UE, apesar das provas do impacto positivo de medidas neste âmbito.
- A intensificação agrícola é uma das principais razões para o declínio de plantas e animais na Europa. Metade das nossas aves comuns de terras agrícolas desapareceram desde a década de 1980.⁴
- A agricultura é a principal fonte de nitrato em águas subterrâneas. O excesso de fertilizantes infiltra-se no solo, podendo a poluição da água ocorrer décadas depois. Embora a Diretiva relativa a nitratos pretenda reduzir a poluição por nitrogénio para menos de 50 mg/l, as concentrações de nitratos em muitas partes da Europa estão acima dos níveis recomendados (Eurostat). De acordo com o último relatório da CE (datado de 2002), 20 % das estações de monitorização da UE apresentaram concentrações superiores às permitidas, sendo que 40 % destas eram superiores ao valor de referência da Diretiva relativa à qualidade da água potável (25 mg/l).⁵
- A agricultura é uma das cinco principais fontes de todas as emissões de gases com efeito de estufa em toda a UE, representando 10 % do total de emissões. 53 % do metano antropogénico e 94 % das emissões de amoníaco na UE provêm da agricultura.
- A agricultura biológica na UE representa apenas cerca de 8 % da utilização dos solos agrícolas, com um aumento bastante lento de cerca de meio ponto percentual por ano.
- O número de explorações agrícolas familiares e de pequena escala na UE diminuiu drasticamente: de acordo com o inquérito à estrutura das explorações agrícolas (Farm Structure Survey) do Eurostat, o número caiu de 15 para 10,5 milhões entre 2005 e 2016. Os baixos preços pagos por este trabalho árduo prejudicam a subsistência das comunidades rurais.

¹ Comissão Europeia [Food Waste](#).

² Comissão Europeia [Stop Food Waste](#).

³ CCI [Environmental Improvement Potentials of Meat and Dairy Products](#).

⁴ BirdLife International [300 million farmland birds lost since 1980 - How many more must we lose before changing course on the CAP?](#)

⁵ AEA [Percentage of sampling sites in groundwater bodies where annual average concentrations exceed 50 mg/l nitrate](#).



Produção de alimentos sustentável? Respeite o ambiente, envolva os seus clientes - e valorize a contribuição das mulheres agricultoras

A história de Heleen Lansink-Marissen



OS PAÍSES BAIXOS

Chamo-me Heleen Lansink-Marissen. Não cresci no campo, mas mudei-me para aqui quando casei com um agricultor. Como pessoa de fora, certas coisas surpreenderam-me. Havia pouca discussão crítica entre os agricultores ou com o mundo para além dos campos. Na verdade, havia um jogo de culpas com a sociedade a acusar os agricultores de provocarem alterações climáticas e os agricultores a culparem os consumidores pelos seus estilos de vida de elevado consumo. Depois de passar alguns anos na quinta, a minha resposta foi evitar este jogo de acusações e optar pelo diálogo, que, na verdade, já tinha começado com as escolas primárias, os clubes desportivos e os turistas de bicicleta que visitavam a nossa quinta. Iniciámos um diálogo genuíno: as pessoas ficavam impressionadas com as nossas escolhas e respondíamos às questões dos nossos visitantes. Começámos a vender leite em casa e criámos um site, demelktapperij.nl, e agora temos muito mais contato direto com os nossos clientes.

As mulheres agricultoras são um recurso subvalorizado. Das 800 mulheres agricultoras num evento recente da For Farmers, quase todas detinham 50 % das suas explorações e participavam em condições de igualdade nas decisões de negócios. Mas poucas aparecem em encontros dedicados à agricultura e os consultores que visitam as quintas falam apenas com os maridos.



DE 2005 A 2016 O NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NA UE **DESCEU DE 15 PARA 10,5 MILHÕES.** PERDEMOS 4,5 MILHÕES DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS EM APENAS 10 ANOS.



Fonte: Eurostat

São as mulheres com os seus contatos com o mundo exterior, no portão da escola e nas lojas, que trazem novas ideias para o negócio. Por exemplo, na nossa quinta, tratamos o nosso estrume com micro-organismos de uma empresa biológica. Aprendi que 80 % dos novos clientes são apresentados pelas esposas dos agricultores: primeiro, elas vêm comprar produtos de limpeza ecológicos e, depois, começam a fazer perguntas sobre fertilizantes. Este é um exemplo perfeito do poder de mudança promovido pelas mulheres.

A crise do coronavírus foi uma oportunidade. As pessoas têm mais tempo umas para as outras. Vieram muito mais pessoas à quinta para comprar leite e perceber a importância de apoiar as empresas locais. Trabalhámos com a hashtag #supportyourlocalsNL. Esperamos que mais pessoas optem por produtos locais e sustentáveis, mesmo que custem um pouco mais.

Mas há tensões, os agricultores sentem-se atacados pelo movimento ambientalista – quando, na verdade, precisam de ajuda! Ajude-os a tornarem-se mais sustentáveis, premiando o bom comportamento, favorecendo aqueles que fornecem água limpa, biodiversidade, bem-estar animal e que cuidam do nosso solo. Os agricultores também querem contribuir porque pois eles têm os mesmos objetivos que o movimento ambientalista e os consumidores: a segurança alimentar e uma cadeia alimentar sustentável.

A história de Heleen Lansink-Marissen foi facultada por Women Engage for a Common Future (WECF)



Por um sistema alimentar que protege a natureza, fornece alimentos saudáveis, oferece preços justos aos agricultores, evita o desperdício e salvaguarda a soberania alimentar em termos globais

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis – A reforma da política agrícola comum é imprescindível, a fim de produzir produtos alimentares mais saudáveis e estabelecer preços justos para os pequenos agricultores e os agricultores biológicos da Europa. Tal deve implicar uma maior proteção do ambiente e da natureza, um aumento da soberania alimentar, mercados agrícolas regionais, sistemas alimentares mais saudáveis, menos desperdício alimentar e o fim do despejo no hemisfério sul. A UE deve dar prioridade à transição para uma agricultura biológica em pequena escala e à reflorestação como principais medidas de combate às alterações climáticas.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

Make Europe Sustainable for all + Forum for Environment and Development The Common Agricultural Policy and the SDGs (A Política Agrícola Comum e os ODS)

Make Europe Sustainable for all + IFOAM Organics International #IGrowYourFood – voices from European farmers (Vozes de agricultores europeus)

EEB, Birdlife, WWF, Greenpeace Last Chance CAP (A última oportunidade da CAP)

EEB + Birdlife International Agriculture and Climate Change (Alterações agrícolas e climáticas)

EEB, Birdlife, German Watch, CEE web for biodiversity, FNE, IIDMA + Birdwatch Ireland Recommendations on the future CAP and Climate Policies (Recomendações sobre o futuro da CAP e as políticas climáticas)

WWF e WRAP Halving Food Loss and Waste in the EU by 2030: the major steps needed to accelerate progress (Reduzir para metade a perda e o desperdício alimentar na UE em 2030: os passos mais importantes necessários para acelerar o progresso)

Coligação de ONGs Less and better meat, dairy and eggs in Farm to Fork Strategy (Carne, laticínios e ovos na Estratégia da quinta ao garfo)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ incluir uma melhor compreensão de dietas pobres e problemas de saúde relacionados para além da taxa de obesidade;
- ✓ medir o consumo de carne ou carne e laticínios per capita;
- ✓ monitorizar o desperdício alimentar em toda a cadeia de fornecimento;
- ✓ estabelecer transparência na pegada ecológica de alimentos para animais importados de países terceiros;
- ✓ controlar as quantidades de fertilizantes químicos, pesticidas e antibióticos utilizados na agricultura;
- ✓ supervisionar as emissões de GEE (particularmente de óxido nitroso e metano) provenientes da agricultura;
- ✓ acompanhar a tendência de encerramento de explorações agrícolas familiares e de pequena escala.



Acabar com o sistema de angariação de mão de obra na agricultura italiana: nova legislação para conter a exploração



ITÁLIA

O termo «caporalato» (sistema de angariação de mão de obra) descreve o sistema ilícito de recrutamento e exploração laboral por meio de intermediários ilegais («caporali»). A exploração dos trabalhadores pelos «caporali» é generalizada em toda a Itália. Do 1 milhão de trabalhadores agrícolas em Itália, cerca de 130 000 vivem em condições de exploração laboral grave, em formas de quase escravidão, dos quais 80 % são migrantes e 20 % italianos.

A nossa campanha contra o sistema de angariação de mão de obra começou com mobilização social e denúncia pública, envolvendo, num momento seguinte, os meios de comunicação e os políticos. O nosso objetivo era obter legislação que penalizasse e proibisse o «caporalato» e estabelecer novas empresas sociais que respeitem os direitos dos trabalhadores e tenham o apoio de consumidores responsáveis.

O trabalho de base, as campanhas de informação e de sensibilização e o trabalho com a imprensa e os meios de comunicação focaram a atenção do público no sistema de angariação de mão de obra e no envolvimento do crime organizado. A mobilização da base para o topo criou as condições sociais e políticas para a promulgação da lei nacional sobre o sistema de angariação de mão de obra.

A lei 199/2016 penaliza o crime de exploração laboral e autoriza sanções, traduzidas em multas aos empregadores que contratem trabalhadores em condições de exploração, diretamente ou através de intermediários, assim como confisco de ativos de empresas e detenção e prisão em casos de flagrante delito. A lei também prevê medidas de combate ao chamado «trabalho ilegal» e a introdução de sistemas de transporte eficientes no setor agrícola.

O plano trienal do Ministério do Trabalho e Política Social, elaborado em colaboração com organizações sociais e empresariais, identifica seis áreas prioritárias de prevenção e combate contra a exploração laboral, que incluem controlo e vigilância, garantia da qualidade da cadeia de produção alimentar, intermediação e serviços de trabalho, construção de uma rede de empregos de qualidade na agricultura, transportes e habitação e alojamento temporários.

A nossa luta bem-sucedida por uma lei que criminalize o sistema de angariação de mão de obra, envolvendo a sociedade civil, os meios de comunicação social e os sindicatos, contribui para a erradicação da fome, para a promoção do trabalho digno, para o crescimento económico e para o consumo e a produção responsáveis. Além disso, ela também contribui indiretamente para melhorar a saúde e o bem-estar, promover a igualdade de género e reduzir as desigualdades.

Esta história foi facultada por
ENGIM e FOSCIV





Prevenir o risco de fome com alimentos sustentáveis: Revolta da Batata 2020



FRANÇA, SUÉCIA

10

O membro de transição sueco da ECOLISE, Stödföreningen för omställningsinitiativ, está a organizar a «Revolta da Batata 2020», uma campanha nacional lançada por Närjord, uma ONG de Söderhamn.

A campanha é inspirada nas revoltas suecas da batata de 1917, que constituíram uma resposta à fome em todo o país. Atualmente, o foco da campanha é a possibilidade muito real de que a crise do Covid-19 corte rendimentos e faça as pessoas passarem fome. No dia 1 de maio, a Stödföreningen för omställningsinitiativ apelou à plantação comunitária de batata, pedindo aos municípios que cedessem terrenos localizados em áreas de parque e permitissem a plantação em campos não utilizados. Os grupos comunitários Grangärde, Holmåsa e Värmdö plantaram batatas juntos enquanto outros faziam manifestações de «baldes de protesto», que ocorreram em todo o país, incluindo Malmö, Gotemburgo, Molkom e mesmo em frente ao edifício do parlamento em Estocolmo. Os cidadãos reivindicavam a tomada de medidas por parte dos representantes com base numa lista de 22 exigências inicialmente apresentadas ao município de Söderhamn. O Clube de Jardins de Sävarådalen, perto de Umeå, também distribuiu baldes da Revolta da Batata em 10 aldeias, com o intuito de difundir o conceito.

A «Revolta da Batata 2020» é uma boa ilustração do impacto e do potencial de transformação de iniciativas lideradas pela comunidade. Mostra igualmente que estas iniciativas podem ser ampliadas de forma rápida e fácil ao nível nacional e também transnacional: com efeito, a ideia sueca foi adotada e promovida pela Transition France. As iniciativas de transição baseiam-se nas melhores informações e evidências disponíveis e utilizam a inteligência coletiva das pessoas para encontrar e conceber melhores formas de vida, distinguindo-se pelo seu caráter solidário, valorizando e prestando atenção aos aspetos emocionais, psicológicos, relacionais e sociais de cada comunidade. Começando com as preocupações e dificuldades que as comunidades enfrentam no momento, como a crise do Covid-19, estas iniciativas trabalham para transformar a sua visão e as suas ideias em realidade. Estas iniciativas também têm impactos positivos indiretos noutros ODS. Por exemplo, a «Revolta da Batata 2020» também trouxe mudanças nos padrões de consumo das pessoas e impulsionou as capacidades de produção locais, contribuindo, assim, para a implementação de um consumo e de uma produção sustentáveis. Estes protestos criativos foram os pioneiros de um novo estilo de ação coletiva que capacita e permite às pessoas trabalharem em prol da sustentabilidade nas suas cidades e comunidades.

Esta história foi facultada pela ECOLISE





Quinta circular de Kipster: avicultura neutra para o clima e amiga dos animais



OS PAÍSES BAIXOS

As explorações avícolas Kipster são uma alternativa à pecuária intensiva com impactos positivos em vários ODS – sendo, ao mesmo tempo, comercialmente bem-sucedidas.

Na produção convencional de ovos, milhões de pintos do dia são macerados ou gaseados todos os dias e transformados em ração para animais de estimação. A Kipster não mata os pintos machos, optando por criá-los para produção de carne. As galinhas poedeiras dispõem de um amplo espaço interno e externo, jardim interno e luz natural. Pertencem a uma raça adaptada que não é propensa a arrancar penas, o que significa que não há corte de bicos, uma prática padrão em sistemas de criação convencionais. As galinhas podem expressar plenamente o seu comportamento natural, com espaço suficiente para se moverem e baterem as asas, solo para raspar, galhos para pousar e a possibilidade de fazer uma soneca tranquila. Melhorar o seu bem-estar fortalece a saúde dos animais, tornando a produção mais resiliente e reduzindo o risco de zoonoses – doenças que podem ser transmitidas de animais para humanos.

A sustentabilidade é o foco das atividades da Kipster. Os ventiladores de extração removem 95 % das partículas finas do ar, protegendo a saúde das pessoas que moram nas proximidades. As galinhas poedeiras são mantidas com luz natural, o que ajuda a economizar energia. Os 1 078 painéis solares da quinta produzem o dobro da eletricidade de que a exploração necessita. Na Kipster, as galinhas não são alimentadas com ração comercial feita de cereais, milho e soja, que humanos poderiam comer, mas com restos e desperdícios da indústria alimentar transformados em algo comestível, como faziam nas explorações pré-industrialização.

A Kipster começou com um galinheiro e 24 000 aves, duplicando este número na sua segunda exploração. Nos EUA, a quinta inicial possui cinco galinheiros e 120 000 aves. O principal obstáculo à expansão é a disponibilidade limitada de desperdício alimentar para alimentar o gado. Por exemplo, numa UE em que a terra e os fluxos de desperdício fossem utilizados de forma otimizada, apenas seria possível criar 6 milhões de galinhas, 50 milhões de porcos e 30 milhões de vacas leiteiras - uma diminuição entre 30 e 100 % dependendo das espécies.

A Kipster mostrou que a agricultura pode transformar para melhor: um modelo circular com respeito pelo bem-estar dos animais.



Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Saúde pública sob ataque

Regra geral, a UE alcançou níveis muito elevados de saúde e bem-estar: a esperança de vida para as mulheres é superior a 83 anos e de 78 anos para os homens, a saúde materno-infantil é excelente em termos gerais e a maioria das pessoas tem acesso a cuidados de saúde de alta qualidade, medicamentos acessíveis e seguro de saúde. Porém, ainda existem desafios substanciais. As medidas de austeridade implementadas desde 2010 cortaram os orçamentos dedicados à saúde e à proteção social, reduziram a cobertura de seguro e aumentaram as taxas e copagamentos. Os sistemas de saúde têm de se ajustar aos impactos das mudanças demográficas, com o envelhecimento da população e o aumento da prevalência de doenças crónicas, enquanto muitos países da UE lutam com a escassez de pessoal no setor da saúde e da assistência social, especialmente de enfermeiros e prestadores de cuidados, profissionais muitas vezes mal pagos. A pandemia da COVID-19 expôs estas fraquezas.

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- Existem desigualdades significativas em termos do direito a cuidados preventivos e curativos atempados, acessíveis e de boa qualidade. O acesso desigual a cuidados de saúde de qualidade em áreas rurais e no seio de grupos vulneráveis específicos é evidente em listas de espera para tratamento mais longas, muitas vezes não divulgadas, tarifas proibitivas para produtos farmacêuticos e outros equipamentos médicos e dificuldades em reter pessoal médico suficiente.¹
- As doenças não transmissíveis, muitas vezes relacionadas com estilos de vida pouco saudáveis, são as principais causas de incapacidade, saúde precária, aposentação por motivos de saúde e morte evitável. Além disso, são a principal causa de mortalidade na UE e são responsáveis pela maior parte das despesas de saúde, custando às economias da UE 115 biliões de euros por ano.² Mais de meio milhão de pessoas em idade ativa morre precocemente na UE de doenças não transmissíveis.

- O uso do tabaco diminuiu, mas mais de um terço da população ainda fuma. O álcool é uma das principais causas de doenças não transmissíveis e aumenta os riscos de acidentes, violência, homicídio e suicídio.³ A OMS estima que o consumo médio per capita da UE é mais do dobro da média mundial de 12,5 litros de álcool puro por ano. O abuso de drogas é generalizado, incluindo o aumento da utilização de opiáceos sintéticos de elevada potência.⁴
- Em 2015, ocorreram, em média, 11 suicídios por 100 000 habitantes,⁵ e mais de um terço de todas as pessoas têm problemas de saúde mental todos os anos, incluindo ansiedade, depressão e consumo de substâncias.⁶
- Embora a poluição do ar seja o maior risco ambiental para a saúde na Europa, responsável por cerca de 400 000 mortes evitáveis na UE todos os anos,⁷ e seja reconhecida pelo Eurostat como um risco para a saúde, não existe nenhum indicador que capte os seus impactos na saúde.
- As pessoas mais pobres estão expostas a níveis mais elevados de poluição do ar, condições meteorológicas extremas, ruído e produtos químicos, o que resulta em impactos desproporcionais na saúde que exacerbam as desigualdades existentes na saúde.⁸
- Dois terços dos produtos químicos produzidos na Europa hoje são perigosos para a saúde, encontrando-se, entre outras coisas, em embalagens alimentares, resíduos de pesticidas em alimentos e em produtos cosméticos e têxteis. A exposição a produtos químicos não é monitorizada pelos indicadores ODS do Eurostat. Os impactos da exposição a certos produtos químicos foram estimados. Por exemplo, a exposição in utero ao BPA presente em papel térmico pode causar efeitos adversos à saúde em 81 000 crianças a cada ano. Estima-se que a doença relacionada com a exposição a apenas um pequeno grupo de desreguladores endócrinos custe 157 biliões de euros por ano na UE.⁹

¹ Comissão Europeia *Inequalities in Access to Health Care*.

² Comissão Europeia «Non-communicable diseases».

³ OMS *Alcohol in the EU*.

⁴ OEDT *Relatório Europeu sobre Drogas 2019*.

⁵ World Population Review «Suicide rates per country».

⁶ EU Compass for Action on Mental Health and Wellbeing.

⁷ AEA *Cutting air pollution in Europe would prevent early deaths, improve productivity and curb climate change*.

⁸ AEA <https://www.eea.europa.eu/publications/healthy-environment-healthy-lives>

⁹ Tarasand L. et al. (2016) Burden of disease and costs of exposure to endocrine disrupting chemicals in the European Union: an updated analysis.



Mais respeito pelos profissionais da enfermagem é a base para um sistema de saúde público sustentável

A história de Valérie Pasquier



FRANÇA

Trabalho em hospitais franceses desde o ano 2000. Ao longo dos anos, as minhas condições de trabalho foram piorando. Os hospitais já não são considerados um serviço público, mas sim um negócio que deve ter lucro. Consequentemente, os pacientes passam menos tempo no hospital, dá-se preferência a procedimentos médicos mais caros e, muitas vezes, o pessoal ausente não é substituído. Para os gestores, não somos mais do que números.

À medida que a falta de pessoal se torna o «novo normal», é difícil acompanhar o ritmo acelerado da vida hospitalar. Muito poucas pessoas entram em enfermagem, o que, dados os salários da nossa profissão predominantemente feminina, não é surpreendente. Com 20 anos de experiência, ganho 1700 euros por mês e isso porque muitas vezes faço turnos extra à noite, feriados e fins de semana para poder pagar as minhas despesas. Os nossos salários não estão ajustados ao custo de vida e, como resultado, estamos entre os profissionais de saúde mais mal pagos da Europa!

Desde março que trabalho no departamento da Covid-19. É já de si uma situação desgastante, mas ainda é agravada pela falta de equipamentos de proteção individual.

O esgotamento físico e psicológico é a consequência destas condições de trabalho. Mesmo quando é o nosso dia de



HÁ ATUALMENTE **4,45 MILHÕES DE ENFERMEIROS** E PARTEIROS NA UE. NÃO É SUFICIENTE. **MAIS PESSOAS IDOSAS EXIGEM MAIS ENFERMEIROS.**

SALÁRIOS BAIXOS, CONDIÇÕES DE TRABALHO DIFÍCEIS E RISCOS PARA A SAÚDE EVITAM QUE OS JOVENS ESCOLHAM A PROFISSÃO DE ENFERMEIRO. **A MIGRAÇÃO DE ENFERMEIROS DE OUTROS PAÍSES AJUDA MAS CRIA CARÊNCIAS NOS PAÍSES DE ORIGEM. APROXIMADAMENTE 90% DOS ENFERMEIROS E PRESTADORES DE CUIDADOS SÃO MULHERES.**

Fonte: Eurostat

descanso, podemos ser chamados para trabalhar a qualquer momento para substituir um colega doente ou ausente – outra causa de stress com impacto significativo nas relações e na vida familiar.

Mas nunca quis fazer outra coisa. Os meus pais já eram profissionais de saúde e, em criança, sonhava ser enfermeira. Sempre gostei de me dar com os pacientes e com os meus colegas. Fazemos amizades íntimas e duradouras e juntos encontramos maneiras de compensar os baixos salários e as más condições de trabalho – trocando roupas e produtos caseiros. Conseguimos divertir-nos sem ficar na fálência e, ao mesmo tempo, é bom para o planeta e para a moral.

Agora, com a crise do coronavírus, estamos a receber maior reconhecimento público. A crise mostrou a necessidade urgente de rever os nossos salários e as nossas condições. Amamos o nosso trabalho e fazemo-lo com sentido de vocação, mas isso não significa que o governo possa menosprezar-nos. É hora de o governo fornecer os recursos necessários para garantir boas condições de trabalho – materiais, financeiros e psicológicos.

A história de Valérie Pasquier foi facultada por Women Engage for a Common Future France (WECF França)





Por um acesso equitativo aos cuidados de saúde para todos e por um ambiente livre de produtos tóxicos

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Acesso equitativo aos cuidados de saúde - A Europa tem de garantir o acesso equitativo aos cuidados de saúde para todos e deve diminuir as disparidades de saúde entre gerações e dentro dos países e entre estes. Todas as políticas europeias têm de proteger e salvaguardar o bem-estar e a saúde.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

EPHA

Health inequalities: a public health challenge for European policy-makers (Desigualdades na saúde: um desafio de saúde pública para os decisores políticos europeus)

HEAL

How the chemicals in food contact materials are putting our health at risk (Como os produtos químicos em materiais em contacto com alimentos colocam a nossa saúde em risco)

EEB et al.

Time to ensure that the Chemicals Strategy for Sustainability delivers a toxic-free environment (É hora de garantir que a estratégia em matéria de produtos químicos para a sustentabilidade garanta um ambiente livre de produtos tóxicos)

EEB

Most Member States are failing to protect citizens from toxic air (A maioria dos Estados-Membros não está a proteger os cidadãos do ar tóxico)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ analisar as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde;
- ✓ monitorizar o abuso de drogas e o consumo prejudicial de álcool;
- ✓ controlar problemas de saúde mental, por exemplo, evidenciados pelas taxas de suicídio e pela prevalência de doenças psiquiátricas;
- ✓ monitorizar a exposição a produtos químicos prejudiciais.



Educação para uma vida livre de produtos tóxicos: o projeto Nesting



FRANÇA

A rede Women Engage for a Common Future iniciou o projeto NESTING em 2008, no contexto da preocupação crescente por parte da comunidade científica e do público em geral sobre a utilização de produtos químicos sintéticos e seus impactos na saúde, evidenciado pelo aumento de distúrbios da saúde reprodutiva, doenças do desenvolvimento neurológico, diabetes, obesidade e câncers infantis.

A ação preventiva por parte dos legisladores e do governo estava aquém do desejado. Assim, a WECF França desenvolveu módulos de formação de formadores em saúde ambiental destinados a maternidades. Esta medida evoluiu para uma rede nacional de formadores cujas oficinas ajudam os pais a garantir que as suas famílias têm um ambiente interno saudável. 200 formadores, principalmente profissionais de saúde, realizam workshops em cerca de 60 instituições, principalmente maternidades. O número de oficinas duplicou, recebendo agora apoio financeiro e técnico do Ministério da Transição Ecológica e Solidariedade, da Agência Francesa de Alimentos, Ambiente e Saúde e Segurança Ocupacional (ANSES) e das Agências Regionais de Saúde (ARS).

As oficinas centram-se na compreensão do participante relativamente às ligações entre a infância e a exposição ambiental diária a poluentes e seus riscos para a saúde - (coconstrução); em soluções e alternativas concretas e simples para limitar a exposição aos poluentes - (aplicação prática) e ações pessoais para a mudança - (dimensão psicológica).

Os participantes são apoiados para resolverem problemas e chegarem a soluções, assumirem responsabilidade pela sua própria saúde e serem atores de mudança.

A sensibilização é fundamental para o projeto. A WECF França contribui para os processos de decisão política, o que inclui o plano de ação nacional de saúde e ambiente, a estratégia nacional de substâncias químicas causadoras de desregulação endócrina e o comité de direção da ANSES. Campanhas com foco na saúde de mulheres grávidas e crianças têm reivindicado a remoção de certos produtos químicos em produtos para crianças e iniciaram projetos de colaboração com os principais atores para reduzir a exposição global a produtos químicos prejudiciais.

Até à data, os participantes têm sido principalmente mulheres, o que levanta questões sobre se as ações dedicadas à saúde e ao ambiente reforçam estereótipos de género, com as mulheres ainda ligadas a tarefas que lhes são tradicionalmente atribuídas e pouco partilhadas com os seus parceiros homens. A WECF França reconhece este paradoxo e analisará formas de o resolver.

Uma vez que todos os cidadãos europeus são afetados por questões ambientais e de saúde, o projeto Nesting foi concebido essencialmente como uma iniciativa à escala da UE. Após 10 anos de experiência e sucesso, a formação pode ser replicada noutros países, com apenas pequenas alterações sempre que os regulamentos locais assim o exigirem.

Esta história foi facultada por Women Engage for a Common Future France (WECF França)





Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

O objetivo de não deixar ninguém para trás ainda não foi conquistado na educação e na cultura

A UE e os seus Estados-Membros garantem que muitas pessoas beneficiam de cuidados na primeira infância, da escola e do ensino superior. Os níveis da educação de adultos têm aumentado. A igualdade de género na educação em todas as faixas etárias atingiu um pico histórico. As taxas de analfabetismo são muito baixas. No entanto, a percentagem do PIB investida em educação na Europa nunca foi tão baixa como hoje. Nem todos usufruem do direito a uma educação de qualidade, sendo o acesso à educação ainda muito desigual. A pandemia da COVID-19, com o encerramento generalizado de escolas e a expansão da aprendizagem digital, expôs desigualdades profundas no acesso à educação e às ferramentas de aprendizagem digital e na disponibilidade de instalações e equipamentos básicos (como internet rápida e portáteis).

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- Em toda a Europa, a percentagem média do PIB investido em educação nunca foi tão baixa, afirma a Lifelong Learning Platform. Nos últimos anos, a despesa pública com a educação diminuiu na maioria dos Estados-Membros, o que demonstra uma clara falta de coerência entre os objetivos educacionais e de aprendizagem ao longo da vida e os recursos financeiros necessários para os atingir.
- Embora a grande maioria das crianças e jovens tenham acesso à educação, a qualidade da educação nem sempre é de alto nível. Em 2018, em média, 22,5 % dos jovens de 15 anos não tinham competências básicas em leitura, matemática ou ciências (Eurostat/OCDE). Mais de 10 % dos jovens na UE abandonam a educação precocemente, com percentagens de até 17 % ou mais em alguns Estados-Membros (Eurostat).
- Embora a Comissão Europeia tenha pesquisado a correlação entre o contexto familiar e as oportunidades e os resultados educacionais, as desigualdades educacionais não são examinadas pelo relatório de monitorização dos ODS do Eurostat. Uma investigação recente do Centro

Comum de Investigação (CCI) demonstrou que o fosso entre as crianças menos privilegiadas e a maioria dos alunos foi reduzido em muito poucos Estados-Membros da UE, enquanto vários países apresentam crescentes desigualdades educacionais. A Agência dos Direitos Fundamentais (ADF) demonstrou, num exemplo gritante, que existem diferenças consideráveis entre as crianças das comunidades cigana e não cigana desde a pré-escola ao ensino secundário, com apenas 12 % das crianças ciganas a concluírem o ensino secundário superior ou profissional.

- Os sistemas educacionais focam-se normalmente em competências estritas entendidas como necessárias para satisfazer as necessidades do mercado de trabalho em vez de se focarem na aprendizagem ao longo da vida e em objetivos de desenvolvimento pessoal mais holísticos, incluindo objetivos como a educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, a educação em saúde, a promoção da cultura, os direitos humanos e a igualdade de género, a cidadania global e outras aptidões essenciais necessárias em sociedades saudáveis e sustentáveis. Valorizar do mesmo modo todas as formas de educação, apoiar oportunidades de aprendizagem ao longo da vida e promover uma educação para a cidadania global transformadora é o primeiro passo para alcançar a visão da Agenda 2030.
- De acordo com o Fórum Europeu da Deficiência, as crianças e os jovens com deficiência podem participar no ensino regular em alguns Estados-Membros. Noutros países, a situação é bastante diferente e, em alguns casos, os alunos com deficiência são totalmente excluídos das escolas e universidades. A Estratégia da UE para a Deficiência 2020-2030 deve garantir o acesso a uma educação regular, inclusiva e de qualidade e à aprendizagem ao longo da vida para as pessoas com deficiência. Ao nível da UE, as pessoas com deficiência têm, por exemplo, menos probabilidade de participar no Erasmus+ do que as pessoas sem deficiência.
- O ODS 4 apela à valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. No entanto, as organizações culturais salientaram que as referências à cultura na monitorização e divulgação de informação sobre os ODS são escassas e que os governos não reconhecem suficientemente as muitas formas em que os aspetos culturais influenciam e contribuem para o desenvolvimento sustentável.

1 Comissão Europeia/Centro Comum de Investigação. *Socio-Economic Background and Educational Inequalities*.

2 ADF. *Education: the situation of Roma in 11 EU Member States*.

3 Fórum Europeu da Deficiência. *EDF Written Review of the Disability Strategy 2020-2030*.

4 Culture Action Europe et al. *Culture in the Implementation of the 2030 Agenda*.



O acesso desigual à educação piorou com a pandemia

A história de Oana



📍 ROMÉLIA

Oana é uma estudante do 12.º ano numa área rural pobre da Roménia. A jovem mora com o pai, os irmãos, as irmãs, a cunhada e a sobrinha. A mãe saiu do país em busca de trabalho mas, por causa da crise da Covid-19, não pode trabalhar nem enviar dinheiro para casa.

A Covid-19 ofusca tudo. Oana está a rever a matéria dos exames de acesso à universidade – um verdadeiro desafio, uma vez que é obrigada a estudar em casa e a comunicar com os professores por e-mail ou Whatsapp. «Antes da pandemia, quase nunca usava o e-mail. A minha dificuldade é que tenho acesso limitado à internet e não tenho um portátil, por isso tenho que fazer tudo no meu telefone, até mesmo escrever trabalhos.»

Todos os planos de Oana, na verdade toda a sua vida, foram virados do avesso pela Covid-19: agora divide a sua vida entre o estudo e as tarefas domésticas. «Estamos todos em confinamento. O meu pai é o único que sai porque tem de trabalhar. Os outros ficam no quintal. Este devia ser o meu ano, o ano em que eu me divertiria e aproveitaria estas últimas semanas para estar com os meus amigos da escola. Agora, olhe para nós, a falar por mensagens, a aprender online, ansiosos por podermos voltar para a escola. Nós, os alunos do 12.º ano, somos os mais afetados de todos – espero que possamos superar tudo isto!»

EM 2019, **11,9%**
DE RAPAZES E **8,4%**
DE RAPARIGAS NA UE
ABANDONARAM
PRECOCEMENTE
A ESCOLA E
A FORMAÇÃO.



Fonte: Eurostat

«Estou a estudar biologia para os exames finais do ensino secundário e para o acesso à universidade. Com a pandemia, tenho de ser ainda mais rigorosa comigo mesma, porque estou em casa o dia todo. É muito difícil, porque não tivemos aulas de biologia e algumas coisas são realmente difíceis de entender apenas através dos livros e de vídeos sem a ajuda de um professor. Mas isto também nos tornou mais responsáveis do que o normal para concluir estes trabalhos.»

Oana recebe uma bolsa da World Vision.

«O programa de bolsas de estudo deu-me oportunidades reais... Permitiu-me dizer o que penso e deu-me confiança para falar em público. Já não sou a jovem tímida que costumava ser.»

Recentemente, Oana teve a sorte de receber um portátil como parte da sua bolsa de estudos. Como Oana, muito mais crianças em toda a UE precisam de ajuda e infraestrutura digital para continuar a estudar online. A educação é a sua oportunidade online de sair da pobreza.



Por uma educação de qualidade, um acesso igual à cultura e uma capacitação das pessoas para serem cidadãos ativos

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Educação de qualidade e acesso igual à cultura para todos
- Por uma UE que garanta educação de qualidade e acesso igual à cultura para todos e com orçamentos centrados nas pessoas, investindo em educação e cultura. Por uma UE que apoia a educação para a cidadania e a promoção da reflexão crítica para conferir capacidades aos cidadãos para melhor participarem nos debates públicos.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

Lifelong Learning Platform

Europe's share of GDP for education and training has never been this low. (A percentagem do PIB europeu investido em educação e formação nunca foi tão baixa.)

Lifelong Learning Platform

PISA 2018 results a wake up call to put well-being not numbers at the heart of policy making (Os resultados do estudo PISA 2018 são um alerta para colocar o bem-estar e não os números no centro da definição de políticas)

Culture Action Europe

Culture in the Implementation of the 2030 Agenda
(A cultura na implementação da Agenda 2030)

Bridge 47

Envision 4.7. Roadmap in support of SDG target 4.7
(Visão 4.7. Roteiro de apoio ao objetivo ODS 4.7)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ medir a despesa pública com educação e aprendizagem ao longo da vida, por exemplo, % do PIB gasto com educação;
- ✓ monitorizar a correlação entre o contexto socioeconómico das famílias e as oportunidades de educação com dados desagregados por grupos específicos, como famílias com baixos rendimentos, minorias étnicas e migrantes;
- ✓ analisar o papel da cultura na implementação dos ODS.



Garantindo o direito universal à educação durante a crise da Covid-19: o site #AlleanzaAgisce



ITÁLIA

O projeto #AlleanzaAgisce (Aliança em ação) nasceu do desejo de mostrar o compromisso dos mais de 270 membros e mais de 200 associados da ASviS

Este projeto transformou-se num portal que recolhe, dá visibilidade e acesso imediato às dezenas de iniciativas que a rede ASviS implementou no terreno, tanto para fazer face às dificuldades derivadas da emergência sanitária, como para estabelecer os fundamentos para construir um futuro mais sustentável e resiliente.

Com o hashtag «#AlleanzaAgisce», o site asvis.it disponibilizará a todos os interessados o portal que recolhe informações sobre as iniciativas e também descreverá em pormenor alguns dos projetos, com notícias contendo entrevistas e focos específicos.

O portal é atualizado diariamente com os numerosos projetos iniciados: inúmeras iniciativas de solidariedade, incluindo angariação de fundos, doações, webinars, livros gratuitos, campanhas, oficinas e novas plataformas. Em particular, no âmbito do **Grupo de trabalho dedicado ao ODS 4**, há muitas **iniciativas destacadas pelos membros da ASviS que atuam na área da educação inclusiva e de qualidade para todos**.

O projeto #AlleanzaAgisce contou com a participação de 79 organizações-membro da ASviS, que apresentaram 217 iniciativas detalhando as dificuldades que enfrentam nas

diversas áreas do desenvolvimento sustentável. Uma maior visibilidade para estas áreas foi alcançada também através da newsletter semanal enviada a mais de 15 mil utilizadores. A partilha das melhores práticas reveladas pela #AlleanzaAgisce foi ampliada também graças à rede de associações membro da ASviS e que, desde o início da Aliança, estão empenhadas num intercâmbio constante entre as iniciativas. Toda a campanha pode ser replicada em qualquer nível e em diferentes países. O seu ponto forte consiste no envolvimento das redes de organizações cujo principal foco é a educação e que estão muito enraizadas no terreno.

O grupo de trabalho ASviS dedicado aos membros do ODS 4 ativos no setor envolveu-se em duas macroáreas:

1. Educação que se transforma para se tornar resiliente ao vírus

2. Alunos e professores juntos para superar a crise nas universidades

Desde 2011, a Save the Children, através do seu projeto Fuoriclasse, intervém no combate ao abandono do ensino primário e secundário. O projeto apresenta uma perspetiva preventiva e integrada, apoiando a motivação para estudar e aprender, com o objetivo de garantir o cumprimento do direito universal à educação. As atividades são desenvolvidas em contexto educacional formal e informal. Em 2017 nasceu a Fuoriclasse in Movimento, uma rede de 160 escolas que promove a participação ativa dos alunos. Esta rede apoia o fortalecimento dos professores em metodologias inovadoras e participativas e na construção de Consigli Fuoriclasse, que constituem processos de consulta entre alunos e professores com o intuito de implementar alterações e produzir uma mudança virtuosa e sustentável dentro da escola. Mais de 500 propostas de mudança foram implementadas desde 2017.

Esta história foi
facultada por ASVIS



Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

Igualdade de género na UE: alguns são mais iguais do que outras

A igualdade de género, segundo o Eurostat, é o único objetivo em que a UE «se afastou dos objetivos de desenvolvimento sustentável».¹ Infelizmente, o progresso em direção à igualdade para as mulheres na UE não está em vias de ser alcançado até 2030. Apesar de concluírem o ensino superior com melhores classificações do que os homens, há menos mulheres empregadas após a conclusão deste nível de ensino e, em média, elas ganham menos do que os homens. As mulheres estão menos bem representadas em cargos de liderança na política, nos negócios e na ciência. A violência contra mulheres e raparigas é assustadoramente alta, com um terço de todas as mulheres na UE a relatar ter sofrido violência sexual ou física. A UE é um ponto nevrálgico do tráfico de seres humanos e de exploração sexual.

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- As mulheres também correm maior risco de pobreza do que os homens. Tanto a crise financeira e económica de 2008 como a pandemia da COVID-19 levaram ao declínio da independência económica das mulheres devido à perda de trabalho na economia informal e à rescisão de contratos de curto prazo. As mães solteiras, que constituem 87 % das famílias monoparentais, enfrentam regularmente dificuldades económicas. A disparidade salarial entre homens e mulheres persiste. Em média, em todos os tipos de emprego, as mulheres ganham 15 % menos do que os homens. Apesar de melhores resultados educacionais, apenas 78,6 % das mulheres formadas encontram emprego após concluírem o ensino superior, em oposição a 83,2 % dos homens.
- As responsabilidades de assistência recaem mais e de modo desproporcional sobre as mulheres, com uma em cada três mulheres a indicar que esta é a razão pela qual está desempregada, em comparação com 4,5 % dos homens. As mulheres trabalham em média 6 horas mais (trabalho

remunerado e não remunerado) do que os homens, com menos horas remuneradas. O trabalho de assistência não remunerado resulta na falta de proteção social para as mulheres em toda a UE, em particular na velhice.

- Tomada de decisões: em 2019, cerca de 33 % dos assentos nos parlamentos nacionais eram ocupados por mulheres (2003 – 20 %). Apesar deste progresso, apenas 28 % dos membros dos conselhos de administração das maiores empresas são mulheres. Se considerarmos todas as empresas e não apenas as maiores, este número diminui drasticamente.²
- A dimensão de género das alterações climáticas, da proteção ambiental e da sustentabilidade não está suficientemente examinada. A pobreza energética atinge com mais frequência as famílias cujo chefe de família é uma mulher. As pegadas ecológicas individuais variam entre homens e mulheres e entre diferentes níveis de rendimentos, sendo necessário considerar estes dados para a formulação de políticas eficazes.³ A capacitação política das mulheres leva à redução das pegadas climáticas.⁴
- 31 % das mulheres na UE sofreram violência física desde os 15 anos. 22 % sofreram violência física ou sexual por parte de um parceiro e entre 45-55 % assédio sexual.⁵ Todos os anos, cerca de 3500 mulheres na UE são mortas pelos seus parceiros íntimos.⁶ Pelo menos 500 000 mulheres que vivem na UE foram submetidas à Mutilação Genital Feminina (MGF).⁷
- O acesso à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos está ameaçado em todo o mundo – incluindo na UE. A legislação sobre o aborto é desigual em toda a UE, sendo uma intervenção ilegal na Polónia.
- Um estudo do Parlamento Europeu estima que centenas de milhares de pessoas, principalmente mulheres e crianças, são traficadas para ou dentro da UE todos os anos, principalmente para fins de prostituição.⁸ O estudo também sugere que políticas que liberalizam a prostituição, como na Alemanha, aumentaram a prostituição e o tráfico, enquanto o modelo sueco, que criminaliza o comprador ao mesmo tempo que oferece apoio às prostitutas, reduziu a procura e dissuadiu os traficantes.⁹

1 Comunicado à imprensa do Eurostat, 22 de junho de 2020. Eurostat monitoring report – How has the EU progressed towards the Sustainable Development Goals? <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/11011937/8-22062020-AP-EN.pdf/f2aa5fd4-a7a9-8ea6-8664-639fd4244a78>

2 Eurostat. Sustainable development in the European Union Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context, 2020 edition. [Eurostat SDG monitoring report 2020](#).

3 CIDSE *Europe's (wo)man in the moon moment*.

4 McKinney/Fulkerson *Gender Equality and Climate Justice: A Cross-National Analysis*.

5 CE *Gender-based violence by definition*.

6 Dados do programa DAPHNE EU, 2007 (sem a Croácia).

7 CE *Gender-based violence by definition*.

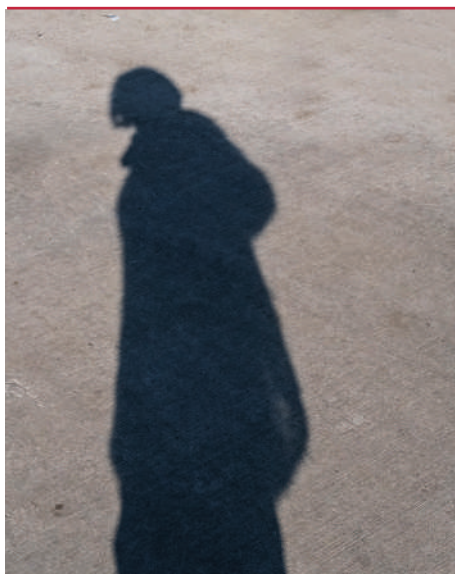
8 CE *Human-trafficking explained*. Estimativas de números fornecidas pela Europol.

9 Parlamento Europeu *Sexual exploitation and prostitution and its impact on gender*.



Como sobreviver à violência doméstica me fortaleceu – A luta pela justiça tem de continuar

História de Maria Fernanda



1 EM 5 MULHERES
NA UE COM MAIS DE 15 ANOS
FORAM VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA FÍSICA
E/OU
SEXUAL POR PARTE
DE UM PARCEIRO.

Fonte: Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia

21

ESPAÑA

«Nunca pensei que pudesse acontecer comigo. Costumava pensar que a violência de género era algo que acontecia com outras mulheres – mais submissas, sem educação... Mas há um perfil para vítimas de abuso? Não, não há.» Annette, natural do México, mudou-se para os Estados Unidos para estudar e trabalhar como jornalista. Conheceu o seu agressor, que também é o pai da sua criança, em Espanha.

A determinada altura, conseguiu descobrir um programa de apoio a mulheres sobreviventes de violência de género e juntou-se a um curso de autodefesa intitulado «Não sou uma vítima, sou uma sobrevivente». «Para elas, éramos as 25 mulheres em maior risco na cidade, cujas vidas corriam mais perigo. É horrível pensar que fomos seleccionadas porque a nossa vida estava em risco.»

O curso tornou-se um momento decisivo na sua vida. As participantes criaram um grupo de WhatsApp que acabou por se transformar no movimento *Somos Más* («Somos Mais»), para garantir que «outras mulheres não passariam por esses momentos de solidão, de angústia, de se sentirem completamente desamparadas e incompreendidas.»

Annette enfatiza a importância de se ver refletida em histórias de sucesso. «Olha para ela, passou por isto há oito anos e está bem e parece feliz. Parece segura nas ruas e posso ver que, embora ainda seja ameaçada, ela diz “está tudo bem, estou saudável, física e mentalmente, e vamos superar isso”. Reconstruir as nossas vidas significa coisas diferentes: sair sozinhas, apenas sair de casa. Temos membros que não saem por duas, três semanas.»

Ativistas pelos direitos das mulheres em Espanha estão a fazer campanha para que o sistema de justiça deixe de emitir ordens de guarda conjunta em casos de violência de género. Em Espanha, entre 2013 e 2019, 29 crianças foram mortas pelos pais como ato de vingança sobre as ex-parceiras. «Eles permitem que os abusadores continuem a criar os filhos, mesmo quando as crianças têm medo. Quando o meu filho tinha três anos, de cada vez que eu dizia que tinha que levá-lo para ver o pai, ele pedia-me perdão... “Desculpa, desculpa, porto-me bem, por favor, não faças isso.” E temos que explicar que os amamos e que a decisão não é nossa. Porque é que os direitos do pai devem prevalecer sobre os da criança?»

Por uma Europa em que as mulheres sejam livres de discriminação e violência e tenham oportunidades iguais

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Igualdade e direitos humanos – As políticas públicas e as medidas legislativas devem garantir que, em consonância com o direito europeu e internacional em matéria de direitos humanos, todos os cidadãos e residentes europeus beneficiam de igual nível de proteção e podem exercer os seus direitos e liberdades fundamentais, permitindo-lhes viver de acordo com as suas próprias convicções ao abrigo dos princípios da autodeterminação e da dignidade humana, livres de discriminação. A UE deve melhorar as suas políticas e ações para assegurar a igualdade de género, além de garantir que todas as pessoas que enfrentam discriminações múltiplas têm iguais oportunidades na sociedade.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

Lobby Europeu das Mulheres

Women in Politics (As mulheres na política) e Women in Business (As mulheres nos negócios)

Make Mothers Matter

Mothers' Unpaid Family Care Work (Mães e a prestação de cuidados familiares não remunerada)

Lobby Europeu das Mulheres

Disrupting the Continuum of Violence against Women and Girls (Interromper a violência continuada sobre mulheres e crianças)

End FGM European Network

Tackling FGM in Europe (Combater a MGF na Europa)

IPPFEN

End Reproductive Coercion (Acabar com a coerção reprodutiva)

Lobby Europeu das Mulheres + uma abrangente coligação de ONGs Brussels' Call 'Together for a Europe free from prostitution' (Apelo de Bruxelas «Juntos por uma Europa sem prostituição»)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ compreender melhor as diferenças de rendimento entre homens e mulheres na idade da reforma e a pobreza na velhice;
- ✓ monitorizar o número de mulheres nos quadros superiores de todos os tipos de empresas, na ciência e em instituições públicas;
- ✓ controlar o problema do tráfico de pessoas, em particular destinado à exploração sexual;
- ✓ avaliar melhor a interseccionalidade entre a igualdade de género e outras dimensões de desigualdade.



Combate à violência contra as mulheres com políticas inovadoras: Passaportes «Stop FGM»



📍 BÉLGICA, ALEMANHA, ESPANHA, PAÍSES BAIXOS, REINO UNIDO

A meta 3 do ODS 5 (alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas) é eliminar todas as práticas nocivas, incluindo a mutilação genital feminina (MGF).

Alguns Estados-Membros da UE tomaram medidas para impedir a ocorrência da MGF. Um exemplo são os passaportes «Stop FGM» – declarações apoiadas por governos para aumentar a sensibilização para a MGF, conjugadas com legislação específica, sanções e informações sobre ajuda ou apoio disponível. A intenção é que os membros das comunidades afetadas pela MGF levem estas declarações junto com os seus documentos de viagem quando viajam para o estrangeiro. Esta documentação é disponibilizada em diversas línguas, na esperança de que seja utilizada se uma menina ou a sua família enfrentarem pressões para se submeterem à MGF.

Em 2009, o governo holandês, juntamente com outras organizações, assinou uma «Declaração de oposição à circuncisão feminina», que pode ser entregue aos pais de filhas de países de alto risco. No Reino Unido, existe uma «Declaração de oposição à mutilação genital feminina» ou «Passaporte de saúde» para as pessoas das comunidades afetadas levarem consigo quando viajarem para fora do país. Na Bélgica, os «Passaportes STOP FGM» estão disponíveis em clínicas de saúde de viagem, centros de vacinação e serviços primários.

Da mesma forma, em Espanha, aos pais que viajam para países de alto risco pode ser solicitada a assinatura de uma declaração comprometendo-se de que as suas filhas não serão submetidas à MGF. Em Hamburgo, Alemanha, foi divulgada em 2019 uma «Declaração contra a FGM».

Instamos os países europeus a manter e aumentar os compromissos nacionais, regionais e internacionais para promover a igualdade de género e combater toda a violência contra mulheres e raparigas, incluindo a MGF. Passaportes e declarações «Stop FGM» são uma boa maneira de lidar com o problema em coordenação, parceria e diálogo aberto com famílias e raparigas em risco. Esta documentação é um elemento essencial para a sensibilização e prevenção da MGF, bem como para a consolidação do conhecimento da legislação e das sanções relevantes. Além disso, esta documentação é uma ferramenta que demonstra uma compreensão sólida da prática e das suas complexidades e que lida com o tema de uma forma sensível, fornecendo igualmente suporte adicional contra as pressões da comunidade. Por estes motivos, recomendamos que estes documentos sejam desenvolvidos e tenham uma divulgação mais ampla.

Mais importante ainda, esta documentação é uma resposta passo a passo na direção do abandono total desta prática nociva: um mundo que todos queremos ver!

Esta história foi facultada pela rede europeia End FGM



Garantir a disponibilidade da água potável e do saneamento para todos

Milhões de pessoas na Europa sem acesso à água, massas de água sob pressão

Embora a grande maioria dos europeus não tenha de se preocupar com água potável e saneamento condigno, existem minorias significativas e pessoas em situação de pobreza a viver nas margens das nossas sociedades prósperas que não têm saneamento adequado ou acesso a água potável em suas casas.

Ao mesmo tempo, em toda a UE, as fontes de água encontram-se sob imensa pressão, devido à extração insustentável de água doce, à alteração das massas de água e à poluição. Juntamente com a necessidade de garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água, há também uma necessidade urgente de proteger e restaurar os ecossistemas ligados à água. A UE também importa grandes quantidades de água virtual, ou seja, água utilizada para a produção de alimentos e bens fora da UE, incluindo de países que sofrem de escassez de água. A UE, portanto, afeta o cumprimento do ODS 6 noutras regiões.

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- 2,3 % das pessoas, em média, em toda a UE, vivem sem acesso a saneamento nas suas casas, com uma variação de aproximadamente 0 a 60 % em alguns Estados-Membros, especialmente nas zonas rurais. Em termos de números, isto significa que aproximadamente 10 milhões de pessoas na nossa abastada região veem negados os seus direitos humanos de acesso a saneamento e água. A maioria dos 6 milhões da comunidade cigana da UE não tem saneamento adequado nem acesso a água potável em casa.¹ O saneamento precário e problemático e o acesso à água são um problema diário para os sem-abrigo em toda a UE. Além disso, o facto de, segundo o Eurostat, mais de 17 % de todos os europeus viverem em habitações sobrelotadas significa que muitos têm acesso insuficiente ao saneamento.

- Na maioria dos países, a saúde reprodutiva e os produtos menstruais ainda são tributados como luxo.
- A UE tem pressionado pela liberalização e privatização contínuas do mercado de água, tratando a água como uma mercadoria em vez de como bem público. Mais de um milhão de pessoas assinaram a Iniciativa de Cidadania Europeia Right2water² para tornar o direito humano à água um elemento central da política da água da UE. A iniciativa, que tem o apoio de uma ampla rede de sindicatos e organizações da sociedade civil, exige que todos – e isso deve incluir grupos com baixos rendimentos – tenham acesso a água a preços acessíveis. A iniciativa estabeleceu que 16 milhões de pessoas na UE correm o risco de ter o abastecimento de água cortado por falta de pagamento das suas contas.³ A atualização da diretiva relativa à qualidade da água potável é um passo, mas não é suficiente.
- O Water Exploitation Index (índice de exploração da água) do Eurostat é uma ferramenta potencialmente útil, mostrando o uso de água em cada Estado-Membro como uma proporção dos recursos hídricos disponíveis e indicando onde é provável a escassez de água, mas faltam dados recentes (pós-2016) para a maioria dos Estados-Membros.
- Tanto os utilizadores industriais como a agricultura intensiva utilizam a água de forma insustentável e poluem as águas superficiais e subterrâneas na UE. O Ministério da Transição Ecológica espanhol estima que metade das reservas subterrâneas do país estejam poluídas e que o abastecimento de água potável está em risco. Os níveis de nitrato em diferentes regiões da UE estão acima do que é considerado seguro (ver também ODS 2).
- A Agência Europeia do Ambiente (AEA) alertou para o facto de as zonas húmidas da UE estarem sob forte pressão devido ao uso do solo e à poluição, uma vez que frequentemente fazem fronteira com terrenos agrícolas e infraestruturas de transportes como estradas. 60 % dos rios, lagos e zonas húmidas da Europa não apresentam uma boa saúde ecológica devido à poluição proveniente da agricultura e da indústria, da captação excessiva e das centrais hidroelétricas.⁴
- Em geral, o envolvimento de partes interessadas como mulheres, jovens ou minorias na governança da água em todos os seus aspetos ainda é fraco, apesar de o artigo 14.º da Diretiva-Quadro da Água estipular a participação pública como elemento obrigatório.

¹ ERRC [Europe must ensure marginalised communities have access to water during pandemic](#).

² Ver <https://www.right2water.eu/>

³ Iniciativa Right2water [The right to water must be a priority for the Commission and the new European Parliament says ECI campaigner](#).

⁴ Ver EEB sobre [o estado das massas de água europeias](#).



Europa no século 21: sem água potável numa aldeia cigana

A história de Erika Berkyova



ESLOVÁQUIA

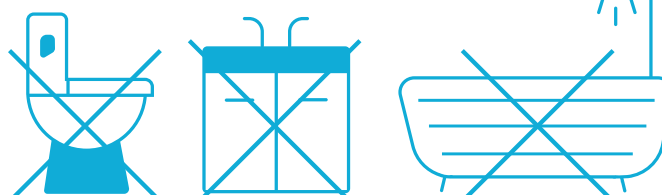
Chamo-me Erika Berkyova e moro na Eslováquia central, na pequena aldeia de Janice, com apenas 300 habitantes.

Em Janice, não temos água da torneira. Dependemos de poços locais. A nossa água não é segura porque os poços estão contaminados. Isto é, em parte, um fenómeno natural, mas a principal causa remonta ao período do socialismo: o uso intensivo de produtos químicos agrícolas contaminou o solo com nitratos e tornou a nossa água perigosa para beber.

A água não potável é um grande problema para nós. Não podemos beber nem cozinhar com ela. Nem devíamos lavar a louça com essa água. Os produtos químicos podem prejudicar-nos até quando tomamos um duche ou um banho de imersão. Afeta toda a gente, velhos e novos. Os mais afetados são os bebés e as crianças pequenas, suscetíveis a doenças e propensas a alergias, e os idosos com imunodeficiências. Na minha própria família, os nossos filhos ficam doentes muitas vezes.

Há uns anos, o município começou a fornecer água filtrada numa torneira localizada nas instalações do gabinete municipal. Tínhamos de lá ir com um recipiente e recolher a

QUASE **9 MILHÕES DE PESSOAS** NA UE **NÃO TÊM INSTALAÇÕES SANITÁRIAS BÁSICAS** NAS SUAS CASAS.



Fonte: Eurostat

água durante o horário de expediente. Não era solução: não conseguíamos água aos fins de semana. Inicialmente, tínhamos de pagar por isso, não muito, mas mesmo assim era uma quantia significativa para pessoas a viver na pobreza. Tanto que muitos vizinhos optaram por continuar a usar água contaminada. Desde então, as coisas melhoraram: a água agora é gratuita e o gabinete fica aberto por mais horas, mas ainda não aos fins de semana. O funcionamento do filtro é caro, por isso, o município raciona o seu uso, às vezes, ficamos sem água potável durante dias. Durante a crise da Covid-19, apesar do custo, a maioria das pessoas está a comprar água engarrafada nas lojas.

O que Janice precisa é de uma rede de água central ligada a uma fonte segura. É um grande investimento e já falamos com a presidente da câmara. Ela prometeu obter aprovação para uma conduta de água e angariar dinheiro junto do governo ou da União Europeia. Estou a acompanhar isso de perto. Toda a gente na União Europeia no século 21 – incluindo nós, ciganos de uma pequena aldeia – devia ter acesso a água potável.

A história de Erika Berkyova foi facultada pelo European Environmental Bureau (EEB)





Por rios e lagos limpos, águas subterrâneas livres de poluição e o direito de acesso à água para todos

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Por políticas europeias que garantam uma vida de qualidade e uma habitação condigna para todos.

Por uma UE que garanta justiça ambiental.

Por uma UE que estabeleça e aplique padrões comuns de fornecimento de água potável.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

EEB

Roma communities pushed to the wastelands (Comunidades ciganas empurradas para terrenos abandonados)

WECF International

Safe Water and Sanitation (Água e saneamento seguros)

EEB

Protect water - letter to the EU from 130 NGOs
(Proteger a água – carta à UE de 130 ONGs)

EEB

The Future of EU Rivers (O futuro dos rios da UE)

Women for Water Partnership

8th World Water Forum. Regional Report Europe
(8.º Fórum Mundial da Água. Relatório Regional - Europa)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ recolher e analisar dados desagregados, como género, idade e rendimento, sobre quem tem o seu direito à água e saneamento negado e quais as comunidades mais afetadas;
- ✓ fornecer melhores informações sobre o estado ecológico de lagos, rios e recursos hídricos.



Acesso à água e saneamento para todos: a campanha «A água é um Direito!»



© Cécile Massie

FRANÇA

Em 2010, a Assembleia Geral da ONU reconheceu o direito humano à água segura e limpa e ao saneamento. 10 anos depois, ainda existem imensos desafios: mundialmente, 2,2 bilhões de pessoas não têm acesso a água potável e 4,2 bilhões de pessoas não têm saneamento seguro.

Os números da França metropolitana são de 1,4 milhões de pessoas sem acesso a água potável e de 7,5 milhões de pessoas sem saneamento adequado. As pessoas com vidas inseguras e precárias – que vivem nas ruas, em bairros de lata e casas ocupadas – são as mais atingidas.

Em novembro de 2019, 30 organizações francesas uniram forças para lançar a campanha «A água é um Direito» para estimular o governo a agir. Apelaram aos candidatos às eleições municipais de 2020 (realizadas entre março e junho) para que se comprometessem a cumprir cinco promessas do seu Manifesto pela Água. As autoridades locais podem fazer muito para disponibilizar água potável e saneamento para todos, uma vez que são legalmente responsáveis pela água nos seus territórios – fontes, casas de banho e balneários públicos. Além disso, também podem introduzir tarifas sociais e progressivas e fortalecer a participação dos cidadãos. Existem também mecanismos de ação internacional sob a forma de projetos de solidariedade descen-

tralizados dedicados à água e ao saneamento, em particular através do mecanismo de solidariedade 1 % para a água. A campanha «A água é um Direito» chegou a muitos candidatos nestas eleições através da sensibilização – cartas, pedidos de reuniões, conferências – e de eventos especiais e desafios nas redes sociais.

Os resultados foram muito positivos. 152 representantes eleitos assinaram o Manifesto da Água e prometeram agir nos seus distritos e internacionalmente. Entre eles estavam 52 presidentes de câmara e vereadores dos partidos da oposição e da maioria governativa. Muitos signatários foram eleitos nas principais cidades francesas, incluindo Bordéus, Lille, Lyon, Marselha e Paris.

A crise de saúde pública demonstrou que melhorias efetivas nas condições de vida de famílias marginalizadas e pessoas isoladas não podem ser alcançadas sem mobilizar os atores locais e envolver equipas municipais e intermunicipais. De maneira mais geral, a coordenação de várias partes interessadas, envolvendo o estado e os atores da sociedade civil, será necessária para garantir que todos, incluindo as pessoas em situação mais precária, possam ter acesso à água e ao saneamento.

O cumprimento do direito à água potável e ao saneamento é o primeiro passo para a integração educacional, social e económica das pessoas que vivem nas margens da sociedade.



Energia acessível e limpa

A revolução energética bloqueada

Em 2018, 19 % da energia consumida na UE veio de fontes renováveis, colocando a UE no caminho de atingir 20 % até 2020.¹ Esta taxa de progresso, no entanto, não é rápida o suficiente para atingir a neutralidade de carbono até 2040, um objetivo que uma simulação recente do EEB e CAN Europa mostrou ser alcançável, seguro e sustentável. A simulação mostra que mudar para um fornecimento renovável e uma maior eficiência energética são essenciais, mas que, por si só, não são suficientes para chegar a um consumo líquido igual a zero até 2040 – temos igualmente de reduzir as nossas necessidades de energia.

Mais investimento em combustíveis fósseis deve ser evitado a todo o custo. Estes combustíveis criam bloqueios, comprometendo a Europa com décadas de emissões de carbono. Todos os novos investimentos devem ser em energias renováveis, com o cuidado de evitar impactos ambientais negativos: as hidroelétricas, por exemplo, podem perturbar os ecossistemas e desestabilizar a vida de comunidades inteiras. A transição para uma energia neutra em carbono só pode ser alcançada com o apoio das pessoas e precisará de respeitar objetivos ambientais mais amplos.

A acessibilidade e a pobreza energéticas são um desafio. Embora disponhamos de tecnologias sofisticadas para produzir e fornecer energia renovável, muitas pessoas na Europa ainda não têm condições para pagar o aquecimento das suas casas e correm o risco de ter o gás ou a eletricidade cortados.

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- A UE alcançou a sua meta para 2020 de 20 % de energia fornecida por fontes renováveis – mas o valor definido foi demasiado baixo. O objetivo deve ser tornar o sistema energético europeu 100 % renovável até 2040. Isto requer mudanças muito significativas na maneira como substituímos tecnologias antigas por novas para passar dos combustíveis fósseis para a energia limpa e totalmente renovável em todos os setores da economia. Os recursos financeiros necessários devem ser encontrados no âmbito da taxonomia da UE,² do Plano de Relançamento Europeu e do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027.
- As estimativas dos subsídios da UE para combustíveis fósseis variam de 39 a mais de 200 bilhões de euros por ano, dependendo dos cálculos utilizados,³ e não estão a diminuir.⁴ Os subsídios para combustíveis fósseis estão ocultos sob a forma de isenções fiscais, vantagens fiscais, auxílios estatais ou critérios de elegibilidade para fundos da UE, como os fundos de coesão ou o Connecting Europe Facility. Estes subsídios evidenciam uma clara falta de coerência das políticas de energia sustentável. Os investimentos em infraestruturas de gás são subsidiados, embora minem o nosso objetivo de neutralidade de emissões de carbono.
- Para responder às suas necessidades energéticas, a UE depende da importação de petróleo e gás, principalmente da Rússia, do Iraque, da Arábia Saudita e da Noruega, o que expõe a Europa aos perigos dos voláteis mercados de energia. Segundo o Eurostat, em 2018 mais de metade das necessidades energéticas da UE (58 %) foram satisfeitas graças a importações. Esta taxa de dependência aumenta para mais de 90 % em Malta, Luxemburgo e Chipre e é inferior a 25 % na Romênia, Dinamarca e Estónia. Em 2000, a taxa de dependência da importação de energia era de 56 %.⁵
- A UE e os Estados-Membros fazem parte do Tratado da Carta da Energia (ECT), um acordo internacional de investimento que protege os investimentos em combustíveis fósseis e permite aos investidores estrangeiros processar os governos signatários em tribunais de arbitragem internacionais. Pelo menos 130 pedidos obrigam os governos a pagar bilhões de euros. O ECT é um dos principais obstáculos à concretização dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu e da nova legislação europeia dedicada ao clima, visto que, na realidade, protege os investimentos em combustíveis fósseis contra novas medidas governamentais de promoção de fontes de energia renováveis. Porém, o ECT é muito pouco conhecido da opinião pública. Este documento encontra-se atualmente em reformulação – e é urgente que a UE e os Estados-Membros se libertem de qualquer acordo que comprometa ou atrase a transição para uma energia limpa, acessível e sustentável.
- A pobreza energética é um problema em toda a Europa, com as pessoas incapazes de aquecer ou arrefecer as suas casas, gerar aquecimento adequado ou alimentar os seus eletrodomésticos. Os ODS exigem acesso universal a energia acessível, estável e moderna. Segundo o Eurostat, 7,6 % dos europeus não têm dinheiro para aquecer as suas casas, o que pode muito bem ser uma subestimativa. Precisamos de saber quem não tem acesso a energia acessível e por que motivo isso acontece.

1 Estatísticas da energia do Eurostat 2018.

2 A taxonomia da UE é uma ferramenta para ajudar investidores, empresas, emissores e promotores de projetos a navegar na transição para uma economia de baixo carbono, resiliente e eficiente em termos de recursos.

3 Parlamento Europeu *Fossil Fuel Subsidies*.

4 Ibid.

5 Eurostat: *ficha técnica sobre dependência das importações de energia*.



Energia sustentável com – enão contra – a natureza e as comunidades locais

A história de Catherine Bohne



ALBÂNIA

Chamo-me Catherine e moro em Tropoja, na Albânia. Em 2016, ficamos a saber dos planos de construção de até 14 pequenas centrais hidroelétricas numa faixa de 30 km do rio Valbona, oito delas dentro do parque nacional. A população local não foi consultada nem mesmo informada sobre esses planos. A oposição da população aos projetos permitiu-me ajudar as pessoas que partilhavam as suas casas comigo desde a minha chegada. Desde então, tenho lutado para dar voz às pessoas e forçar o sistema a ser responsável.

A energia hidroelétrica é ou não sustentável, podemos perguntar. Esta questão não foi respondida pelo Estudo de Impacto Ambiental apresentado para a central. Especialmente para quem vive dentro do parque nacional que, de acordo com a lei albanesa, é uma área que deve sofrer «o mínimo impacto possível causado pela atividade humana».

O facto de as centrais serem investimentos privados é ainda mais importante. Isto é uma violação da cultura desta região e do seu direito consuetudinário (o «kanun»), o qual dita que: 1) os tesouros da natureza devem ser preservados para as gerações futuras; 2) os interesses individuais nunca podem superar os da comunidade; 3) todos têm participação igual na decisão de como os recursos naturais devem ser distribuídos e (4) todos têm igual direito a usufruir deles.



Fonte: Observatório Europeu da Pobreza Energética

Há uma expansão do setor hidroelétrico na Albânia. Entre 2009 e 2013, foram outorgadas concessões para 700 pequenas centrais hidroelétricas em praticamente todos os rios do país. Atualmente, a Albânia depende em 99 % da energia hidroelétrica. Apesar disso, o fornecimento de eletricidade ainda não é estável. O problema não é a capacidade de gerar energia, mas a sazonalidade da energia hidroelétrica com chuvas variáveis e uma infraestrutura de distribuição deficiente. De cada vez que chove ou o vento sopra, a eletricidade falha. Quando um transformador avaria, a população local é «convidada» a comprar um novo e a pagar a instalação. E, aí, como vi acontecer na aldeia de Gjellaj, a companhia de eletricidade exigirá o pagamento de contas antigas – o que é intrigante porque a aldeia está sem energia há 13 anos.

Para nós, a batalha da energia hidroelétrica foi um curso intensivo em energia e economia do mundo moderno. Descobrimos como podemos participar de uma forma significativa. Estamos agora a formular a nossa própria visão do futuro, partindo da nossa própria experiência e da sabedoria do «kanun», com o qual a Europa como um todo devia aprender.

A história de Catherine Bohne foi facultada por Women Engage for a Common Future (WECF), Alemanha, e MilieuKontakt, Albânia



Por uma Europa que forneça energia 100 % renovável, limpa, acessível e que apoie a propriedade comunitária

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Uma transição justa e sustentável para as energias renováveis - A UE deve acelerar a transição justa e sustentável para um aprovisionamento de 100 % de energias renováveis, que é limpo, acessível e apoia a propriedade comunitária e não conduz à pobreza energética.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

REN21, CAN Europe, EEB e Renewables Grid Initiative [An EU Energy Scenario Compatible with the Paris Agreement](#) (Um cenário energético europeu compatível com o Acordo de Paris)

CAN Europe

[More fossil fuel subsidies](#) (Mais subsídios para combustíveis fósseis)

Global Witness

[Pipe Down. How gas companies influence EU policy and have pocketed €4 billion of taxpayers' money.](#) (Pelo cano abaixo. Como as companhias de gás influenciam as políticas europeias e arrecadaram 4 bilhões de euros do dinheiro dos contribuintes)

Instituto Transnacional + Observatório Europeu Corporativo [ECT's dirty secrets](#) (Os segredos sujos do Tratado da Carta da Energia - ECT)

EAPN

[Right to Energy for All Europeans!](#) (O direito à energia para todos os europeus!)

É necessário agir para obter mais dados e indicadores adicionais ao nível da UE para:

- ✓ prestar contas exatas sobre os subsídios aos combustíveis fósseis;
- ✓ monitorizar o consumo de energia per capita e as emissões de CO₂;
- ✓ identificar quem são e onde estão aqueles que não têm energia acessível e que sofrem de pobreza energética com a ajuda de dados desagregados



Levando energia renovável a preços acessíveis para todos: cooperativas de cidadãos



📍 ALEMANHA E ESPANHA

Se quisermos alcançar uma transição para 100 % de energia renovável, precisamos de ter capacidade para fornecer energia descentralizada e inclusiva.

Atualmente, os «prossumidores» (produtores-consumidores de energia renovável (ER)) estão a desempenhar um papel importante na transição energética, instalando tecnologias de ER nos seus próprios telhados ou participando em comunidades de energia renovável.

De forma conjunta, os «prossumidores» financiam e aceleram o progresso para alcançar os ODS, aumentando a sensibilização sobre as alterações climáticas, criando empregos e infraestruturas locais resilientes, gerando uma maior aceitação das tecnologias RE e fornecendo energia acessível. Em toda a Europa, as cooperativas de energia estão a ajudar à transformação do mercado de energia de um mercado centralizado dominado por grandes empresas de eletricidade para um mercado descentralizado com milhões de cidadãos ativos. Com a sua estrutura democrática e participativa, as cooperativas de energia ajudam a capacitar todos os grupos social e economicamente desfavorecidos, visando especificamente as mulheres, sub-representadas no setor energético. Ao envolver ativamente as mulheres como membros, gerentes, investidoras, produtoras, consumidoras e empregadoras, as cooperativas podem impulsionar o empreendedorismo em toda a cadeia de valor de energia e combater a pobreza energética.

As soluções de energia para cidadãos ampliadas ao nível europeu teriam o potencial de alcançar o Acordo de Paris e os ODS de uma forma justa do ponto de vista social e de género.

A GOIENER TALDEA é uma cooperativa de cidadãos que gere e promove a utilização de energias renováveis no País Basco e Navarra, Espanha, beneficiando as pessoas cujas necessidades energéticas não são satisfeitas e que são excluídas pelas grandes empresas energéticas. A cooperativa, criada em 2012, é hoje um fornecedor de energia sem fins lucrativos de sucesso com uma faturação de 8,9 milhões de euros e um modelo de negócio baseado na sustentabilidade e em parcerias.

A GOIENER surgiu como resposta à falta de representação democrática nas empresas de energia, à sua escassa ou total falta de consideração pelo ambiente e à sua visão das energias renováveis como apenas mais uma forma de obter lucro. Em contraste, a GOIENER centrou-se no cidadão desde o início. Hoje, a GOIENER tem mais de 10 000 membros e mais de 70 municípios participantes, com organizações que representam 8 % dos seus membros e 50 % da sua faturação anual.





Trabalho digno e crescimento económico

A procura de um crescimento económico infinito está a conduzir as pessoas e o nosso planeta ao esgotamento

O ODS 8 reivindica um crescimento económico sustentado, «de acordo com as circunstâncias nacionais», enfatizando as necessidades específicas dos países menos desenvolvidos. Para a UE, o objetivo político de crescimento económico infinito é contraproducente e ameaça comprometer outros objetivos. Na maior parte do território da UE, produzimos e consumimos muito mais do que o necessário para viver bem. O nosso sistema económico e os nossos estilos de vida estão a levar o planeta para além da sua capacidade de sustento. O crescimento infinito do PIB não é apenas um objetivo político ultrapassado, mas também não funciona como indicador de desenvolvimento sustentável e bem-estar, expressando simplesmente o valor monetário dos produtos e serviços que a nossa economia produz, sem revelar nada sobre a qualidade do trabalho, o bem-estar das pessoas na economia ou a sua sustentabilidade ambiental. Embora o PIB tenha aumentado na UE, o número de pessoas que sofrem de pobreza no trabalho também aumentou na União, assim como o número de trabalhadores explorados ao nível mundial para produzir bens vendidos no mercado europeu. E ainda assim, as nossas políticas e instrumentos económicos estão todos orientados para gerar um crescimento cada vez maior do PIB. Nos últimos anos, as vozes da ciência, da sociedade civil e dos legisladores têm-se feito sentir com maior veemência, argumentando que o crescimento sustentável em economias superdesenvolvidas é impossível e um mito cuidadosamente construído. A realidade é que não somos capazes de dissociar suficientemente o crescimento económico da nossa utilização de recursos.¹ O que é urgentemente necessário é a transição de uma economia orientada para o crescimento para uma economia inclusiva, justa, neutra em carbono, de pós-crescimento e que se foque no bem-estar humano e planetário.

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- Embora a sugestão de reformas fiscais seja feita há décadas, a UE não tem sido capaz ou não tem querido transferir os impostos do trabalho para a poluição e extração de recursos. O setor da manutenção e da reabilitação poderia criar inúmeros empregos, evitando, simultaneamente, o consumo cada vez maior de produtos novos e supérfluos.
- É necessário que as políticas económicas se concentrem muito mais na democratização do ambiente de trabalho e na criação de uma estrutura capacitadora para microempresas e pequenas empresas e modelos de negócios sustentáveis que partilham benefícios de maneira equitativa, como as cooperativas.
- O trabalho condigno está ameaçado. Segundo os dados do Eurostat, não só a pobreza no trabalho está a aumentar, como também cada vez mais pessoas, frequentemente mulheres, trabalham em condições precárias com contratos temporários e baixos salários. Um número desconhecido de trabalhadores informais sem direitos nem segurança social e trabalhadores com contratos duvidosos oferecidos por intermediários são empregados em toda a UE na agricultura, como trabalhadores domésticos, no setor assistencial, em matadouros, estaleiros de obras e outros setores. Frequentemente, os refugiados e migrantes não têm direito a trabalhar, forçando-os a depender de prestações da segurança social ou do trabalho informal. As políticas europeias têm de garantir o direito de todos a um trabalho digno.
- Em muitos países europeus, os jovens enfrentam um futuro de desemprego e falta de perspectivas. A fuga de cérebros, especialmente dos Estados-Membros do Sul e do Leste, afeta negativamente sociedades inteiras. As medidas macroeconómicas devem ter como objetivo proporcionar oportunidades e trabalho sustentáveis do ponto de vista social e ambiental e com condições justas para todos.
- O ODS 8 exige o fim da escravidão moderna, das piores formas de trabalho infantil e do tráfico de pessoas. Algumas cadeias de abastecimento de bens de consumo europeus têm sido associadas à escravatura moderna e ao trabalho infantil, mas a legislação da UE sobre a diligência devida em cadeias de abastecimento ainda está em debate. Os grupos de lobby empresarial têm tido sucesso em afastar regras juridicamente vinculativas aplicáveis às suas cadeias de fornecimento e valor. Alguns Estados-Membros, como os Países Baixos, tomaram a iniciativa aprovando legislação para reduzir o trabalho infantil nas cadeias de abastecimento. Para monitorizar o progresso da UE em direção aos ODS, o Eurostat não avalia o trabalho digno nas cadeias de abastecimento nem a prevalência de trabalho infantil ou forçado.

¹ Parrique T., Barth J., Briens F., C. Kerschner, Kraus-Polk A., Kuokkanen A., Spangenberg J.H.: [Decoupling debunked: Evidence and arguments against green growth as a sole strategy for sustainability](#).



Os novos escravos: superando o sistema de angariação de mão de obra na agricultura italiana

A história de Abu Moro



ITÁLIA

Chamo-me Abu Moro, sou do Gana e tenho 42 anos. Comecei a trabalhar como jornaleiro em Bari, na província de Apúlia, no sul da Itália, em 2011. Este foi o meu primeiro encontro com o sistema de angariação de mão de obra.

A exploração na agricultura atinge toda a gente, tanto os migrantes quanto os italianos. Há mais de um milhão de trabalhadores agrícolas na Itália, 26 % deles não italianos. Cerca de 450 000 deles são explorados, incluindo até 300 000 sujeitos a exploração extrema. Se olharmos para aqueles que sofrem a escravidão moderna, 80 % são migrantes, 20 % são italianos. A exploração extrema significa salários de fome, nenhuns direitos e contentores trancados como abrigo.

São os novos escravos. E eu era um deles. O sistema de angariação de mão de obra mói a vida dos trabalhadores italianos e migrantes. Os mais fracos correm maior risco, o que significa que os migrantes são os primeiros a morrer.

O sistema de angariação de mão de obra transforma-nos em prisioneiros. Temos que pedir permissão ao chefe para tudo e mais alguma coisa. Ele explora-nos. Somos seus escravos. Recebemos 2,50 euros por embalar uma caixa de tomates. O custo para o produtor é de 5 euros, mas temos de dar a metade ao nosso chefe. E, além disso, temos de embalar uma

EM ITÁLIA E ESPANHA, MAIS DE **40%** DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS SÃO **TRABALHADORES MIGRANTES**, FREQUENTEMENTE TRABALHANDO EM CONDIÇÕES **MUITO PRECÁRIAS.**



Fontes: ISTAT (IT) e SEPE (ES)

caixa extra para ele. Mesmo tendo uma situação legal aqui em Itália, com autorização de residência e contrato de trabalho, ainda assim tenho de pagar ao patrão do que ganho. Sem inspeções, fico totalmente dependente dele. Se és um migrante ilegal, corres ainda mais perigo, pois podes ser deportado.

As cooperativas sociais oferecem uma alternativa, uma saída. Agora trabalho para a SfruttaZero, uma cooperativa social de Bari. Aqui trabalhamos todos juntos, italianos e migrantes, para construir e manter a nossa cooperativa. Somos uma alternativa à exploração e ao angariador de mão de obra, oferecemos trabalho digno e garantimos uma produção sustentável.

Os angariadores de mão de obra e a exploração são parte integrante de um sistema controlado por retalhistas gigantes, no qual os custos de produção e de mão de obra têm de ser minimizados. Os ODS procuram acabar com tudo isso. Alcançar o Objetivo 8 (trabalho digno) e o Objetivo 12 (produção e consumo sustentáveis) significa acabar com o sistema de angariação de mão de obra e a escravidão moderna. As cooperativas sociais promovem e garantem trabalho digno e um sistema económico inclusivo e sustentável, em resposta direta ao sistema de angariação de mão de obra.



Por trabalho e rendimento dignos, na UE e nas nossas cadeias de abastecimento globais, e por um modelo económico pós-crescimento centrado no bem-estar

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Por uma UE onde todos beneficiem de padrões de trabalho dignos e de um rendimento condigno.

Por acordos comerciais europeus que beneficiem as pessoas, os trabalhadores e os pequenos produtores, que garantam trabalho digno e melhor proteção social e não sejam apenas instrumentos ao serviço dos interesses das empresas e dos investidores multinacionais.

Por uma UE que se afaste de um modelo económico de elevado crescimento, lucro para alguns e utilização intensiva de recursos.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

EEB

[Decoupling debunked: Evidence and arguments against green growth as a sole strategy for sustainability](#) (Desmascarar a dissociação: provas e argumentos contra o desenvolvimento ecológico como estratégia única de sustentabilidade)

Fórum Europeu da Juventude

[The Future of Work and Youth](#) (O futuro do trabalho e os jovens)

SOLIDAR

[Factsheet on Decent Work in Agriculture](#) (Ficha informativa sobre trabalho digno na agricultura)

Cooperatives Europe

[Vision paper: A cooperative vision for the collaborative economy](#) (Documento prospetivo: uma visão cooperativa para a economia colaborativa)

Oxfam

[Human-rights abuses commonplace in farms linked to major European supermarkets](#) (Atentados aos direitos humanos: prática corrente em explorações agrícolas ligadas aos maiores supermercados europeus)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ substituir o PIB por outros indicadores para monitorizar o bem-estar humano, um sistema económico sustentável e a saúde planetária, como a Pegada Ecológica;
- ✓ monitorizar o número de pessoas em formas de emprego vulneráveis e atípicas, como contratos temporários ou em cadeia, e pessoas no segmento de salários baixos;
- ✓ reunir dados sobre trabalhadores informais, por exemplo, na agricultura europeia;
- ✓ avaliar a escravidão moderna e as piores formas de trabalho infantil nas cadeias de abastecimento de matérias-primas e produtos importados.



«Não temos medo da fome»: Lições de agroecologia para os ODS



NICARÁGUA

Na Nicarágua, o Movimento pela Paz (MPDL), membro da SOLIDAR, coopera com a Fundación Entre Mujeres (FEM) para promover o Trabalho Digno das Mulheres Rurais por meio da agroecologia, definida como a aplicação de princípios ecológicos às interações entre plantas, animais, seres humanos e o ambiente, para fins de segurança alimentar e nutricional.

Desde 1995, a FEM criou oito cooperativas em Estelí, promovendo o desenvolvimento económico e social das mulheres através da agroecologia, educação, assistência técnica e sensibilização.

Para a FEM, o valor social da agroecologia e da produção alimentar vai além da eficiência e maximização de rendimentos e lucros.

«A vida e a nossa relação com as pessoas e o ambiente estão no cerne da nossa produção alimentar. Para nós, agroecologia significa ter alimentos saudáveis diversificados e suficientes para alimentar as nossas famílias, autonomia, ganhar um rendimento condigno, e conservar e melhorar os nossos recursos naturais – saúde do solo, biodiversidade e qualidade e disponibilidade da água.»

A contribuição da agroecologia para atingir os ODS

A agroecologia apoia o trabalho digno, capacita as mulheres como agentes de mudança e ajuda a alcançar os ODS.

Esta estratégia combate as alterações climáticas, reduz a migração e promove a estabilidade social. A agroecologia é essencial para produzir alimentos e gerar rendimentos enquanto aumenta a sustentabilidade, a saúde, a igualdade de género e a soberania alimentar e promove a resiliência.

Construindo comunidades resilientes

«Os níveis de água diminuíram drasticamente. Graças às nossas práticas agroecológicas e à colheita das águas da chuva, tentamos protegê-los e restaurá-los. Depois os produtores industriais chegam e levam os nossos esforços». As mulheres rurais travam atualmente uma batalha desigual com os produtores industriais na economia de baixo custo da Nicarágua.

A agroecologia é mais resiliente em tempos de crise devido à sua capacidade de reconstruir ecossistemas saudáveis e talvez até mesmo de prevenir futuras epidemias como a da COVID-19. «Como produzimos os nossos alimentos, somos mais capazes de enfrentar as crises socioeconómica e da Covid-19 do que outras pessoas que deixaram a comunidade. Não temos medo da fome.»

Lições para a UE

Na Europa, a Estratégia «Do Prado ao Prato» poderia fornecer um impulso real para um sistema alimentar sustentável e resiliente, conforme acordado pela FAO, pelo IPCC, pela IPBES e pela comunidade científica, e defendido pela sociedade civil (EEB - estratégia «do prado ao prato», Do Prado ao Prato - apoio da sociedade civil, IPES - para uma política alimentar comum da UE). Este sistema deverá ter em consideração as dimensões económica, social e ecológica do sistema de produção alimentar na Europa e no mundo.





Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

O grande bloqueio

Em toda a UE, as pessoas desfrutam dos benefícios de uma infraestrutura moderna. Muitas indústrias estão a tornar-se cada vez mais sustentáveis e a UE e os seus Estados-Membros investem na inovação, na investigação e em novos desenvolvimentos tecnológicos. Os indicadores ODS do Eurostat para o ODS 9 medem os investimentos europeus em investigação e desenvolvimento, o nível de emprego no setor da investigação e o número de novas patentes. O que estes indicadores não conseguem fazer é avaliar a contribuição efetiva da inovação e da investigação para a sustentabilidade, refletindo a crença errada de que qualquer novo desenvolvimento tecnológico significa progresso e é intrinsecamente bom. Embora certas inovações e certos desenvolvimentos tecnológicos sejam cruciais para a nossa transição para a sustentabilidade, continuamos a estar manietados por uma nova infraestrutura insustentável, investindo em tecnologia desatualizada, como centrais energéticas a carvão ou mais e maiores aeroportos. Enquanto isso, muitas pessoas na Europa não têm acesso a infraestruturas modernas críticas a preços acessíveis, como internet de alta velocidade ou ligações ferroviárias rápidas.

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- A sustentabilidade deve ser o principal critério que norteia todos os investimentos em desenvolvimento e infraestruturas. Esta é a razão pela qual a coligação Green 10 apresentou uma lista de 21 setores da indústria e dos negócios que deveriam ser excluídos do apoio financeiro do pacote de recuperação EU Next Generation. Esta lista inclui infraestruturas de gás fóssil, o setor da energia hidroelétrica, os agrocombustíveis, os veículos com motor de combustão, a expansão de autoestradas, a aviação e a pecuária intensiva. Todos os novos investimentos – subvenções, subsídios e empréstimos para investimento e novas infraestruturas – devem ser canalizados para alternativas sustentáveis.
- A infraestrutura de transportes é uma preocupação fundamental. Os indicadores ODS do Eurostat revelam que a percentagem de autocarros e comboios no transporte de passageiros está a diminuir enquanto o carro individual ainda domina, contribuindo para o congestionamento da infraestrutura rodoviária, a poluição do ar e as emissões de gases com efeito de estufa. A parcela de carga transportada por vias navegáveis interiores e pela ferrovia também está em diminuição, registando-se a sua transferência para um número cada vez maior de camiões pesados nas nossas estradas. Os investimentos, subsídios e outros

incentivos devem favorecer modos sustentáveis de transporte, para pessoas e bens. O indicador do Eurostat que monitoriza as emissões de CO₂ dos automóveis novos é enganador: embora cada automóvel novo seja mais eficiente em termos de combustível, o facto de haver cada vez mais automóveis nas nossas estradas significa que as emissões provenientes dos automóveis de passageiros têm vindo a aumentar.

- A UE e os Estados-Membros continuam a apoiar o investimento em infraestruturas desatualizadas ou não sustentáveis. Por seu lado, estes investimentos criam bloqueios: quando a infraestrutura está construída, ela tem de ser usada durante muitos anos para que o investimento traga retorno. A proliferação de aeroportos locais são um exemplo de infraestruturas não sustentáveis. Em 2014, o Tribunal de Contas Europeu já tinha constatado que os investimentos da UE em aeroportos apresentavam uma má relação custo/benefício, sem sequer ter em conta os custos ambientais.¹ O apoio à infraestrutura de gás em vez de apoios à energia renovável é outro exemplo de investimento bloqueado. Os investimentos em infraestrutura de gás correm o risco de nos tornar dependentes de combustíveis fósseis – maioritariamente importados – por mais 40 a 50 anos.² Apesar disso, no início de 2020, a UE prometeu 29 biliões de euros para 32 grandes projetos de infraestruturas de gás.
- A infraestrutura digital continua a representar um desafio: de acordo com números da UE, em 2019, 83 % dos lares tinham ligações à Internet de banda larga e 44 % tinham acesso a redes de elevada capacidade. Isto significa que milhões de europeus não têm acesso à infraestrutura digital. O ODS 9 exige acesso equitativo e acessível à infraestrutura para todos.
- O ODS 9 apela aos países com rendimentos elevados para facilitar o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e resilientes nos países em desenvolvimento. A inovação e a tecnologia que poderiam ajudar os países mais pobres estão frequentemente protegidas por direitos de propriedade intelectual, restringindo o acesso dos países em desenvolvimento às mesmas. É imperioso equilibrar os direitos de propriedade intelectual com a necessidade de ajudar os países em desenvolvimento a aceder a tecnologias importantes. A UE e os seus Estados-Membros devem fazer esforços muito maiores nesta área.

¹ Tribunal de Contas Europeu [EU-funded airport infrastructures: poor value for money](#).

² CEO [The Great Gas Lock-In](#).



Infraestrutura e literacia digital para não deixar ninguém para trás

A história de Simona Kybartiene



LITUÂNIA

44%
DOS
EUROPEUS NÃO
TÊM
COMPETÊNCIAS
**DIGITAIS
BÁSICAS.**

Fonte: Comissão Europeia



Sou uma profissional reformada de classe média e tenho 68 anos.

As bibliotecas desempenham um papel importante na Lituânia, preservando o nosso património cultural em formato digital e fornecendo serviços educacionais. No entanto, 70 % das pessoas de 55 a 64 anos e apenas 40 % das pessoas de 65 a 74 anos têm acesso a informações e serviços online. Esta desigualdade digital é particularmente frequente em cidades pequenas e áreas rurais. Por este motivo, as aulas de literacia digital fornecidas pelas bibliotecas públicas são uma contribuição significativa para a integração digital de todos os lituanos, especialmente dos idosos.

Os mais jovens têm dificuldade em compreender que nós, idosos, temos dificuldade em usar a Internet e outras tecnologias digitais. A revolução digital aconteceu tão rápido que quase não me apercebi de que praticamente tudo passou a acontecer online e que toda a gente utilizava a Internet diariamente, às vezes horas a fio, tanto para fins sociais quanto profissionais. No início, não prestei muita atenção, pensei que era algo para quem precisava, mas que para o resto das pessoas a vida continuaria como dantes. Mas quase tudo se

tornou digital – pagar contas, registar-se para exames médicos e entrar em contacto com a família no estrangeiro. Tenho 40 anos de experiência no campo da medicina, mas às vezes é mais difícil para mim lidar com as novas tecnologias digitais do que entender os últimos avanços da medicina.

Existem poucos grupos ou centros para idosos na nossa pequena cidade, temos um centro de formação e uma biblioteca pública. Gosto de aprender coisas novas e vejo que existem oportunidades reais no mundo digital, por isso, aborreço-me quando as pessoas dizem que as novas tecnologias são apenas para os mais jovens e que estamos demasiado velhos para usufruirmos delas.

Frequento as aulas de TIC da nossa pequena biblioteca pública e gosto do ambiente acolhedor que encontro porque as pessoas que lá vão são, como eu, sobretudo pessoas mais velhas. Além do conforto e do apoio da biblioteca, também há Internet gratuita. Aprendo muito – sobre novos programas, serviços eletrónicos e aplicações do dia a dia e isso é muito útil.

A história de Simona Kybartiene foi
facultada pela Plataforma Litwana
NGDO



Por uma infraestrutura profundamente sustentável e inclusiva, pesquisa responsável e orientada para as necessidades e orçamentos centrados nas pessoas

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Um orçamento da UE centrado nas pessoas – Um orçamento da UE centrado nas pessoas tem de eliminar gradualmente os investimentos e subsídios insustentáveis.

Investigação responsável e centrada nas necessidades – Os investimentos da UE devem gerar retorno para o bem público e abordar os desafios sociais. A investigação que é atualmente privilegiada e financiada deve ter um impacto decisivo no futuro das nossas sociedades e do nosso planeta. A nossa investigação deve tornar a Europa e o mundo um local ambientalmente sustentável, pacífico e saudável para se viver. É necessário deixar de dar preferência aos orçamentos militares e às prioridades empresariais. A investigação na UE deve ser democrática, para proveito público e localizada, bem como deve respeitar os limites do planeta, o que significa um distanciamento dos modelos económicos de elevado crescimento, lucro para uma minoria e utilização intensiva de recursos.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

CEO

The Great Gas Lock-In (O grande bloqueio do gás)

Climate Action Network Europe

Future EU investment package falls short of climate ambition (O futuro pacote europeu de investimento não cumpre as ambições climáticas)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ monitorizar a disponibilidade e o custo da Internet estável e rápida (4G) em toda a UE;
- ✓ considerar um indicador como o Índice do Centro para o Desenvolvimento Global que avalia a disponibilidade para partilhar tecnologia.¹



Eliminar gradualmente o carvão poluente com os mineiros: a Espanha como exemplo a seguir



ESPANHA

Há algo sombrio nas minas de carvão. Agora, o governo espanhol decidiu substituí-las por algo mais auspicioso.

Usar carvão para gerar eletricidade não é apenas poluente e mau para o clima, mas muitas vezes também não é lucrativo. Até 2018, os subsídios do governo mantiveram algumas minas de carvão abertas e garantiram alguns empregos, mas sempre cada vez menos – e certamente nenhum que fosse saudável e agradável.

Em dezembro de 2018, quando as últimas minas de carvão espanholas foram fechadas devido à proibição europeia de subsídios governamentais, o governo espanhol não se esqueceu dos trabalhadores e suas famílias.

Baseando-se no compromisso de Espanha em cumprir o Acordo de Paris e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o governo, as organizações de comércio e os sindicatos de trabalhadores concordaram com um programa de «transição justa» para acompanhar e financiar a mudança para as energias renováveis. Em cada região afetada, elaboraram-se planos de ação pormenorizados com a participação da opinião pública e foram disponibilizados fundos públicos para medidas sociais, incluindo a reconversão de trabalhadores para novos empregos no setor industrial – não simplesmente para encontrar trabalho na siderurgia, refinaria ou fábrica de gás mais próxima, mas para transferir empregos ligados diretamente às energias renováveis.

Espanha já montou um grande número de instalações solares e eólicas. A sua operação, assim como a montagem de novas instalações e a atualização da rede elétrica existente, requerem pessoas, energia e inteligência. Desta forma, as comunidades das regiões tradicionalmente ligadas à mineração de carvão do Noroeste estão a trocar uma indústria não sustentável, poluente e sombria por uma atividade de baixo impacto, limpa e próspera com benefícios para todos.

Como a maioria dos países, Espanha ainda tem um longo caminho a percorrer para se tornar um país sustentável e tornar os ODS uma realidade. A eliminação gradual do uso de combustíveis fósseis é uma parte enorme mas necessária deste processo e constitui um desafio para todos os países. Espanha lidera pelo exemplo em termos de gestão de infraestrutura, industrialização e inovação. Ao mesmo tempo, o país promove a energia limpa, proporcionando trabalho digno e colocando em ação a proteção do clima através de parcerias fortes.

Onde outros atrasam, Espanha dá passos ousados na direção certa.

Esta história foi facultada pelo
European Environmental Bureau (EEB)





Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre os países

Demasiadas pessoas em risco de cair no esquecimento

Reduzir as desigualdades e garantir que ninguém é deixado para trás constituem o cerne dos ODS. A UE aumentou o rendimento disponível per capita, aumentou as taxas de emprego e reduziu os números do abandono escolar precoce. No entanto, registam-se grandes diferenças entre os Estados-Membros e o fosso entre os grupos com rendimentos baixos e médios e os grupos com rendimentos elevados está a aumentar. A discriminação é generalizada em toda a Europa, com base na religião, na etnia, no género, na incapacidade, na idade ou na identidade sexual. A pandemia da COVID-19 exacerbou as desigualdades existentes (ver o capítulo sobre os impactos da pandemia na implementação dos ODS na UE) e atingiu os mais pobres e os mais vulneráveis com mais força.

O quadro global é ainda mais desastroso. Citando a Oxfam International: «A desigualdade extrema está fora de controlo. Centenas de milhões de pessoas vivem em extrema pobreza, enquanto grandes recompensas vão para os que estão no topo. Há mais bilionários do que nunca e as suas fortunas atingiram níveis recorde. Enquanto isso, os mais pobres do mundo ficaram ainda mais pobres.»¹ A riqueza do 1 % mais rico do mundo é mais do dobro da dos outros 6,9 biliões de pessoas. A desigualdade na distribuição da riqueza também tem uma dimensão geográfica e de género: os homens possuem 50 % mais da riqueza do mundo do que as mulheres e os 22 homens mais ricos do mundo possuem mais do que todas as mulheres em África juntas.²

Em 2019, a SDG Watch Europe publicou o seu relatório paralelo *Falling Through the Cracks: Exposing Inequalities in the EU and Beyond*, (Esquecidos: expor desigualdades na UE e no mundo) abrangendo questões específicas dos Estados-Membros e oferecendo uma análise aprofundada de algumas das dimensões mais importantes das desigualdades em toda a UE.

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- O ODS 10 exige taxas de crescimento do rendimento superiores à média para os 40 % mais pobres da população. Atualmente, de acordo com o Eurostat, os 40 % mais pobres

da UE recebem apenas aproximadamente 21 % do rendimento total, não se tendo registado melhorias nos últimos 10 anos. Os 20 % com rendimentos mais elevados ganham cinco vezes mais do que os 20 % com rendimentos mais baixos. Os níveis de desigualdade na UE variam. Alguns dos níveis mais altos de desigualdade registam-se em economias muito poderosas, como a Alemanha ou o Luxemburgo.

- A tributação e outras medidas fiscais não têm sido utilizadas com vigor suficiente para redistribuir os rendimentos e reduzir as desigualdades. Os governos de toda a União não têm querido reduzir as deduções e isenções fiscais que beneficiam os ricos. A própria OCDE argumentou que impostos mais altos sobre a propriedade, tributação mais progressiva e melhor cumprimento da legislação fiscal poderiam reduzir a desigualdade.³
- A discriminação aberta persiste: o racismo, o preconceito baseado na idade, o antissemitismo, a islamofobia, o ódio aos ciganos e a xenofobia manifestam-se em ataques violentos e no discurso de ódio, mas a discriminação menos visível também é comum, na habitação, na educação e no emprego. O Eurostat não utiliza nenhum indicador de discriminação para monitorizar o progresso realizado para cumprir o ODS 10.
- O ODS 10 apela aos governos para facilitarem a migração ordenada, segura, regular e responsável e a mobilidade das pessoas, mas, durante anos, os Estados-Membros não conseguiram chegar a acordo sobre uma política de migração conjunta que permitisse a partilha equitativa dos encargos e garantisse a segurança e o bem-estar dos migrantes. Mais e mais crianças e jovens fogem da violência e da miséria, muitas vezes sozinhos. Os menores não acompanhados precisam de uma forte proteção da UE e o bem-estar das crianças requerentes de asilo deve ser priorizado.
- O Consenso Europeu sobre a Cooperação para o Desenvolvimento compromete a UE a lutar contra as desigualdades ao nível mundial. Não é possível alcançar este objetivo sem coerência política para o desenvolvimento sustentável entre as políticas fundamentais da UE como o comércio, o investimento, a agricultura e o clima, de modo a garantir que as mesmas não agravam as desigualdades globais.

¹ Oxfam International [5 shocking facts about extreme global inequality and how to even it up](#).

² Ibid.

³ OECD Insights [Income Inequality](#).



Proteção especial para necessidades especiais: crianças refugiadas na UE

A história de Ali



GRÉCIA

Chamo-me Ali e sou do Paquistão. Tinha 11 anos quando cheguei à Grécia, há três anos.

Era muito jovem quando percebi que tinha de deixar a minha terra natal. Ansiava por estudar mas como os meus pais eram pobres, tive de abandonar a escola. Tive de ir trabalhar, primeiro numa fábrica de telemóveis e depois numa garagem. Apesar das longas horas de trabalho, ainda tinha algum tempo livre para fazer teatro e cantar com um amigo. No entanto, no Paquistão, o teatro e a música são mal vistos e os meus pais acabaram com isso e mandaram-me para uma escola religiosa muito severa. Era insuportável, por isso, com o meu tio, decidi partir e seguir para a Europa.

Pouco depois da nossa chegada à Grécia, o meu tio foi para a Alemanha e eu acabei sozinho. Por mais estranho que possa parecer, estes têm sido os melhores dias da minha vida até agora. Agora vivo numa residência para refugiados menores desacompanhados no centro de Atenas, gerido pela ONG European Expression. O pessoal conseguiu que eu fosse à escola, aprendesse grego e inglês, frequentasse aulas de dança e participasse num coro e num grupo de teatro, que adoro. Não senti muita discriminação. A única dificuldade é partilhar a casa com mais 39 crianças desacompanhadas.

**1 EM
CADA 4
REQUERENTES DE
ASILO NA UE FOI
UMA CRIANÇA
EM 2015**



Fonte: Comissão Europeia

As crianças europeias têm uma educação melhor do que a que eu tinha no Paquistão e gozam de segurança e apoio enquanto caminham para a vida adulta. Nós, crianças migrantes não acompanhadas, precisamos de apoio especial para podermos adquirir as competências e cumprir os padrões esperados das crianças europeias, para que, nos próximos anos, possamos competir por empregos dignos.

Muitos de nós somos órfãos ou temos pais incapazes de ajudar. É por isso que deixamos as nossas casas – para ir em busca de uma vida melhor. O meu apelo ao povo da Europa é que nos dê uma mão. Por exemplo, seria possível estabelecer um programa de adoção para refugiados menores de idade? Isto não só proporcionaria um estatuto formal e jurídico, mas lançaria as bases de estabilidade emocional de que precisamos para nos tornarmos cidadãos europeus plenamente integrados.



Por uma Europa onde todos sejam livres de discriminação, gozem do mesmo nível de proteção e possam viver com dignidade

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Igualdade e direitos humanos – As políticas públicas e as medidas legislativas devem garantir que, em consonância com o direito europeu e internacional em matéria de direitos humanos, todos os cidadãos e residentes europeus beneficiam de igual nível de proteção e podem exercer os seus direitos e liberdades fundamentais, permitindo-lhes viver de acordo com as suas próprias convicções ao abrigo dos princípios da autodeterminação e da dignidade humana, livres de discriminação. A UE deve melhorar as suas políticas e ações para assegurar a igualdade de género, além de garantir que todas as pessoas que enfrentam discriminações múltiplas têm iguais oportunidades na sociedade.

Uma resposta à migração centrada nas pessoas – A Europa deve assumir um papel de liderança para assegurar uma resposta humana à migração global, a fim de beneficiar e proteger todos os intervenientes. Os requerentes de asilo devem ser acolhidos na Europa e tratados no espírito da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados. Fechar as nossas fronteiras a quem necessita de proteção vai contra os valores fundamentais da UE e afasta-nos das vitórias históricas por que lutámos.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

ENAR

Racist crime and institutional racism in Europe
(Crimes racistas e racismo institucionalizado na Europa)

ENAR, rede ERGO e Conselho Central Alemão dos Sinti e Roma
Combatting Antigypsyism (Combater o ódio aos ciganos)

Age Platform Europe

Age Barometer 2019 (Barómetro do envelhecimento 2019)

ILGA

Annual Review of the Human Rights Situation of LGBTI People (Avaliação anual da situação dos direitos humanos da comunidade LGBTI)

150 ONGs

Letter to EU and Greek leaders on Right to Asylum
(Carta aos líderes europeus e gregos sobre o direito de asilo)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ compilar e monitorizar todas as dimensões da discriminação;
- ✓ compreender e monitorizar o direito de asilo;
- ✓ acompanhar a integração de migrantes (p. ex., através do Índice de Políticas de Integração de Migrantes - MIPEX).



Garantindo a igualdade das pessoas com deficiência face à COVID-19: respostas positivas



📍 DINAMARCA, FRANÇA, ITÁLIA, ESPANHA

As pessoas com deficiência são desproporcionalmente afetadas pela pandemia da COVID-19 e enfrentam níveis superiores de desigualdade e discriminação.¹

Assistimos ao surgimento de narrativas perigosas: diz-se que não vale a pena salvar a vida das pessoas com deficiência e que podem ser um «sacrifício necessário» a negligenciar no período de recuperação. É claro que esta pandemia não é apenas uma emergência de saúde pública, mas uma crise económica, social e de direitos humanos.

Houve muitas violações dos direitos humanos durante a pandemia da COVID-19. Mas também vimos exemplos de melhores práticas durante a pandemia, graças à defesa e ao envolvimento bem-sucedidos de organizações de pessoas com deficiência. Alguns governos criaram parcerias com organizações de pessoas com deficiência e envolveram-nas nas suas respostas à pandemia, tornando as mesmas mais inclusivas e acessíveis às pessoas com deficiência.

- Na Irlanda, a Disabled Federation Ireland, federação membro do Fórum Europeu para a Deficiência (FED), foi incluída no grupo de trabalho nacional que planeia as respostas à crise.

- Em França, as organizações de pessoas com deficiência intelectual realizaram reuniões semanais com o governo para garantir que as medidas tomadas incluíam as pessoas com deficiência.
- O governo italiano anunciou planos para uma estratégia durante a recuperação que incluía as pessoas com deficiência.

França, Espanha e Itália abriram exceções e fizeram ajustes aos confinamentos para pessoas com deficiência, permitindo-lhes sair quando precisassem para obter produtos alimentares e de higiene e serviços de apoio.

O financiamento destinado às organizações de pessoas com deficiência ajudou-as a enfrentar a exclusão e a solidão durante os confinamentos decretados devido à COVID-19. Na Dinamarca, a Organização de Pessoas com Deficiência da Dinamarca (DPOD), membro do FED, recebeu 3 milhões de euros de financiamento governamental como parte da Parceria para a Área da Deficiência adotada pelo parlamento dinamarquês.

O Comité de Bioética de San Marino emitiu diretrizes antidiscriminação sobre o acesso a cuidados intensivos para pessoas com deficiência, numa resposta à prática observada em muitos países de negar cuidados essenciais de saúde a pessoas com deficiência ou atribuir-lhes uma prioridade mais baixa.

¹ Provas fornecidas pela Organização Mundial de Saúde, outras agências das Nações Unidas e membros do FDE

Tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

O paradoxo urbano: oportunidades enfrentam desafios de sustentabilidade

75 % dos europeus vivem em áreas urbanas. A educação, as oportunidades de emprego e a promessa de uma vida social e cultural vibrante atraem as pessoas às cidades e vilas de toda a UE. Alguns problemas da vida urbana, como a poluição sonora, a sobrepopulação e o crime, melhoraram, mas questões significativas persistem: escassez de habitação acessível, poluição do ar e outras pressões ambientais, congestionamento do trânsito e transportes públicos fracos. Os sucessos registados na redução do trânsito, no incentivo ao ciclismo e à caminhada e na abertura de mais espaços verdes também trazem o desafio de equilibrar oportunidades e maior sustentabilidade. A urbanização sustentável deve ser participativa. Muitas comunidades locais embarcaram numa transição inclusiva para a sustentabilidade – e devem ter o apoio total dos legisladores.

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- A desigualdade é frequentemente mais aguda nas cidades – em 2014, 34 milhões de habitantes urbanos corriam risco de pobreza ou exclusão social.¹
- O congestionamento urbano custa aos Estados-Membros cerca de 100 biliões de euros por ano.² Os autocarros e comboios representam cerca de 17 % do tráfego urbano de passageiros – número que tem vindo a diminuir à medida que a utilização de carros aumenta. Não tem havido investimento suficiente em sistemas de transporte sustentáveis e nas políticas necessárias para apoiá-los. O transporte público deve ser mais barato, mais eficiente, mais acessível e inclusivo, tendo de responder às necessidades especiais de mulheres, crianças e jovens, pessoas com deficiência e idosos. As cidades que oferecem transporte público gratuito registaram uma utilização significativa.

- A poluição do ar, medida por concentrações de pequenas partículas (PM2.5), afeta as populações urbanas em toda a Europa e pode ter grandes impactos na saúde. 77 % da população da UE está exposta a concentrações de PM2.5 acima das Diretrizes sobre a Qualidade do Ar da OMS e 8 % acima das da UE.³ As principais fontes de poluição do ar são os transportes, a indústria, as centrais termoelétricas a carvão, a agricultura e os sistemas de aquecimento obsoletos.
- A expansão urbana aumentou em todos os Estados-Membros da UE. À medida que mais terras são usadas para habitação e estradas, assiste-se à destruição de terras férteis e habitats preciosos, à selagem dos solos com betão e à fragmentação e perda das paisagens. As áreas construídas estão a expandir-se mesmo onde as populações estão em declínio, pois o nosso estilo de vida exige mais espaço e edifícios maiores. Todos os anos, entre 2000 e 2006, a Europa perdeu 1120 km² de terras naturais e seminaturais (das quais quase 50 % eram terras aráveis ou cultivadas) para o desenvolvimento de terras urbanas ou artificiais.⁴
- Mais de 13 % dos europeus vivem em habitações precárias com, por exemplo, divisões com humidade ou telhados com infiltrações. O direito a uma habitação segura e acessível na UE está ameaçado. De acordo com a taxa de esforço de habitação do Eurostat, 10 % de todas as pessoas na Europa gastam mais de 40 % do seu rendimento familiar na habitação. Este valor sobe para 38 % entre as famílias que estão em risco de pobreza.⁵ Políticas e investimentos devem apoiar a habitação social, cooperativa e pública.
- São necessárias medidas urgentes para combater o problema dos sem-abrigo, que está a aumentar na União Europeia. Pelo menos 700 000 pessoas não têm abrigo em alguma noite do ano na UE, 70 % mais do que há uma década. 24 Estados-Membros indicam que o número de sem-abrigo aumentou na última década, sendo a Finlândia o único EM onde o número de sem-abrigo diminuiu (ver também ODS 2).
- A proximidade de áreas verdes urbanas é um fator essencial na qualidade de vida urbana, mas o acesso às áreas verdes está longe de ser equitativo em toda a UE. Os indicadores atuais do Eurostat para cidades sustentáveis não medem a disponibilidade e acessibilidade de espaços verdes, que é uma meta do ODS 11.

¹ Eurostat [Urban Europe](#).

² Comissão Europeia [Clean Transport, Urban Transport](#).

³ Agência Europeia do Ambiente. [Air quality in Europe - 2019 report](#).

⁴ AEA [Urban Sprawl in Europe](#).

⁵ Eurostat [Housing cost overburden rate](#).



A minha aldeia – não é segura nem sustentável sem um planeamento adequado

A história de Basia



POLÓNIA

Em 2001, mudei-me para Jesówka, uma aldeia ao sul de Varsóvia, para que os meus filhos tivessem mais espaço. Mal sabia eu que estava a embarcar num pesadelo.

Jesówka começou por ser uma rua com lotes de terra para cada família que se estendiam desde a rua. Em seguida, as famílias construíram as suas casas como quiseram, sem solicitar nem obter autorização de planeamento. Durante 30 anos, mais e mais casas foram sendo construídas em cada faixa, cada vez mais longe da rua principal. Não houve planeamento, nenhuma reflexão sobre o traçado da aldeia. As estradas que levam às casas afastadas da rua principal tornaram-se cada vez mais estreitas, de modo que a estrada que leva à minha casa tem apenas três metros de largura.

Comprar o meu terreno foi um pesadelo administrativo de divisão e subdivisão. Aguentei porque achei que o resultado final seria lindo. Estava muito enganada. Por exemplo, havia um poste de eletricidade no meio da minha rua estreita, onde a rua entra na rua principal. Era muito difícil manobrar à volta do poste e o meu vizinho estava sempre a bater contra ele com o camião. No final, mudaram o poste de sítio, mas apenas porque os meios de comunicação se envolveram.

APROXIMADAMENTE **73%** DA POPULAÇÃO EUROPEIA VIVE EM CIDADES OU NAS SUAS PROXIMIDADES,

PROVAVELMENTE ATINGINDO OS **82%** EM 2050. PERDEMOS MAIS DE **1000 KM² DE ÁREAS NATURAIS** POR ANO PARA A EXPANSÃO URBANA E URBANIZAÇÃO.



Fonte: Agência Europeia do Ambiente

Depois, tive de lutar para colocarem um gasoduto até à minha casa. Insisti para que pavimentassem a estrada, mas o gabinete do presidente da câmara disse que não era possível até todas as canalizações subterrâneas estarem instaladas. Quando os canos de esgoto foram instalados, pedi ao presidente para pelo menos fazer um passeio, mas voltei de mãos vazias. Posteriormente, disseram-me que a culpa era nossa porque a nossa estrada não tinha seis metros de largura e, portanto, não cumpria as normas municipais. Ao mesmo tempo, porém, os funcionários reconheceram que as nossas casas foram construídas sem autorização nem espaço suficiente para uma estrada adequada. Eles são responsáveis pelo planeamento, mas culpam-nos porque não cumpriram o seu dever – é uma desordem legalizada.

E depois soube que os meus impostos pagaram a pavimentação de estradas tão estreitas como a minha nas aldeias vizinhas. É um absurdo sem fim. Na verdade, não há lógica nenhuma nas regulamentações de planeamento na Polónia. Nós, cidadãos, somos as vítimas – e também o mundo natural, pois a nossa paisagem está a ser arruinada. A falta de planeamento urbano também é mau para a saúde e o ambiente, porque há atrasos na construção das infraestruturas necessárias para termos água e ar limpos.



Por cidades e comunidades saudáveis, sustentáveis e inclusivas, onde todos tenham acesso a habitação acessível e vivam com qualidade

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Qualidade de vida para todos e comunidades sustentáveis - A UE tem de garantir qualidade de vida para todos. As políticas europeias devem garantir o acesso a habitação de qualidade e a preços acessíveis para todos. Queremos uma UE que promova comunidades inclusivas, participativas e sustentáveis.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

Fórum Europeu para a Deficiência

Webinar on Passenger Rights (Webinar sobre direitos dos passageiros)

Housing Europe

The State of Housing in the EU 2019 (O estado da habitação na UE 2019)

Housing Europe

Public, cooperative and social housing in EU Cohesion policy post-2020 (Habitação pública, cooperativa e social na política de coesão da UE pós-2020)

Ecolise

Local, Community-Led. A new future unfolding (Local, liderado pela comunidade. O surgimento de um novo futuro)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ analisar a tendência dos custos anuais causados pelo congestionamento em áreas urbanas e densas;
- ✓ monitorizar o aumento de áreas construídas e da expansão urbana;
- ✓ expandir o indicador do Eurostat existente relativo à taxa de esforço dos custos da habitação;
- ✓ avaliar e monitorizar a disponibilidade e a acessibilidade de espaços verdes urbanos.



Criar laboratórios vivos para comunidades sustentáveis: o exemplo das ecoaldeias



📍 ALEMANHA, DINAMARCA, ITÁLIA

As ecoaldeias – frequentemente descritas como «laboratórios vivos» – são espaços únicos de experimentação de modos de vida sustentáveis do ponto de vista social, económico, cultural e ecológico necessários para as comunidades e cidades de amanhã.

Sendo já o lar e o local de trabalho de milhares de pessoas em toda a Europa (e no mundo), as ecoaldeias servem como locais de teste para práticas regenerativas que podem ser adaptadas a todos os tipos de comunidades e espaços em cidades, vilas e aldeias. As ecoaldeias testam a sustentabilidade prática, usam tecnologias como a gestão de resíduos de ciclo fechado e ferramentas sociais necessárias para uma tomada de decisão participativa e a resolução e transformação de conflitos.

Quando mostrarmos que estas ferramentas funcionam no terreno dentro das ecoaldeias, poderemos ampliá-las e utilizá-las para projetar comunidades e bairros resilientes e sustentáveis centrados nas pessoas e no bem-estar.

Embora muitas ecoaldeias sejam rurais, muito pode ser aprendido com os intercâmbios entre zonas rurais e espaços urbanos. As ecoaldeias são cada vez mais reconhecidas como tendo um efeito cascata, com impactos que se estendem muito para além da própria ecoaldeia. A presença de uma ecoaldeia num município pode ter muitos efeitos positivos, incluindo a abertura (ou reabertura) de escolas, o recuperar de

tradições culturais locais e a estimulação do empreendedorismo social e das economias locais. Por exemplo, o projeto Living in Sustainable Villages – uma colaboração entre a rede alemã de ecoaldeias e as autoridades locais na Alemanha - conjuga ecoaldeias com povoados tradicionais afetados pelo declínio económico e social, com o objetivo de fazer renascer a vida social e económica dos povoados.

Paralelamente, a Boekel Ecovillage (<https://www.ecovillage-boekel.nl/>) nos Países Baixos, tem a ambição de ser uma montra de todos os 17 ODS. O seu compromisso com a ecologia e a economia circular e com questões que vão desde a construção à vida económica das comunidades tem gerado interesse e investimento por parte do governo holandês.

Tudo isto mostra que as ecoaldeias deixaram de estar à margem da sociedade. Com o seu foco holístico a abranger todos os aspetos da sustentabilidade, as ecoaldeias têm o potencial de fornecer um modelo para as comunidades, cidades e sociedades do futuro.

A rede europeia de ecoaldeias, GEN Europe, é membro da ECOLISE, a organização europeia para iniciativas comunitárias sobre alterações climáticas e sustentabilidade, com mais de 110 membros de ecoaldeias e mais de uma dúzia de redes nacionais e biorregionais de ecoaldeias em toda a Europa.

Esta história foi facultada pela Ecolise e GEN Europe



GEN EUROPE
GLOBAL
ECOVILLAGE
NETWORK



Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

Consumimos, produzimos e descartamos muito mais do que precisamos para viver bem

Se todos no mundo vivessem como o europeu médio, precisaríamos de 2,6 planetas para satisfazer as nossas necessidades.¹ Em média, uma pessoa na UE usa 14 toneladas de materiais por ano. Consumimos mais do que o planeta pode regenerar, destruindo os nossos próprios sistemas de suporte de vida. A UE tem um défice ecológico porque a nossa procura de bens e serviços ecológicos excede o que os nossos ecossistemas podem fornecer.² A inovação tecnológica melhora a eficiência de recursos e energia, mas os nossos ganhos de eficiência são frequentemente anulados pelo aumento do consumo. Dirigimos com mais frequência, voamos com mais regularidade e construímos casas maiores. Comemos mais carne, importamos alimentos de outros continentes e compramos mais roupas e aparelhos eletrónicos do que há 20 anos. Muitos produtos vendidos aos consumidores na UE são baratos porque são feitos por trabalhadores mal pagos e, por vezes, vítimas de abusos e não incluem nos seus preços os custos da degradação ambiental e do esgotamento dos recursos nos países em desenvolvimento. Estamos muito longe do ODS 12: enquanto a UE não consegue controlar a sua procura por recursos naturais, é hora de dar o exemplo e criar uma economia circular, neutra em carbono e justa que aumente a suficiência e a resiliência.

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- A UE está apostada em implementar uma economia circular, mas apenas 11 % dos materiais que usamos vêm da reciclagem, enquanto «produzir, usar e descartar» ainda é a realidade dominante para 89 % dos produtos que compramos. Na indústria têxtil, as taxas de reciclagem são inferiores a 1 %.
- Apesar da melhoria das taxas de reciclagem, os resíduos gerados anualmente nos Estados-Membros ascendem a 1 800 kg per capita. Os resíduos de embalagens chegam a quase 174 kg por pessoa todos os anos – o valor mais alto da história.³ Embora as metas de reciclagem devam ser ambiciosas, as políticas têm de se concentrar, em primeiro lugar, na prevenção e redução da geração de resíduos.
- A UE não está disposta a tratar sozinha de todos os seus resíduos e exporta resíduos para países terceiros. Embora a exportação de resíduos perigosos para países não pertencentes à OCDE seja proibida, há vazamentos bem conhecidos, por exemplo, com resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) a acabar na África Ocidental e na Ásia Oriental. A AEA relata que a UE exportou aproximadamente 150 000 toneladas de resíduos de plástico todos os meses em 2019,⁴ muitas vezes para países com dificuldades em lidar com os resíduos gerados pelas suas próprias populações.

- A UE não estabeleceu para si próprios objetivos de redução claros na utilização de recursos e na pegada ecológica dos materiais. A UE também deve ainda estabelecer metas para reduzir a pegada ecológica per capita ou para atrasar progressivamente o dia de ultrapassagem dos limites naturais da Terra.
- O SDG 12 tem como um dos seus objetivos reduzir para metade o desperdício alimentar. Na UE, cerca de 88 milhões de toneladas de alimentos são desperdiçados todos os anos, com custos associados totais de 143 biliões de euros⁵ (ver também ODS 2).
- O ODS 12 exige uma gestão ambientalmente correta de produtos químicos e resíduos perigosos. Embora a legislação da UE coloque restrições aos produtos químicos tóxicos, os processos para os eliminar são muito lentos. Muito pouco se sabe sobre os produtos químicos contidos nos produtos e nos fluxos de materiais, e as medidas contra os seus efeitos adversos geralmente são tomadas apenas após estes produtos causarem danos graves. O projeto de Estratégia para a Sustentabilidade dos Produtos Químicos apresentado pela DG Ambiente em 2020 é demasiado fraco. A DG GROW procurou bloquear uma regulamentação mais rígida de produtos químicos e enfraquecer os requisitos de prevenção de danos e inovações seguras desde a conceção.
- O consumo e a produção sustentáveis exigem cadeias de abastecimento justas e ecológicas. As regras de responsabilização das cadeias de abastecimento de bens de consumo produzidos para o mercado europeu por empresas com sede em países em desenvolvimento são fracas. Algumas empresas europeias subscrevem códigos voluntários, enquanto outras não assumem qualquer responsabilidade pelos direitos humanos e proteção ambiental nas suas cadeias de abastecimento. A transparência e a justiça nas cadeias de abastecimento de têxteis, café, cacau e outras mercadorias agrícolas ou de dispositivos eletrónicos e baterias são apenas alguns exemplos. Ao nível da UE, os decisores políticos, até agora, não conseguiram desenvolver obrigações de diligência devida juridicamente vinculativas em todos os setores e integrá-las na política comercial da UE.

¹ AEA [Ecological footprint of European countries](#).

² Ibid.

³ Eurostat [Waste packaging](#).

⁴ AEA [The plastic waste trade in the circular economy](#).

⁵ Fusion [Estimate of European Food Waste Levels](#).



Não queremos o vosso lixo de roupa A história de Reuben Kiboi



© Caitriona Rogerson

QUÉNIA

Sou vendedor de *mitumba* em Mombaça, Quénia. *Mitumba* é a nossa palavra para roupas em segunda mão enviadas do estrangeiro para o Quénia. Todos os anos, o Quénia importa mais de 150 000 toneladas de roupas usadas. A maior parte da *mitumba* vem da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá. É despachada para o porto de Mombaça e depois transportada para armazéns onde nos é vendida a nós, comerciantes. Os donos originais acham que estão a reciclar as roupas, mas a verdade é bem diferente.

Fui vendedor de *mitumba* toda a vida. Quando comecei o meu negócio na década de 1990, havia muito poucos vendedores de *mitumba* no Quénia e as roupas importadas eram de alta qualidade. Podia ter uma boa vida. Com o passar dos anos, no entanto, a quantidade de roupas que importamos aumentou, enquanto a qualidade diminuiu. Um fardo de 45 kg de *mitumba* pode custar até 200 dólares dos Estados Unidos. O problema é que não sabemos a qualidade das roupas dentro do fardo até o abrirmos. Hoje podemos abrir um fardo de *mitumba* e descobrir que metade do conteúdo não pode ser vendido por nenhum preço – as roupas estão rasgadas, sujas e são de péssima qualidade. O que podemos fazer? Não temos escolha a não ser deitar essas roupas fora ou queimá-las. Quando os fardos que compro são de tão má qualidade, sou eu o culpado, não os grandes comerciantes de roupas.

ESTIMA-SE QUE OS CONSUMIDORES NA UE DESCARTEM **5,8 MILHÕES DE TONELADAS DE DESPERDÍCIO TÊXTIL** TODOS OS ANOS. **SÓ 1% DOS TÊXTEIS SÃO REICLADOS.**



Fonte: Agência Europeia do Ambiente

Mas não se trata apenas de dinheiro. Temos de pensar no ambiente. Não temos sistemas adequados de gestão de resíduos nem instalações de reciclagem aqui no Quénia, por isso, estas roupas descartadas acabam por ser despejadas em aterros e nos nossos rios. Mas os nossos aterros já estão cheios e os nossos rios transbordam de poluição. Já não conseguimos gerir esta quantidade de resíduos. Quando vejo o conteúdo destes contentores, sinto que no nosso país, o Quénia, se transformou numa lixeira.

Gostava muito que nos ajudassem a resolver essa confusão. Tenho esta mensagem para os governos ocidentais e os comerciantes de roupas europeus: «*Esforcem-se mais. Não queremos o vosso lixo. Também sabemos o que é qualidade.*» Congratulamo-nos com roupas de boa qualidade. Quanto ao resto, são vocês que têm de encontrar uma maneira de as reciclar nos vossos países.

A história de Reuben Kiboi foi facultada pela Irish Environmental Network (IEN)

IEN Irish Environmental Network



Por um sistema de produção e consumo que satisfaça as necessidades humanas no pleno respeito das capacidades da Terra e garanta o bem-estar de todos

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Respeito pelas capacidades da Terra através da suficiência - As políticas da UE devem criar medidas para alinhar os níveis europeus de consumo de recursos com as capacidades da Terra, inclusive através da implementação de estratégias de suficiência, baseadas na redução da utilização absoluta de recursos e da pegada material per capita, e de metas ambiciosas de prevenção de resíduos.

Por uma agenda de comércio justo – O comércio internacional deve ser considerado um meio para a distribuição eficiente de bens e serviços, respeitando objetivos sociais e ambientais. Os acordos comerciais devem beneficiar a população, os trabalhadores e os pequenos produtores e não podem ser vistos como instrumentos do interesse exclusivo de investidores e empresas multinacionais. Tal deve garantir, por exemplo, trabalho digno e melhor proteção social. Os acordos comerciais e de investimento devem destinar-se principalmente a reforçar o bem-estar e o interesse público, ao invés de reduzir os custos e encargos das empresas. Os direitos proeminentes existentes para investidores e os tribunais empresariais devem ser abolidos.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

Friends of the Earth Europe, Ecological Economics and EEB
A Circular Economy within Ecological Limits
(Uma economia circular dentro de limites ecológicos)

EEB [Enjoying more with less](#) (Usufruir mais com menos)

EEB [Coolproducts don't cost the Earth](#) (Produtos interessantes não acabam com a Terra)

EEB [Europe's new waste prevention and reuse laws](#) (A nova legislação europeia de prevenção e reutilização de resíduos)

Coligação de ONGs [Civil Society Strategy for Sustainable Textile, Garments, Leather and Footwear](#) (Estratégia da sociedade civil para têxteis, vestuário, couro e calçado sustentáveis)

Coligação de ONGs [Tackling Food Waste in the Farm to Fork Strategy](#) (Lidando com o desperdício alimentar na estratégia do prado ao prato)

Coligação de ONGs [Chemical strategy to deliver a toxic-free environment](#) (Estratégia química para fornecer um ambiente livre de produtos tóxicos)

Coligação de ONGs [A call for EU human rights and environmental due diligence legislation](#) (Um apelo à legislação da UE em matéria de diligência devida no âmbito dos direitos humanos e ambiente)

Coligação de ONGs [10 policy priorities to reduce waste](#) (10 prioridades políticas para reduzir o desperdício)

Fair Trade Advocacy Officer [From local to EU level. Scaling up Fair Trade in Europe](#) (De local a europeu. Ampliar a dimensão do comércio justo na Europa)

FERN and Fair Trade Advocacy Office [Towards Sustainable Cocoa Supply Chains](#) (Rumo a cadeias de abastecimento de cacau sustentáveis)

Make ICT Fair [Case studies](#) (Estudos de caso) e [Change for Good](#) (Mudança definitiva)

EEB [Towards a socially sustainable and circular ICT sector](#) (Rumo a um setor de TIC socialmente sustentável e circular)

Fondation Nicolas Hulot and Veblen Institute [Making Trade Serve the Ecological and Social Transition](#) (Transformar o comércio num aliado da transição ecológica e social)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ incluir a utilização total de materiais de produtos e serviços consumidos na UE, como o consumo de matérias-primas (RMC), a pegada material e de consumo na monitorização dos ODS;
- ✓ monitorizar a pegada ecológica média per capita e a data do dia de ultrapassagem dos limites naturais da Terra para a UE e os seus Estados-Membros;
- ✓ incluir exportações de resíduos (perigosos e não perigosos) para fora da UE no contexto da monitorização dos ODS;
- ✓ analisar o desperdício alimentar ao longo de toda a cadeia alimentar;
- ✓ avaliar e monitorizar a sustentabilidade social e ambiental das cadeias de abastecimento europeias (por exemplo, com um indicador sobre a quota de mercado do comércio justo ou outros produtos certificados);
- ✓ monitorizar a proporção de contratos públicos ecológicos ao nível nacional e de contratos sustentáveis a nível empresarial.



Reutilizar, reparar e reproduzir para reconstruir melhor: modelos de negócios para moda verdadeiramente sustentável



© Irish Environmental Network

📍 BÉLGICA, FRANÇA, ALEMANHA, IRLANDA, ESLOVÉNIA, SUÉCIA, HOLANDA

No que se refere aos têxteis, atingir o ODS 12 exigirá uma mudança radical dos modelos de negócio atuais, que dependem de um fluxo cada vez maior de novos produtos, para um baseado na prevenção da produção de resíduos e na suficiência de recursos.

Vender mais e mais roupas novas a cada ano aumenta os impactos negativos da indústria, independentemente do progresso na reciclagem de resíduos têxteis para produzir novos fios e tecidos e na adoção de técnicas de produção de menor impacto.

O progresso em direção ao ODS 12, portanto, depende, em primeiro lugar, da redução da quantidade de novos produtos têxteis produzidos a partir de recursos virgens que entram na economia. As melhores práticas baseadas na reutilização, na reparação e na reprodução mostram o caminho.

- A Lena Fashion Library, um serviço de empréstimo de moda em Amsterdão que permite às pessoas dar uma olhadela às roupas como se faz com livros, incentiva-nos a fazer perguntas fundamentais sobre a questão da propriedade. A plataforma de aluguer irlandesa Sharedrobes, um modelo «ponto a ponto», permite que os utilizadores ganhem dinheiro alugando as suas roupas a terceiros. A Swapsies na Irlanda e a Swap Party na Eslovénia organizam eventos de troca de roupas, enquanto na aplicação irlandesa NuWardrobe tudo é «para partilhar» e não para vender.

- Algumas marcas foram pioneiras em esquemas de consertos. A marca sueca de vestuário de ganga Nudie Jeans tem uma rede de oficinas e parceiros em todo o mundo onde os seus clientes podem levar os jeans rotos e rasgados. A marca alemã de vestuário outdoor Vaude tem um serviço de conserto interno e disponibiliza online manuais de reparação, assim como peças sobressalentes, para que os clientes possam consertar eles mesmos os seus produtos. Pool, uma pequena empresa social belga, prolonga a vida do vestuário com oficinas de remendos.
- Muitas empresas e pequenos designers decompõem os tecidos que, de outra forma, estariam destinados à incineração ou aos aterros e transformam-nos em algo novo, um processo geralmente conhecido como «upcycling». A pequena marca, Isatio, foi pioneira deste conceito na Bélgica. Talvez um dos exemplos mais inspiradores seja La Tête dans les Nuages, em França, que usa balões de ar quente inativos e os transforma em pufes multicoloridos – praticando o «up» de «upcycling»! A empresa também oferece emprego a pessoas vítimas de exclusão no mercado de trabalho.

Os governos devem defender políticas que permitam que práticas recomendadas como estas e outras prosperem e se tornem a nova norma.



Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

A nossa casa está a arder – e são necessários passos corajosos para apagar o fogo

2020, no final da década mais quente do mundo (2010-2019), é provável que seja mais um «ano mais quente de que há registo». Nos últimos anos, os europeus passaram por inundações, ondas de calor, tornados e outros fenómenos climáticos extremos sem precedentes. As perdas económicas decorrentes de intempéries meteorológicas e climáticas custaram à UE mais de 12 biliões de euros em 2017.¹

Olhando para além das fronteiras da UE, o combate às alterações climáticas é uma questão de justiça global. As alterações climáticas exacerbam a pobreza e a desigualdade, afetando mais as comunidades que menos contribuíram para o aquecimento global. Os cientistas preveem que até 19 % da superfície terrestre do planeta possa tornar-se inabitável até 2070, potencialmente transformando biliões de pessoas em «refugiados climáticos».² Mesmo dentro da UE, as pessoas poderão ter de migrar devido a um ambiente cada vez mais hostil.³

Em 2020, as emissões de gases com efeito de estufa da UE diminuíram mais de 20 % em comparação com os níveis de 1990. As projeções da AEA do final de 2019, porém, mostram que as políticas e medidas atuais só podem proporcionar uma redução de 30 % até 2030. Se não adotarmos medidas ousadas agora, perderemos até mesmo a fraca meta de 40 % definida pelos legisladores para 2030 e ficaremos muito aquém da meta de redução de 65 % que muitos especialistas e a sociedade civil exigem.⁴

O Acordo de Paris de 2015 comprometeu a comunidade internacional a manter o aumento da temperatura global bem abaixo de 2 °C acima dos níveis pré-industriais. A nova Lei Climática da UE proposta em março de 2020 comprometeria a Europa a tornar-se o primeiro continente neutro em carbono até 2050. De acordo com o EEB e a CAN Europe, a UE pode atingir a neutralidade climática até 2040 – uma década antes da meta da UE – e ter poluição zero até 2050. A sociedade civil pede que o bloco corte as emissões em 65 % até 2030, em oposição à meta atual da UE de 40 %, com a meta de eficiência energética elevada para pelo menos 40 % e as energias renováveis a responder a pelo menos 45 % das necessidades energéticas.

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- Temos de descarbonizar a economia em toda a cadeia de valor, em todos os setores e em todo o ciclo de vida, incluindo as emissões de fim de vida (por exemplo, através de aterros e incineração) e também assumir responsabilidade pelas emissões de carbono incorporadas nas importações para a UE para evitar o «despejo de carbono».

- Existem demasiadas lacunas no que se refere às emissões dos setores de transporte com uso intensivo de carbono, incluindo o transporte marítimo, a aviação e os edifícios. É necessário introduzir uma tarifação eficaz do carbono para ter em conta as externalidades negativas da produção de energia que, exceto em alguns Estados-Membros, não estão sujeitas a tributação.
- A nova regulamentação deve concentrar-se na eficiência energética de setores particularmente difíceis. Por exemplo, edifícios envelhecidos e mal isolados são atualmente responsáveis por 36 % das emissões totais de CO₂ da Europa. A nova estratégia Renovation Wave da UE⁶ deve dar um sinal claro de que os aparelhos elétricos e movidos a combustíveis fósseis ineficientes devem ser eliminados até 2030. As Diretivas relativas à eficiência energética e ao desempenho energético dos edifícios⁷ devem garantir casas resistentes às alterações climáticas para todos os europeus até 2050.
- A UE estabeleceu um objetivo de eficiência energética de 32,5 % até 2030, mas os Estados-Membros definiram os seus próprios objetivos. A Comissão do Ambiente do Parlamento Europeu votou a favor de uma meta vinculativa de 40 % para 2030, metas nacionais vinculativas e obrigações para maiores poupanças de energia.
- A promessa do ODS de mobilizar, anualmente, 100 biliões de dólares dos Estados Unidos para apoiar as comunidades mais pobres e mitigar os impactos das alterações climáticas deve ser honrada. A UE deve atribuir 50 % do seu financiamento para o desenvolvimento à ação climática e ambiental.
- Atualmente, o direito internacional, bem como as estruturas nacionais ou regionais, não oferecem nenhuma proteção aos «refugiados climáticos» ou migrantes ambientais. O Pacto Global sobre Refugiados, adotado pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2018, reconhece que «clima, degradação ambiental e desastres naturais interagem cada vez mais com os motores dos movimentos de refugiados»; no entanto, até agora a UE não tem uma resposta sobre como lidar com os movimentos de migração provocados pelas alterações climáticas.

1 Eurostat [SDG 13 - Climate Action](#).

2 New York Times Magazine [The Great Climate Migration](#).

3 Khaled Diab (2020) [Warming May Push Humanity Out of Its Climate Comfort Zone](#).

4 AEA [Total greenhouse gas emission trends and projections in Europe](#).

5 CAN Europe e EEB [Paris Agreement Compatible Scenarios for Energy Infrastructure](#).

6 Ver https://ec.europa.eu/energy/topics/energy-efficiency/energy-efficient-buildings/renovation-wave_en

7 Ver https://ec.europa.eu/energy/topics/energy-efficiency/energy-efficient-buildings/energy-performance-buildings-directive_en



Alterações climáticas – a negação dos direitos humanos pelo nosso governo

A história de Michaela Krömer



ÁUSTRIA

AS EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA **VOOS DOMÉSTICOS** POR PASSAGEIRO (CO₂ + NÃO CO₂) SÃO **31 VEZES SUPERIORES** ÀS EMISSÕES DO COMBOIO MAIS EFICIENTE.



Fonte: Agência Ambiental Austríaca

53

Sou advogada especializada em direito constitucional e acredito que a tarefa final do nosso sistema jurídico é garantir uma vida boa para todos. A lei dos direitos humanos serve para proteger e defender este objetivo. No entanto, o direito à vida, o direito à saúde e o direito à propriedade estão ameaçados por esta crise e são violados pela incapacidade dos Estados em agir contra as alterações climáticas. Os direitos fundamentais incluem a obrigação positiva de os Estados prevenirem riscos. Se os Estados falham no seu dever de proteger os seus cidadãos sem motivo justificável, estes direitos são infringidos. Não existe nenhum artigo na constituição austríaca, no entanto, que permita contestar a inação do Estado, mesmo quando esta constitui uma violação dos direitos fundamentais. Isto, para mim, é inaceitável, e é por isso que tive o prazer de unir forças com o ÖKOBÜRO e o Greenpeace Áustria para lutar exatamente por estes direitos.

Dados os limites do sistema, concentrámo-nos em ações estatais que prejudicam o clima, em oposição à inação. Em nome de 8063 utilizadores frequentes dos caminhos-de-ferro, solicitamos ao Tribunal Constitucional a anulação das isenções fiscais, como a isenção de IVA em voos internacionais

e a isenção de impostos sobre querosene em voos domésticos. Estes incentivos fiscais tornam o avião mais barato do que o comboio, embora as viagens de comboio sejam 31 vezes mais favoráveis para o clima. A apresentação baseia-se essencialmente na legislação relativa aos direitos humanos.

Esta apresentação custou-me sangue, suor e lágrimas, mas as chances de sucesso são limitadas, simplesmente porque o nosso sistema não foi concebido para lidar com desafios globais desta escala. É difícil demonstrar dano suficiente em Tribunal e provar a sua ligação à crise climática, apesar de os impactos nocivos de voar terem sido comprovados pela ciência e do facto de que a vida se tornará insustentável se o aquecimento global não for travado. O sistema (legal) precisa de mudar e, esperemos, vamos conseguir que pelo menos compreendam esta questão. Às vezes, quando fico assustada com os desafios jurídicos que enfrentamos, gosto de me lembrar da minha citação favorita: «Se apontas à lua e erras, mesmo assim acabarás entre as estrelas.»

A história de Michaela Krömer
foi facultada por ÖKOBÜRO

ÖKOBÜRO
ALLIANZ DER UMWELTBEWEGUNG



Por uma ação climática ambiciosa através da eliminação rápida de todos os combustíveis fósseis, da diminuição absoluta do consumo de energia e da eficiência energética para garantir justiça climática

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Ação climática ambiciosa - O Acordo de Paris deve ser integralmente aplicado e transparecer no alinhamento dos objetivos de redução das emissões da UE para 2030 e 2050 com o compromisso de limitar os aumentos de temperatura a 1,5 °C mediante políticas climáticas ambiciosas da UE, incluindo um rápido abandono de todos os combustíveis fósseis e a transição da eficiência energética para uma redução absoluta da utilização de energia. A UE deve acelerar a transição justa e sustentável para um aprovisionamento de 100 % de energias renováveis, que é limpo, acessível e apoia a propriedade comunitária e não conduz à pobreza energética.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

EEB

[Reply to public consultation on climate law](#)

(Resposta à consulta pública sobre legislação climática)

EEB

[Response to Consultation and Energy Efficiency and Building Renovation](#) (Resposta à consulta e eficiência energética e reabilitação de edifícios)

CAN Europe et al.

[Environmental action in development funding](#) (Ação ambiental no financiamento para o desenvolvimento)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ analisar as emissões de GEE do setor dos transportes, incluindo as emissões totais de automóveis de passageiros (em vez de olhar para os níveis de emissão de carros novos, o que é enganoso), transporte rodoviário de carga, aviação e navegação;
- ✓ monitorizar as emissões de setores nos quais as emissões registam aumentos ou onde as reduções são demasiado lentas como, por exemplo, os edifícios ou as indústrias pesadas, como a indústria do aço;
- ✓ medir as emissões líquidas de produtos importados para consumo na UE, incluindo as emissões decorrentes de alterações no uso do solo;
- ✓ monitorizar como o financiamento do desenvolvimento responde aos acordos climáticos.



Reconstituindo as turfeiras para mitigar as alterações climáticas: um potencial inexplorado



© Jurate Sendzikaite

LITUÂNIA

As turfeiras da Lituânia podem armazenar grandes quantidades de CO₂, um dos principais gases com efeito de estufa, e assim ajudar a mitigar as alterações climáticas. Ao contrário das florestas tropicais, cuja área é reduzida anualmente pela atividade humana, as turfeiras têm suscitado pouca atenção.

Embora representem apenas 3 % da superfície terrestre do mundo, elas contêm quase o dobro do carbono orgânico contido em todas as florestas do planeta.

As turfeiras intocadas capturam carbono e reduzem as emissões de gases com efeito de estufa. Restaurando e protegendo as nossas turfeiras, poderíamos evitar a libertação de grandes quantidades de CO₂ na atmosfera. Uma vez que a maioria das turfeiras degradadas e abandonadas na Lituânia estão em terras do Estado e o governo está empenhado em combater as alterações climáticas, a restauração e proteção das nossas turfeiras é uma possibilidade prática.

As turfeiras devem ser húmidas, o que significa que a sua reumidificação deve ser a principal medida de reabilitação. A água inicia o processo de formação de turfa e evita a mineralização e a perda de camadas de turfa. Se a reumidificação fosse ampliada nas turfeiras degradadas da Lituânia, ela poderia regenerar 300 000 hectares, quase metade das

turfeiras do país. A paludicultura, a agricultura húmida e a silvicultura nas turfeiras reumedecidas, respeitando a natureza e estimulando os processos de formação de turfa, também podem ajudar.

Salvar as turfeiras é agora reconhecido como uma estratégia poderosa para mitigar as alterações climáticas. A reumidificação das turfeiras faz parte do Acordo de Paris e é um meio de combater as alterações climáticas. As turfeiras também promovem a sustentabilidade da água, agindo como biofiltro e reservatório de nutrientes, e contribuem para garantir a utilização sustentável dos ecossistemas terrestres. Numa escala global, salvar as turfeiras contribuiria para erradicar a pobreza e a fome, uma vez que os ecossistemas saudáveis são essenciais para a qualidade de vida na Terra.

As turfeiras da Lituânia estão agora gravemente degradadas, mas já existiam muito antes de nós e é nossa responsabilidade garantir que continuem a existir depois de nós. «A nossa região sempre foi naturalmente húmida. Mas agora restam-nos poucas turfeiras, e aquelas que ainda temos estão seriamente ameaçadas pelas alterações climáticas», diz Nerijus Zableckis. «Precisamos de humidificá-las novamente para as gerações futuras».

Esta história foi facultada pela Foundation for Peatlands Restoration and Conservation



Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos

Os nossos oceanos exigem mais ação, a vida marinha melhor proteção

A conservação e o uso sustentável dos oceanos estão no cerne do desenvolvimento sustentável. Os sistemas críticos dependem de oceanos saudáveis: chuva, tempo e clima, o ciclo do oxigénio e as cadeias alimentares vitais. Atualmente, há mais zonas costeiras protegidas em toda a UE, a qualidade das águas balneares melhorou e as populações de peixes estão a ser utilizadas de forma mais sustentável. No entanto, os oceanos ainda estão ameaçados pela poluição das águas, circulação de navios, plataformas de petróleo, sobrepesca e acidificação dos oceanos com graves impactos negativos sobre os ecossistemas e a biodiversidade.

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- Os dados do Eurostat mostram que as populações de peixes no Atlântico Nordeste melhoraram nos últimos dez anos porque agora são geridas de forma mais sustentável. Contudo, os dados também mostram que mais de um terço das populações de peixes europeias no Atlântico Nordeste continuam a ser sobreexploradas. As frotas pesqueiras europeias ultrapassam regularmente os limites recomendados pelos cientistas. Ao mesmo tempo, as capturas acessórias indesejadas são devolvidas ao mar em grandes quantidades. Até 2030, todas as populações de peixes comerciais devem ser geridas de forma sustentável e devem respeitar as recomendações científicas para proteger a biodiversidade.
- Durante décadas, os subsídios à pesca da UE promoveram o crescimento da frota pesqueira da UE, duas a três vezes maior do que o tamanho necessário para capturas sustentáveis. Em 2004, a UE já concordara em reduzir os subsídios que resultaram na pesca excessiva. Porém, como as negociações para o Fundo Marítimo e das Pescas pós-2020 continuam, há um risco claro de que poderosos interesses adquiridos consigam manter alguns subsídios prejudiciais.
- Além das zonas de pesca da UE, pesquisas recentes¹ mostram que os navios de pesca europeus ainda ameaçam a segurança alimentar das comunidades locais ao longo da costa da África Ocidental, inclusive por meio de joint ventures e fretamentos.
- Nos últimos anos, a poluição dos oceanos por plástico chegou às capas dos jornais: anualmente, pelo menos 8 milhões de toneladas de plástico acabam nos oceanos em todo o mundo, constituindo 80 % de todos os resíduos marinhos, desde as águas superficiais aos sedimentos no fundo do mar. Embora a maior parte do lixo marinho vá para mares fora das costas europeias, a UE não está imune. Em 2019, exportámos, mensalmente, 150 000 toneladas de resíduos plásticos para países fora da UE, sem garantia segura de que nenhum dos plásticos descartados acabaria no oceano. Além disso, como demonstra a pesquisa da aliança Break Free from Plastics, as maiores quantidades de itens plásticos de uso único encontradas nos nossos oceanos são produzidas por empresas multinacionais sediadas em países desenvolvidos, incluindo a UE, que vendem alimentos, bebidas, cosméticos e cigarros.
- Existem altos níveis de nitrogénio nos mares europeus, causando a proliferação de algas nocivas, eutrofização e zonas mortas onde é difícil a vida marinha sobreviver. Em mares de águas pouco profundas, como o Báltico, a biodiversidade foi drasticamente reduzida e o ecossistema em geral degradado. Existem evidências claras, principalmente no Mar do Norte e no Báltico, da existência de altos níveis de nitrogénio. No entanto, faltam dados sobre os níveis de nitrogénio no Mediterrâneo e no Mar Negro.
- Além da fronteira marítima da UE, a Estratégia de Crescimento Azul e os Parceiros de Inovação em Matérias-Primas têm demonstrado interesse na extração mineira em alto mar, uma atividade que pode levar a impactos ambientais irreversíveis em ecossistemas vulneráveis e focos de biodiversidade até agora pouco afetados pela atividade humana. Segundo a Seas at Risk, mais de um milhão de quilómetros quadrados nos oceanos já estão licenciados para exploração, antes de qualquer acordo sobre as regras ambientais que devem reger essa atividade. «Intrinsecamente ligada à exploração de recursos não renováveis, a extração mineira em alto mar também entra em conflito com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 das Nações Unidas sobre consumo e produção sustentáveis, assim como com as ambições de economia circular da UE», argumenta a Seas at Risk.²

¹ Ifesinachi Okafor-Yarwood e Dyhia Belhabib [The duplicity of the European Union Common Fisheries Policy in third countries: Evidence from the Gulf of Guinea.](#)

² Seas at Risk [Deep Sea Mining.](#)



Sistema económico insustentável ameaça a vida marinha

A história de João Correia

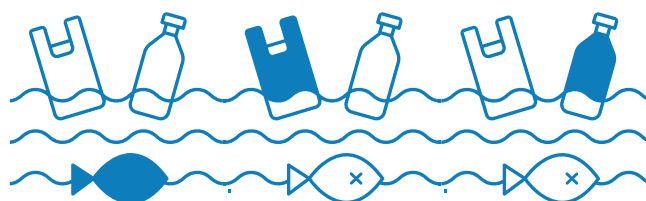


PORTUGAL

João Correia, biólogo marinho, dedicou toda a sua vida profissional ao estudo e à saúde dos nossos oceanos. Em criança tinha uma paixão pela natureza e um interesse especial por tubarões, estimulado pelo filme de Steven Spielberg, «Tubarão». João partilhou as suas preocupações connosco.

«O tubarão é uma espécie altamente ameaçada e presa fácil da pesca excessiva, da perda de habitat e da poluição, pois ocupa a posição de topo na sua cadeia alimentar, através do fenómeno da bioamplificação. Este fenómeno significa que os poluentes conservadores (ou seja, substâncias que não são eliminadas por organismos vivos) se acumulam no tecido das espécies no fundo da cadeia alimentar, que são então comidas pelas espécies acima delas e assim por diante, atingindo concentrações enormes nos níveis superiores. Os poluentes conservadores incluem metais pesados como chumbo, cádmio, níquel, pesticidas e hormonas utilizadas, por exemplo, nas pílulas anticoncecionais, e que são conhecidos por causar sérios danos às populações de peixes em todo o mundo.

Um oceano sem tubarões é um oceano com cadeias alimentares descontroladas, onde as espécies que os tubarões caçam se multiplicariam excessivamente e, portanto, predariam excessivamente as que estão abaixo na cadeia. Como superpredadores, os tubarões são a espinha dorsal da



PELO MENOS **8 MILHÕES DE TONELADAS** DE **PLÁSTICO** ACABAM NOS NOSSOS **OCEANOS** **TODOS OS ANOS**. ALGUM DESSE PLÁSTICO PROVÉM DA **EUROPA** E UMA GRANDE QUANTIDADE DELE É PRODUZIDO **POR MULTINACIONAIS**.

Fonte: IUCN

saúde dos oceanos e os perigos que estes animais enfrentam hoje terão efeitos terríveis na economia pesqueira global. Felizmente, as comunidades costeiras mais pequenas têm investido em mergulho com tubarões e outras atividades ligadas ao ecoturismo, em vez da pesca extensiva de tubarões. Algumas referências científicas calcularam que o valor dos tubarões «vivos» é 100 (!) vezes superior ao valor dos tubarões «mortos».

Os oceanos representam 71 % da superfície do planeta e 97 % dos seus recursos hídricos. Cerca de 50 % do oxigénio que respiramos é produzido nos oceanos, e eles absorvem cerca de 25 % do dióxido de carbono que a humanidade emite. Ao proteger os oceanos, não protegeremos apenas os tubarões, mas estaremos no caminho para cumprir a Agenda 2030, desacelerando ou até interrompendo as alterações climáticas, protegendo a vida na Terra e melhorando a qualidade dos nossos recursos de ar e água. Se pudermos garantir a sustentabilidade dos nossos recursos marinhos, contribuiremos para a melhoria da saúde, a redução da fome e da pobreza e teremos impacto sobre os fatores que obrigam alguns grupos de pessoas a migrar. Mas, para isso, temos de mudar o nosso sistema económico, desacelerar o consumismo e buscar sociedades de economia circular que não representem uma ameaça para os oceanos.»

A história de João Correia foi facultada pela
Confederação das Associações de Defesa do
Ambiente de Portugal (CPADA)



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS ASSOCIAÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE

Por oceanos limpos e saudáveis com biodiversidade próspera

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Gestão sólida dos recursos naturais - Devem ser estabelecidas e aplicadas normas comuns para proporcionar ar e água limpos e produtos alimentares seguros e saudáveis, bem como para proteger os nossos oceanos. Devem ser aplicadas medidas ambiciosas para travar a perda de biodiversidade a nível europeu e global, bem como para pôr fim à exploração insustentável dos recursos naturais, incluindo no hemisfério sul.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

Break Free From Plastics

[Open Letter to the world's top plastic polluters](#)

(Carta aberta aos maiores poluidores de plástico do mundo)

Birdlife International, WWF, ClientEarth + Seas at Risk

[Post-2020 European Maritime and Fisheries Fund](#)

(Fundo Europeu Marítimo e das Pescas Pós-2020)

Seas at Risk

[Deep-sea mining has no place in a future shaped by the 2030 Agenda for sustainable development](#)

(A extração mineira em alto mar não tem lugar num futuro moldado pela Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ monitorizar a sobrepesca das espécies em maior risco;
- ✓ monitorizar a biodiversidade nos mares e oceanos europeus de espécies que não são pescadas comercialmente;
- ✓ monitorizar níveis prejudiciais de nitrogénio nos mares europeus.

Proteger os mares contra resíduos de plástico: legislação pioneira nas Ilhas Baleares



ESPANHA

Na UE, os plásticos constituem até 95 % de todos os resíduos encontrados nas orlas costeiras e no mar.

Em 2019, o Governo Autônomo das Baleares foi pioneiro na luta contra os plásticos de uso único com a aprovação de uma legislação abrangente que, a partir de janeiro de 2021, proibirá muitos produtos plásticos, incluindo sacos plásticos leves, talheres, pratos e palhas de plástico, lâminas de barbear descartáveis, isqueiros e cápsulas de café descartáveis. Esta lei inovadora vai além da Diretiva da UE sobre Plásticos de Uso Único ao proibir também outros produtos e por ter objetivos de reutilização mais ambiciosos, estabelecendo um marco de referência na luta contra o lixo marinho na Europa.

O lixo sempre foi um problema nas Ilhas Baleares, criando tensão entre as populações locais e os turistas. Uma das consequências do grande número de turistas é a grande quantidade de resíduos, que nas pequenas ilhas pode ser difícil de gerir e eliminar. O lixo plástico resultante e a poluição nas costas e no mar e o seu impacto na vida marinha levaram o governo a adotar uma abordagem holística aos resíduos, focada na prevenção e redução na fonte, além da gestão.

A lei visa reduzir o volume total de resíduos em 20 % até 2030. Além de proibir a venda de muitos produtos plásticos, responsabiliza os produtores pela recolha e gestão de resíduos, permite sistemas de devolução de vasilhame e incentiva o consumo sustentável e a reutilização através da contratação pública ecológica. Este texto abrangente oferece uma combinação única de medidas práticas de prevenção para alcançar uma redução efetiva no uso de plásticos descartáveis e que pode ser replicada noutros países europeus transpondo a nova diretiva da UE sobre plásticos descartáveis para a legislação nacional.

O lixo marinho, e a poluição por plástico em particular, afeta vários ODS. Devido à sua natureza global, a poluição do plástico só pode ser tratada através de estratégias políticas abrangentes, incluindo design e materiais livres de produtos tóxicos, oceanos livres de poluição e modificação sistêmica dos padrões de produção e consumo.





Gerir de forma sustentável florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação da terra, travar a perda de biodiversidade

Temos de impedir a sexta extinção em massa, dentro e fora da UE

O bem-estar humano é impensável sem um ambiente natural próspero e uma biodiversidade intacta. Os serviços essenciais do ecossistema de polinização, proteção contra inundações, sumidouros de carbono, regulação do clima, fertilidade do solo e produção de alimentos dependem de ambientes saudáveis e da biodiversidade. Apesar das proteções ambientais e de uma rede em expansão de sítios Natura 2000¹, habitats naturais e biodiversidade, as nossas florestas, pântanos, montanhas e terras secas sofrem uma erosão contínua e dramática. Falhámos completamente a nossa meta de travar a perda de biodiversidade até 2020. As alterações nos habitats naturais – causadas pela agricultura intensiva, construção, urbanização, extração, exploração excessiva de florestas, oceanos, rios, lagos e solos, espécies exóticas invasoras, poluição e alterações climáticas globais – são as principais causas da atual onda de extinção², que ameaça cerca de 25 % das espécies animais europeias.³

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- A *Estratégia de Biodiversidade para 2030* promete um plano abrangente, sistémico e ambicioso de longo prazo para proteger a natureza e reverter a degradação dos ecossistemas, mas não pode ser bem sucedida sem legislação com objetivos vinculativos e aplicação eficaz em toda a UE.
- Mais de 40 % da superfície dos solos da UE é coberta por floresta, mas apenas uma pequena parte é original. O Eurostat afirma que estamos a progredir para uma gestão florestal sustentável, mas o seu indicador não distingue entre florestas naturais saudáveis com elevada biodiversidade e monoculturas utilizadas para exploração madeireira.⁴ As florestas europeias estão ameaçadas pelas alterações climáticas, por pragas, poluição, invasão e silvi-

cultura insustentável. Apenas 26 % das espécies florestais e 15 % dos habitats florestais estão num estado de conservação favorável e as práticas florestais não sustentáveis são a principal causa do mau estado de conservação.⁵ Os ODS exigem a gestão sustentável de todas as florestas e a restauração das florestas degradadas até 2020. A UE não atingiu este objetivo.

- Todos os anos, conforme revela o Soil Sealing Index⁶ (Índice de selagem do solo) do Eurostat, a UE perde mais de 1 000 km² de terrenos não urbanizados. Soluções sistémicas, incluindo metas quantitativas obrigatórias, são necessárias para interromper esta taxa de ocupação de terras (ver também ODS 11).⁷
- O ODS 15 pede uma ação urgente para acabar com o tráfico ilegal de vida selvagem. Os portos da UE são importantes pontos de trânsito para este comércio global ilegal e a própria UE é um destino final de vida selvagem comercializada ilegalmente e uma fonte de algumas espécies domésticas ameaçadas comercializadas internacionalmente. Os esforços da UE para combater as redes de crime organizado por trás do tráfico de vida selvagem são prejudicados pela falta de recursos. É necessária uma abordagem mais dura para travar este comércio, juntamente com uma cooperação reforçada entre os Estados-Membros.
- As espécies exóticas invasoras são uma causa muito significativa da perda de biodiversidade na Europa, com um custo anual de 12 a 20 biliões de euros.⁸ Para resolver este problema, a UE necessita de reforçar as medidas existentes e os Estados-Membros devem trabalhar em conjunto de forma mais eficaz.
- A dependência da UE de matérias-primas importadas, incluindo combustíveis fósseis, minerais, mercadorias agrícolas e produtos de consumo com grande pegada ambiental, está ligada à destruição de habitats e biodiversidade em países terceiros, à desflorestação na Amazônia e no Sudeste Asiático e à destruição de habitat em campos petrolíferos e nas suas proximidades – impactos não contabilizados no relatório ODS do Eurostat.

¹ Ver https://ec.europa.eu/environment/nature/natura2000/index_en.htm

² AEA Biodiversity - Ecosystems.

³ Comissão Europeia - IUCN European Red List.

⁴ Eurostat - SDG 15 - Life on Land.

⁵ AEA Forest dynamics in Europe and their ecological consequences.

⁶ Eurostat Soil Sealing Index 200-2015.

⁷ RECAP Soil sealing and land take.

⁸ IEEP Biodiversity and Ecosystem Services: Invasive Alien Species.



O problema do carvão A história de Ronja Weil



ALEMANHA

Este ano, a Alemanha abriu uma nova central a carvão mineral que continuará a queimar carvão até 2038. De todos os combustíveis, o carvão é o mais poluente e mais prejudicial para o ambiente, emitindo grandes quantidades de CO₂. As centrais a carvão da Alemanha, as mais poluentes da Europa, tornam a água dos nossos rios e reservatórios imprópria para consumo, causando desflorestação e destruindo o nosso meio ambiente.

Chamo-me Ronja Weil. Para mim, uma estudante na casa dos vinte anos, a crise climática tem sido uma sombra constante. Costumava acreditar que os políticos e os governos levariam isto a sério. Estava errada. Agora sou ativista do grupo de justiça climática Ende Gelände. Desde 2015, lutamos pelo encerramento da indústria do carvão – principalmente na Alemanha, mas existem grupos locais em toda a Europa e fazemos parte de uma rede mundial pela justiça climática.

É claro que nem a Alemanha nem a Europa têm vontade política para fazer o que é necessário para evitar uma catástrofe. Isto é uma crise – uma que já está a acontecer e a obrigar as pessoas a fugir das suas casas. Mas para estes refugiados climáticos, que menos contribuíram para esta crise, não há lugar na Fortaleza Europa – uma amarga ironia, pois



Fonte: Beyond Coal

as emissões cumulativas de CO₂ do nosso continente são uma das principais causas do aquecimento global e grande parte da nossa riqueza foi acumulada através da exploração do hemisfério sul.

A crise agora é tão aguda que as alterações climáticas podem tornar-se imparáveis e o nosso futuro ser impossível de prever. É por isso que não podemos permitir que políticos míopes continuem a destruir o nosso planeta. Este sentimento de traição foi o que me trouxe ao ativismo e à percepção de que somos nós, a geração mais jovem, que teremos de lidar com a crise. E é por isso que a Ende Gelände adotou a desobediência civil como estratégia para obrigar ao encerramento da indústria do carvão. Marchamos nas minas a céu aberto e nas linhas férreas das centrais a carvão para evitar qualquer destruição adicional, bloqueando a infraestrutura de carvão com os nossos corpos. Fizemos mais para travar as alterações climáticas do que a UE conseguiu fazer com as suas políticas ineficazes e escandalosamente lentas. Precisamos de uma mudança de sistema, não de uma mudança climática. E temos que resolver o problema com as nossas próprias mãos.

A história de Ronja Weil foi facultada por Ende Gelände



Por ecossistemas limpos e saudáveis com biodiversidade próspera

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Gestão sólida dos recursos naturais - Devem ser estabelecidas e aplicadas normas comuns para proporcionar ar e água limpos e produtos alimentares seguros e saudáveis, bem como para proteger os nossos oceanos. Devem ser aplicadas medidas ambiciosas para travar a perda de biodiversidade a nível europeu e global, bem como para pôr fim à exploração insustentável dos recursos naturais, incluindo no hemisfério sul.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

WWF

[EU Preventing Paper Parks](#) (UE: evitar parques de papel)

FoE Europe + Fundação Heinrich Böll [Insect Atlas 2020](#) (Atlas dos insetos 2020)

EEB

[Assessment of the EU Biodiversity Strategy for 2030](#) (Avaliação da estratégia de biodiversidade da UE para 2030)

FoE Europe

[Re-rooting EU's food supply: towards healthy forests and social justice](#) (Reformular o abastecimento alimentar da UE: rumo a florestas saudáveis e justiça social)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ compreender melhor o estado de conservação das florestas europeias;
- ✓ monitorizar o nosso impacto nos ecossistemas e na biodiversidade a nível mundial, avaliando, por exemplo, o impacto dos produtos alimentares importados na biodiversidade de países terceiros.



Proteger os direitos da Terra: o caso inovador do rio Atrato



© Scottish Catholic International Aid Fund (SCIAF)

COLÔMBIA



O ODS 15 só será alcançado se as comunidades que dependem de cada ecossistema tiverem autonomia para os proteger, restaurar e gerir de forma sustentável. A região de Chocó, na Colômbia, é um lugar da Terra rico em diversidade biológica, étnica e cultural.

O Rio Atrato, em Chocó, sustenta 44 ecossistemas diferentes e é a fonte de vida económica, cultural e espiritual das suas comunidades ribeirinhas etnicamente diversas. Durante décadas, o rio e o seu povo sofreram as consequências da guerra e da negligência do Estado. As comunidades foram apanhadas em fogo cruzado, alvejadas, deslocadas, confinadas e vítimas de abusos, enquanto os seus recursos foram usurpados, contaminados e destruídos, e os seus líderes ameaçados e mortos. As margens do rio foram desflorestadas e escavadas em busca de ouro e as suas águas poluídas.

Em 2017, as comunidades do Rio Atrato, apoiadas por universidades e ONGs locais, regionais, nacionais e internacionais, conseguiram uma vitória com a histórica decisão T-622 do Tribunal Constitucional, que reconhece o Atrato como portador de direitos, um dos primeiros rios do mundo a obter este estatuto. Este estatuto confere ao rio e às comunidades direitos bioculturais de proteção, conservação, manutenção

e restauração e responsabiliza, solidariamente, o Estado e as comunidades ribeirinhas por garantir estes direitos. A decisão criou uma comissão de Guardiões do Rio para atuar como a voz do rio, composta pelo Ministro do Ambiente e 14 guardiões do rio (sete mulheres e sete homens).

A força do processo Atrato é o envolvimento e a capacitação da comunidade. A decisão foi o culminar de um processo liderado pela comunidade e iniciado antes de 2003. Numa região de grande diversidade étnica e afetada por conflitos, o Rio Atrato constitui um símbolo de paz e unidade, reunindo as comunidades para lutar pela proteção, conservação e restauração do rio e de suas culturas e meios de subsistência.

A decisão do tribunal sobre o Rio Atrato é um excelente exemplo de progresso em direção ao ODS 15 e estabelece as bases para o progresso de outros ODS, tendo também impulsionado decisões semelhantes na Colômbia e em outros lugares, na Amazônia, Austrália, Bangladesh e EUA. Um rio saudável pode reduzir a pobreza. Mas sem paz, justiça nem uma redução nas desigualdades históricas e persistentes o progresso será mínimo. Neste sentido, a Decisão T-622 deve atuar como um catalisador dos processos de paz e reconciliação liderados pela comunidade em Chocó, e as respostas do Estado devem ter uma abordagem holística semelhante.

Esta história foi facultada pelo Scottish Catholic International Aid Fund (SCIAF)





Promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas

A UE precisa de intensificar os seus esforços para resolver os problemas de transparência, corrupção e evasão fiscal

Os Estados-Membros da UE são, na sua maioria, pacíficos e democráticos. As taxas de criminalidade estão a diminuir e há níveis relativamente baixos de corrupção. Os cidadãos da UE, porém, afirmam que desejam instituições mais honestas, equitativas e transparentes. Os escândalos dos Panama Papers e das LuxLeaks revelaram a evasão fiscal e a lavagem de dinheiro sistemáticas. Simultaneamente, o espaço para que a sociedade civil e os sindicatos atuem em defesa dos direitos e das liberdades fundamentais e da proteção do ambiente está a diminuir em vários países da Europa.

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- Os números do Eurostat indicam que a maioria dos europeus deseja um processo de tomada de decisões mais inclusivo, participativo e transparente e não tem confiança nas instituições da UE.¹
- Apesar da Iniciativa Europeia em matéria de Transparência, o processo de tomada de decisões no Conselho da UE permanece opaco, com oportunidades de participação extremamente limitadas para a sociedade civil.² A Comissão Europeia esforça-se por lidar de forma eficaz e transparente com os conflitos de interesses existentes. A forma como os acordos comerciais da UE são negociados à porta fechada faz com que as pessoas se sintam excluídas pelos legisladores.
- Os europeus não podem participar de forma eficaz nas decisões que os afetam porque lhes é negado o acesso às informações de que necessitam. Apesar da Convenção de Aarhus garantir o direito de acesso à informação sobre questões ambientais, as autoridades sistematicamente negam informações às pessoas que precisam e têm direito a elas.³
- Na UE, enfrentamos problemas com o acesso à justiça. Um exemplo é a falta de justiça para as vítimas de violações dos direitos humanos e de degradação ambiental nas cadeias de abastecimento e valor das empresas europeias. Os acordos comerciais da UE contêm mecanismos de arbitragem que concedem amplos direitos aos investidores sobre os governos, sem dar acesso à justiça, por exemplo, às comunidades locais que sofrem impactos negativos nos seus meios de subsistência. Em novembro de 2017, a União Europeia foi considerada em situação de incumprimento da Convenção de Aarhus por restringir as possibilidades de as ONGs apresentarem casos ao Tribunal de Justiça – outro caso de desrespeito ao acesso à justiça.

- O Eurostat usa o Índice de Percepção da Corrupção (CPI) da Transparency International (TI) para monitorar o ODS 16, mas a TI criticou o Eurostat por afirmar que a UE está entre as regiões menos corruptas do mundo. Na realidade, as classificações do CPI na UE divergem significativamente: a Dinamarca, com níveis muito baixos de corrupção percebida, está em primeiro lugar no mundo e a Bulgária está atrás, em 75.º lugar. Os Estados-Membros da UE têm de melhorar e reforçar os esforços de combate à corrupção. A TI também criticou o facto de o suborno no setor privado e a corrupção de autoridades estrangeiras por empresas europeias não fazerem parte da monitorização do ODS.⁴
- Todos os anos, a riqueza adquirida por meio de evasão fiscal, suborno, lavagem de dinheiro, peculato e contrabando, totalizando 1 trilião de dólares norte-americanos, sai dos países em desenvolvimento por canais ilícitos. Estas quantias frequentemente excedem a ajuda oficial para o desenvolvimento que estes países recebem. Na UE, as perdas anuais causadas por multinacionais que transferem lucros para jurisdições de baixa tributação atingem entre 50 a 70 biliões, privando os Estados-Membros de recursos que poderiam ser investidos em educação, proteção ambiental, saúde ou cultura e artes. A UE intensificou as medidas em matéria de transparência empresarial, mas uma verdadeira justiça fiscal exige uma abordagem muito mais ousada.⁵
- As exportações de armas da UE comprometem a paz e a segurança em países terceiros. A Arábia Saudita, que trava uma guerra no Iémen, e o Egipto, notório pela repressão de dissidentes políticos, estão entre os maiores compradores de armamento da UE. A «Posição Comum» da UE sobre as exportações de armas não é aplicada porque as mesmas são tratadas como questões de soberania nacional.⁶ As diferentes posições assumidas pelos Estados-Membros em relação às exportações de armas para a Arábia Saudita mostram que as licenças de exportação são, antes de mais, decisões políticas e comerciais.

1 Eurostat. [SDG16 - Peace Justice and Strong Institutions](#).

2 Corporate European Observatory. [Reform of Council transparency in stalemate](#).

3 EEB. [For your Information](#).

4 Transparency International. [SDGs progress report: a partial truth](#).

5 EURODAD. [Country by country reporting](#).

6 Bonn International Center for Conversion [EU common position on arms exports](#).



Uma sociedade pacífica é impossível sem restringir o comércio de armas

A história de Kareem Taha



© Shima'a Elbana

REPÚBLICA CHECA

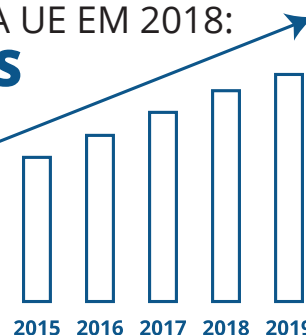
Chamo-me Kareem Taha. Nasci no Cairo, Egito, e agora moro em Brno, na República Checa.

Entrei para o movimento social egípcio em 2007. Houve mudanças desde então, mas os direitos humanos ainda são sistematicamente violados, a oposição oprimida e as manifestações reprimidas com violência.

Fui preso pela primeira vez numa manifestação em 2010. Fiquei detido durante alguns dias e fui torturado. Desde então, fui repetidamente preso em manifestações, passando por meses de tortura e condições horríveis na prisão. Em 2014, ajudei a organizar mais manifestações, fui novamente preso e passei vários meses na prisão. Fui espancado, recebi choques elétricos, fui mantido em celas superlotadas e em isolamento solitário. Fui libertado sem que me fossem feitas acusações. Sofri de depressão durante doze meses e ainda hoje continuo a reviver esses episódios.

A minha última detenção ocorreu após uma cerimónia realizada para lembrar um amigo morto numa manifestação. Depois de me libertarem, o meu advogado disse-me que tinha sido acusado de terrorismo e condenado a prisão perpétua. Sabia que tinha de deixar o Egito. Fui convidado para me mudar para a República Checa, mas tive que pagar a traficantes para me trazerem para a Europa.

VALOR DAS **EXPORTAÇÕES**
DE ARMAS DA UE EM 2018:
17,7 BILIÕES
DE EUROS.



Fonte: European Network Against Arms Trade (ENAAAT)

Felizmente, o meu pedido de asilo político na República Checa foi bem-sucedido. Gosto de viver aqui, mas não deixei o Egito para trás, por isso, em 2017, fundei a Frente Egípcia pelos Direitos Humanos.

Comecei a perguntar-me por que motivo a nossa revolução não teve sucesso. Parte da resposta foi o poder de fogo das forças de segurança. A polícia egípcia usa armas fabricadas pela empresa checa Ceska Zbrojovka. Em agosto de 2013, as armas desta empresa foram usadas para disparar contra manifestantes na Praça Nahda, o que resultou em, pelo menos, 90 mortos e outros 600 feridos. Um dos mortos era um amigo meu que fazia a cobertura do evento como jornalista. As nossas provas demonstram que as armas da República Checa e de outras partes da UE são utilizadas contra adversários políticos, violando o seu direito à vida.

A Agenda 2030 fala da redução do fluxo ilícito de armas para garantir sociedades pacíficas. Mas e os governos europeus que comercializam legalmente as armas usadas por governos despóticos para aniquilar protestos? A União Europeia e a República Checa ajudaram-me pessoalmente quando saí do Egito e vim para a Europa. Mas eles falharam comigo, com os meus amigos e o povo egípcio ao permitirem que as empresas da UE exportassem armas para o Egito.

Por uma Europa livre de corrupção e evasão fiscal, com processos de decisão transparentes e participativos e uma sociedade civil próspera

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

Colocar a Europa nas mãos dos cidadãos – Deve privilegiar-se uma nova e eficiente participação da sociedade civil e cidadania ativa, a fim de reforçar a democracia, a transparência, o acesso de todos aos direitos fundamentais e a confiança dos cidadãos da UE na construção de uma Europa justa e sustentável. As crianças e os jovens devem estar envolvidos enquanto cidadãos ativos e ser incentivados a participar de forma significativa nos processos políticos europeus. Devem ser adotadas medidas para garantir uma maior transparência e responsabilização na tomada de decisão das instituições da UE e dos governos nacionais. Os interesses dos cidadãos e da sociedade civil devem ter prioridade relativamente a interesses financeiros e comerciais instituídos.

Tributação justa – As medidas de tributação efetivas e coordenadas devem assegurar que todas as empresas pagam a justa parte dos impostos e contribuem para os orçamentos públicos nacional e europeu por forma a terem acesso abem-estar e direitos socioeconómicos. A UE deve empenhar-se em combater eficazmente a evasão fiscal a nível mundial e em acabar com os paraísos fiscais na Europa.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

Corporate European Observatory

Reform of Council transparency in stalemate

(Transparência da reforma do Conselho estagnada)

EEB

For your Information (Para sua informação)

Transparency International

SDGs progress report: a partial truth

(Relatório de progresso dos ODS: uma verdade parcial)

É necessário agir para obter mais dados e indicadores adicionais ao nível da UE para:

- ✓ avaliar diferentes dimensões de corrupção e suborno (inclusive no setor privado);
- ✓ monitorizar e avaliar o acesso à informação;
- ✓ compreender melhor a transparência financeira e os fluxos financeiros ilícitos;
- ✓ monitorizar as exportações de armas dos Estados-Membros da UE;
- ✓ acompanhar a redução do espaço da sociedade civil (por exemplo, por meio de dados obtidos pela FRA).



Um modelo de elaboração de políticas aberto e transparente: a estratégia de desenvolvimento sustentável da Finlândia



FINLÂNDIA

A Finlândia foi o primeiro país em 2016 a fazer uma apresentação conjunta Governo-OSC do VNR e acaba de apresentar a sua segunda avaliação. Mais uma vez, a sociedade civil avaliou de forma autónoma o desempenho da Finlândia em relação a cada ODS e as suas conclusões foram apresentadas lado a lado com as do governo.

A avaliação da sociedade civil foi positiva em dois ODSs, neutra em sete e negativa em oito, e estava amplamente de acordo com as feitas pelo governo. A sociedade civil, contudo, criticou fortemente as exportações de armas e equipamentos militares da Finlândia para países em guerra.

Os processos de consulta positivos usados para a primeira VNR (Voluntary National Review, Avaliação Nacional Voluntária) foram aprimorados e desenvolvidos. A influente Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável, reunindo todos os setores sociais relevantes, promove a cooperação na política dos ODS e esforça-se por garantir que o desenvolvimento sustentável é integrado nas políticas e práticas do governo e apoiado pela sociedade em geral. A sociedade civil (juventude, ambiente, social, minorias, desenvolvimento) está representada na Comissão de 100 membros, sendo presidente da Comissão o primeiro-ministro e o seu secretário baseado no gabinete do primeiro-ministro.

O progresso feito no segundo período de VNR significa que o desenvolvimento sustentável é agora a abordagem geral que molda o programa do governo. Em 2019, o governo começou gradualmente a incorporar o desenvolvimento sustentável no orçamento. Agora, deu início ao processo para o segundo Plano Nacional de Implementação da Agenda 2030 e continua o seu trabalho de acompanhamento multissetorial dos procedimentos de avaliação nacional. Um painel de cidadãos dedicado ao desenvolvimento sustentável reuniu-se duas vezes e foi formado um grupo da Agenda 2030 para jovens. Este ano, o governo nomeou uma Mesa Redonda de Política Climática que trabalha em estreita colaboração com a Comissão e será definido um cronograma para preparar um roteiro para alcançar todos os ODS até 2030.

Os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos irão moldar a próxima lei sobre a diligência devida obrigatória em direitos humanos, mas a atuação na dimensão global do desenvolvimento sustentável é menos clara. Os impactos da Finlândia nos países em desenvolvimento devem ser examinados para garantir que a responsabilidade global molde a nossa política externa.

Ao nível da UE, é necessário um plano de implementação para toda a UE codirigido pelos Presidentes do Conselho, da Comissão e do Parlamento Europeu. A chave é garantir que a Agenda 2030 seja integrada em tudo o que a UE faz.



Revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Parceria verdadeira quando todas as políticas da UE estiverem alinhadas com os objetivos de desenvolvimento sustentável

As parcerias globais, regionais, nacionais e locais estão no centro do Objetivo 17. O Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento de 2017 alinha a cooperação europeia para o desenvolvimento com a Agenda 2030 e os ODS. Em 2019, a UE e os seus Estados-Membros, em conjunto, desembolsaram 75 bilhões de euros em ajuda, mais de 55 % do total global. A UE também é o principal fornecedor mundial de investimento estrangeiro para países em desenvolvimento, totalizando 104 bilhões de euros em 2018. Apenas a Suécia, a Dinamarca, o Luxemburgo e o Reino Unido cumpriram a meta de 0,7 % do Rendimento Nacional Bruto (RNB) para ajuda ao desenvolvimento. Nem toda a ajuda concedida pela UE ou pelos Estados-Membros apoia o desenvolvimento sustentável a longo prazo quando é influenciada por interesses comerciais. A principal motivação do investimento estrangeiro direto é o interesse das empresas em obter matérias-primas ou realocar a produção para mercados de trabalho mais baratos – e não necessariamente o interesse pelo desenvolvimento sustentável de longo prazo das comunidades locais. Os lucros derivados do comércio mundial beneficiam principalmente as multinacionais e grandes empresas sediadas no mundo desenvolvido ou detidas por uma elite rica, enquanto as comunidades mais pobres são exploradas pelos seus recursos naturais, mão de obra barata e pelo dumping ambiental. Os países mais pobres terão de lidar com cerca de 36 bilhões de serviço da dívida em 2020. Algumas das nossas próprias políticas e práticas europeias contradizem os objetivos do desenvolvimento sustentável e a UE não consegue garantir a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 17 compromete os governos a fornecer dados desagregados por idade, género, incapacidade, etnia e outros fatores, a fim de monitorar com precisão o impacto das políticas nas pessoas e no planeta. Existem lacunas significativas nos dados que o Eurostat e os Estados-Membros devem corrigir.

Aqui estão alguns dos principais desafios que exigem a máxima atenção dos decisores políticos:

- A UE e os seus Estados-Membros usam vários instrumentos financeiros para apoiar as empresas europeias em mercados de risco. A associação global de agências de crédito à exportação (ECA) investe cerca de 1 trilhão de dólares dos Estados Unidos todos os anos em projetos de desenvolvimento industrial de grande escala em países em desenvolvimento e mercados emergentes.¹ Parte deste investimento é feito em projetos de combustíveis fósseis que terão impactos irreversíveis nos habitats naturais, florestas primárias e áreas protegidas, e podem violar os direitos humanos.²
- Não é aceitável utilizar o indicador do Eurostat dos volumes de comércio dos países em desenvolvimento (893 bilhões de euros em 2018 e em aumento) para medir a qualidade das parcerias globais da UE sem ter em conta a qualidade do comércio. Enquanto o comércio global com a UE estiver contaminado por exploração de trabalhadores, trabalho infantil e escravidão moderna, desflorestação e destruição de habitats naturais, esgotamento dos recursos naturais e poluição, os volumes crescentes de comércio têm um efeito prejudicial sobre o desenvolvimento sustentável.
- As OSCs criticaram a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do G20 pela falta de uma abordagem de longo prazo, incluindo o alívio e a anulação da dívida, em particular diante da pandemia da COVID-19. Estas organizações reivindicam um mecanismo global sob alçada da ONU para lidar com as crises globais da dívida de uma forma sistemática, abrangente e exequível.³
- A própria base de financiamento da UE e dos Estados-Membros para o desenvolvimento sustentável é fraca. O indicador do Eurostat mostra que a percentagem dos impostos ambientais na receita fiscal total diminuiu para menos de 6 % em 2018. Não há vontade política para implementar a mudança há muito esperada de transferir a taxa do trabalho para a taxa do uso de recursos, das emissões e da poluição.
- O ODS 17 exige coerência de políticas para o desenvolvimento sustentável. As estruturas de governação da UE não permitem conceber, implementar e monitorizar todas as políticas e práticas de uma forma coerente e integrada. As consequências nocivas das políticas e práticas europeias não são devidamente contabilizadas, como as externalidades negativas associadas à Política Agrícola Comum ou à política comercial da UE.

¹ Ver <https://www.berneunion.org/DataReports>

² Finance and Trade Watch + CEE Bankwatch Network. [ECAs go to market](#); FERN e ECA Watch Europe. [Still Exporting Destruction](#).

³ Eurodad [Shadow report on the limitations of the G20 Debt Service Suspension Initiative: Draining out the Titanic with a bucket?](#)



Se a nossa vida é miserável, como pode a vossa ser boa? A história de Nazma Akter



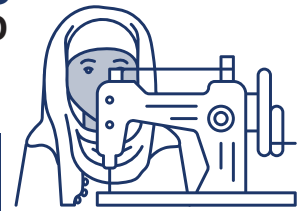
BANGLADESH

Nazma Akter é líder sindical e ativista pelos direitos e bem-estar dos trabalhadores no Bangladesh. Em criança trabalhou em fábricas de roupas. Mais tarde, juntou-se a um sindicato e agora faz campanha contra as condições de trabalho abusivas.

«A União Europeia é um parceiro comercial importante para o Bangladesh. Mas, infelizmente, mais de metade das empresas que exportam bens para a UE não garantem os direitos e o bem-estar dos trabalhadores. A Covid-19 evidenciou a vulnerabilidade de países como o Bangladesh. Dependemos muito das exportações para a UE. Com os trabalhadores, a grande maioria mulheres, sem poderem trabalhar nas fábricas de roupas por causa da pandemia, a produção e as exportações desabaram. Países como o Bangladesh, que dependem das exportações para países ricos, foram esquecidos e negligenciados pelos legisladores globais.»

«Se queremos promover o desenvolvimento sustentável, não podemos medir a sustentabilidade olhando apenas para o que acontece na Europa, devemos medi-la em todas as fases da cadeia de abastecimento, desde o fornecimento de matérias-primas no início, passando pela produção, até ao transporte para os mercados internacionais. A responsabilidade na extre-

O SALÁRIO MÍNIMO DOS
TRABALHADORES TÊXTEIS
NO BANGLADESH? **85 EUROS** POR MÊS.
CUSTO DE VIDA REAL? **170 EUROS** POR MÊS.
OS EUROPEUS COMPRAM **6,4 MILHÕES**
DE TONELADAS
DE VESTUÁRIO NOVO
POR ANO E, ASSIM,
APOIAM ESTE
SISTEMA DE
EXPLORAÇÃO.



Fonte: Serviço de Estudos do Parlamento Europeu

midade europeia da cadeia deve incluir igualdade de género, preços justos, trabalho digno e qualidade dos produtos no país exportador. A liberdade de associação e a negociação coletiva são essenciais para garantir melhores condições de trabalho e trabalho condigno.»

Nazma destaca que a qualidade dos produtos exportados é fundamental, pois traduz-se diretamente em melhores condições de trabalho. Focar-se na quantidade produzida sob pressão de tempo, ao invés de dar tempo a produtos de qualidade, incentiva condições de trabalho injustas e violações dos direitos dos trabalhadores.

Nazma acredita que adotar uma perspetiva mais ampla de sustentabilidade e olhar para além do volume de exportações teria um impacto positivo na educação e formação, no ambiente e na igualdade de género.

«Tem de haver responsabilidade em todas as fases da cadeia de abastecimento. Um amanhã melhor é possível, mas depende de pessoas de diferentes países e áreas trabalharem juntas.» Nazma pergunta: «se a nossa vida é miserável, como pode a vossa ser boa?».

A história de Nazma Akter foi facultada pelo
European Environmental Bureau (EEB)





Por uma verdadeira parceria global focada nos mais vulneráveis e que garanta que todas as nossas políticas estão alinhadas com os princípios de sustentabilidade

Do Manifesto para uma Europa Sustentável para os seus Cidadãos

O papel da UE no mundo – A UE tem uma responsabilidade crucial de concretizar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e deve garantir que todas as suas políticas internas e externas são coerentes e estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Ajuda ao Desenvolvimento Ultramarino da UE deve colocar em primeiro plano os mais necessitados, incluindo os países menos avançados, e beneficiar os mais marginalizados. A UE deve reestruturar os seus investimentos para alcançar a sustentabilidade, erradicar a pobreza e tornar realidade o acesso universal aos direitos fundamentais a nível mundial. A UE deve apoiar ativamente obrigações europeias e internacionais em matéria de direitos humanos juridicamente vinculativas para as empresas que operem no estrangeiro, incluindo a promoção de um Tratado da ONU sobre empresas e direitos humanos.

Visão dos membros e aliados do SDG Watch Europe para uma Europa sustentável:

CONCORD

AidWatch 2019 (Observatório da Ajuda)

Eurodad

G20 Debt Service Suspension Initiative: Draining out the Titanic with a bucket? (Iniciativa de suspensão do serviço da dívida do G20: esvaziar o Titanic com um balde?)

SDG Watch Europe

Who is Paying the Bill? Negative impacts of European policies and practices (Quem paga a conta? Impactos negativos das políticas e práticas europeias)

EEB

Taxing Polluters. What is going wrong? (Tributação de poluidores. O que está a correr mal?)

É necessário agir para obter mais dados e melhores indicadores no relatório de monitorização dos ODS da UE para:

- ✓ avaliar a qualidade e o impacto do Investimento Estrangeiro Direto e dos créditos à exportação;
- ✓ acompanhar os esforços da UE e dos Estados-Membros para reduzir as crises da dívida;¹
- ✓ analisar se e como as importações dos países em desenvolvimento contribuem para o desenvolvimento sustentável;
- ✓ identificar lacunas nos conjuntos de dados e indicadores atuais para avaliar o impacto da ajuda da UE nas pessoas negligenciadas.

¹ Ver o indicador sugerido da coligação de ONGs alemãs erlassjahr.de.



Criando redes para o comércio justo: lições aprendidas com o modelo de negócios GEPA



© GEPA – The Fair Trade Company

ALEMANHA

A GEPA, Fair Trade Company, é um excelente exemplo de como uma organização pode implementar o ODS 17 «Parceria para a implementação dos objetivos» em todo o seu negócio principal. Com 131 parceiros comerciais em 45 países em 2018 e uma faturação anual no mercado grossista de 80 milhões de euros em 2019, a GEPA é atualmente a maior empresa de comércio justo da Europa.

O trabalho da GEPA não se concentra apenas no comércio. A sua missão tripartida é promover produtores desfavorecidos, especialmente no hemisfério sul, influenciar e mudar as atitudes dos consumidores do hemisfério norte e influenciar e mudar as estruturas injustas do comércio internacional com trabalho de lobby e sensibilização.

Há quase 45 anos que a GEPA trabalha para melhorar a vida dos produtores marginalizados e dar à natureza o respeito que ela merece, tendo como objetivo final o consumo e a produção totalmente sustentáveis.

A GEPA entende que o trabalho dos pequenos agricultores envolve uma gestão constante de crises e que sempre haverá novas dificuldades a enfrentar. Em contraste com muitas empresas tradicionais, a GEPA apoia os seus produtores em todos os aspetos, algo que demonstrou na

situação atual da COVID-19, usando o seu fundo de parceiros comerciais (geralmente usado para o reforço de capacidades e em workshops para os produtores) para fornecer ajuda de emergência aos pequenos produtores afetados pela crise.

Através do seu trabalho na defesa de direitos, a GEPA visa abordar as causas profundas da pobreza e das alterações climáticas. Em colaboração com outras entidades, esta empresa realiza investigação de alta qualidade e procura influenciar os tomadores de decisão e formuladores de políticas. O trabalho político da GEPA é variado, abrangendo desde a publicação de declarações sobre a COP 25 e a lei climática europeia até exercer forte pressão por uma legislação obrigatória de devida diligência de direitos humanos na Alemanha.

A GEPA é membro da WFTO-Europe, o braço europeu da Organização Mundial de Comércio Justo que tem 400 organizações associadas. Devido ao seu crescimento consistente nos últimos 45 anos, a GEPA é atualmente a maior empresa europeia de comércio justo.

A GEPA demonstra como uma empresa que trabalha em estreita colaboração com os seus clientes pode alterar profundamente os padrões de produção e consumo. A experiência da GEPA revela igualmente que a expansão de empresas justas e alternativas oferece uma oportunidade prática para o desenvolvimento da União Europeia, cujo desafio pode ser enfrentado por meio da colaboração e esforços conjuntos de empresas, formuladores de políticas e consumidores.

Esta história foi facultada pela GEPA e pela Organização Mundial de Comércio Justo-Europa



Publicado por:

Coordenação:



solidar

As seguintes organizações contribuíram com testemunhos e soluções:



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS ASSOCIAÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE



solidar



A SDG Watch Europe é a aliança europeia intersetorial da sociedade civil que defende a implementação ambiciosa dos ODS. Uma ampla aliança de mais de 100 Organizações da Sociedade Civil (OSC) de todas as áreas e setores, incluindo desenvolvimento, ambiente, direitos sociais e humanos, o seu objetivo é responsabilizar as instituições europeias e os Estados-Membros pela implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Este relatório foi possível graças às contribuições de membros e parceiros da SDG Watch Europe.

<https://www.sdgwatcheurope.org>

O projeto comunitário Make Europe Sustainable for All (MESA, Tornar a Europa Sustentável para Todos) é coordenado pelo European Environmental Bureau (EEB) e implementado em 15 países europeus por 25 parceiros. Tem como objetivo sensibilizar os cidadãos, as OSCs e os decisores políticos para a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados pelos 193 Estados-Membros das Nações Unidas em 2015.

#SDGS4All

<https://makeeuropeustainableforall.org>